

Nos últimos 13 anos o desempenho da economia brasileira ficou abaixo da média do crescimento global

Pág 52

Copom reduz horizonte da sinalização prospectiva; FED mantém taxa de juros inalterada e Japão começa aperto monetário

Pág 67

Renegociação das dívidas estaduais: nova proposta apresentada por Haddad é uma prorrogação dos erros cometidos no passado. E torna, de novo, os estados reféns à ditadura tributária da União!

Pág 71

Nos últimos doze meses, até janeiro de 2024, o governo brasileiro gastou R\$ 745,9 bilhões no pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada

Pág 64

“Des-carga” tributária no Brasil atingiu 32,44% do PIB em 2023

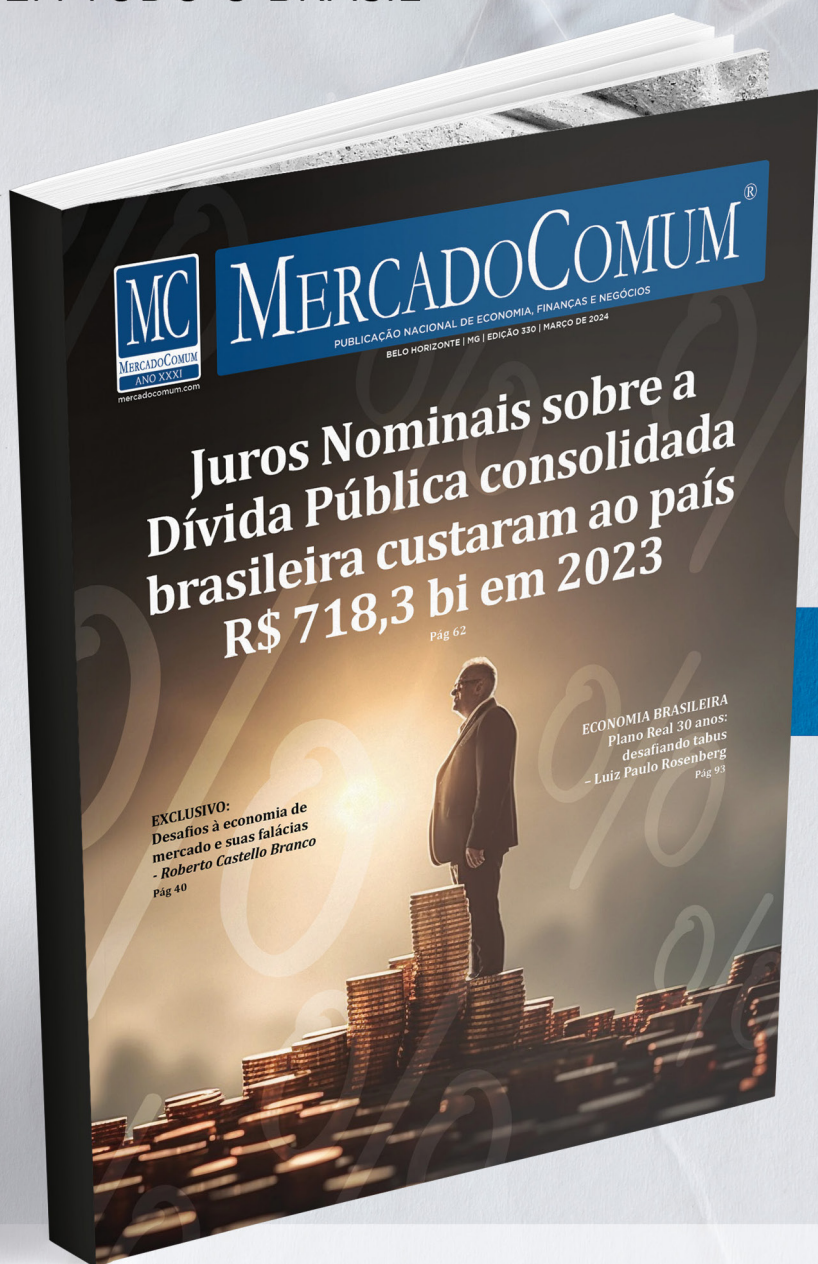
Pág 74

PIB de Minas Gerais cresceu, durante os cinco anos do governo Romeu Zema, acima da média nacional

Pág 86

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL



23,3 MILHÕES

de visualizações no período de 28 de fevereiro de 2023 a 1 de março de 2024 – de acordo com o Google Analytics Search.

Com 31 anos de tradição, a newsletter MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seletor público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2024 o 26º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.

Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar – CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
ABRIL DE 2024
31 ANOS - EDIÇÃO 331

Publicação Nacional de
Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação
mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número:
817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir,
necessariamente, a opinião dos editores.
Proibida a reprodução parcial ou total sem
autorização prévia por escrito da direção desta
publicação. MercadoComum é uma publicação
independente, não associada a qualquer grupo
empresarial e não possui filiais/sucursais ou
representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4

*A Economia com Todas
as Letras e Números*

26

*Mundo
Empresarial*



52

*Debate Econômico:
Economia brasileira -
13 anos sem conseguir
superar a média do
crescimento global*

83

Destaques

107

Opinião

*Confira o ponto
de vista de grandes
nomes do cenário
nacional, sobre
vários assuntos.*

95

Saúde

111

Lançamentos

Mercado Financeiro: Letra de Crédito do Desenvolvimento para impulsionar a indústria

Assim como LCA e LCI financiam o agro e o setor imobiliário, a LCD poderá fornecer crédito com taxas atrativas

Historicamente, o crédito é muito caro no Brasil. Os juros, estruturalmente altos, e os spreads muito elevados dificultam o acesso das empresas a linhas de financiamento com taxas competitivas. O resultado é que, em função do alto custo, muitos empresários desistem de realizar investimentos, prejudicando o crescimento das companhias, a geração de empregos e o desenvolvimento do Brasil.

Para melhorar este cenário para o agronegócio e o setor imobiliário, foram criadas, há 20 anos, as Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e as Letras de Crédito Imobiliárias (LCI). São papéis destinados ao financiamento desses setores e, para incentivar a aplicação, contam com benefício fiscal. Esses papéis, ao longo do tempo, se tornaram queridinhos do mercado, com grande procura também por pessoas físicas, e viraram uma alternativa importante para o financiamento desses setores. Seguindo o exemplo do sucesso da LCA e da LCI, o governo está lançando agora a LCD, a Letra de Crédito do Desenvolvimento que poderá ajudar no processo de reindustrialização do Brasil.

O governo enviou um projeto de lei ao Congresso criando o papel, que será destinado a bancos de fomento, como o Banco do Nordeste (BNB) e o Banco da Amazônia (BASA) e, sobretudo, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As estimativas são de que o BNDES possa captar entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões por ano com este papel.

“Os recursos captados com a emissão de LCDs poderão estimular investimentos na indústria e em infraestrutura, setores que o BNDES



tradicionalmente apoia”, diz José Maurício Caldeira, sócio acionista e membro do conselho da Asperbras Brasil, que atua em diversos segmentos da indústria, agronegócio e serviços. “É mais um instrumento para ampliar a oferta de crédito e com um custo mais barato para o tomador”, conclui Caldeira.

Uma vez aprovada pelo Congresso, a expectativa é que a LCD tenha boa aceitação no mercado porque é um papel de baixo risco por estar vinculado a bancos públicos. Só o BNDES, por exemplo, teve um lucro líquido de R\$ 41,7 bilhões em 2022, um avanço de 22,5% em relação ao ano anterior.

Além disso, o papel conta com incentivo fiscal via redução do Imposto de Renda (IR) sobre ganho de capital, da mesma forma que ocorre com a LCA e a LCI. Pessoas físicas deverão ficar isentas de IR e pessoas jurídicas deverão ter alíquota fixa de 15%.

Esses recursos deverão ser aplicados pelo BNDES na implementação da nova política industrial, que tem como objetivo fomentar a reindustrialização

do país, em projetos de transição energética e em obras do PAC, entre outros. “A indústria, que hoje não tem os mesmos mecanismos de financiamento que a agricultura e o setor imobiliário, poderá se beneficiar deste novo instrumento”, acredita José Maurício Caldeira. “Será um funding importante, sobretudo, para pequenas e médias empresas que têm mais dificuldade de conseguir crédito no mercado com taxas atrativas.”

O mercado de letras de crédito no Brasil tem se mostrado forte, o que joga a favor da LCD. Segundo dados da B3, no ano passado, a LCI foi o produto de renda fixa que registrou o maior crescimento de captação bancária, chegou a R\$ 360 bilhões de estoque. No mesmo período, o estoque de LCA alcançou R\$ 458 bilhões. No total, as letras de crédito alcançaram R\$ 819 bilhões em estoque de captação.

“As economias desenvolvidas voltaram a colocar a indústria no centro da estratégia de crescimento e estão lançando mão de todo tipo de ferramentas para estimular o setor”, diz José Maurício Caldeira. “O Brasil não pode ficar para trás”.

BNDES viabiliza R\$ 218,5 bilhões em aprovações de crédito em 2023, 44% a mais que em 2022

- Consultas cresceram 88% em relação a 2022, totalizando R\$ 270,8 bilhões
- Desembolsos aumentaram 17% em relação a 2022, alcançando R\$ 114,4 bilhões; mais de 80% dos desembolsos foram a taxas de mercado
- Crédito viabilizado para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) cresceu 53% em 2023, alcançando R\$ 107 bilhões
- Lucro líquido recorrente aumentou 55% no quarto trimestre, em relação ao quarto trimestre de 2022, e chegou a R\$ 11,9 bilhões no ano
- Inadimplência de 0,01% (+90 dias) se mantém como a mais baixa da história



O ano de 2023 foi marcado por crescimento de 44% nas aprovações de crédito viabilizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que totalizaram R\$ 218,5 bilhões no ano. Desse total, R\$ 44 bilhões resultam de garantias do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), mais que o dobro do que em 2022 (R\$ 20 bilhões). As aprovações aumentaram em todos os setores, com destaque para infraestrutura, com R\$ 78,5 bilhões (crescimento de 23%), agropecuária, com R\$ 42,5 bilhões (alta de 53%), e indústria, com R\$ 31,7 bilhões (alta de 41%).

O BNDES recuperou, em 2023, seu papel no apoio ao desenvolvimento nacional. Foram R\$ 5,3 bilhões em aprovações para inovação, R\$ 13,5 bilhões para exportações, R\$ 25,3 bi-

lhões a estados e municípios e R\$ 30,4 bilhões para agropecuária no âmbito do Plano Safra. Soma-se a isso a retomada do Fundo Amazônia – cujas contratações estavam suspensas desde 2019 –, com R\$ 1,3 bilhão em aprovações e chamadas públicas em 2023, e a reformulação do Fundo Clima.

“Os resultados revelam uma retomada do papel do BNDES como banco público de desenvolvimento, com foco em ampliar o crédito em condições adequadas para promover o crescimento econômico país”, destacou o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante. “O Banco também contribuiu para aliviar as condições adversas do mercado de capitais, tendo subscrito 26% das emissões de debêntures incentivadas em 2023, e vem trabalhando para di-

versificar seus instrumentos de captação, para seguir viabilizando o apoio a setores estratégicos”, complementou.

No ano, o BNDES também reforçou o apoio ao cooperativismo, com aumento de 63% no repasse em relação a 2022, totalizando R\$ 23,8 bilhões. “As cooperativas são um relevante canal para a diversificação do perfil dos clientes apoiados e para a redução da concentração do mercado de crédito no Brasil”, explicou Mercadante.

Os desembolsos do BNDES, considerando operações de crédito diretas e indiretas, totalizaram R\$ 114,4 bilhões em 2023 (1,1% do PIB), crescimento de 17% frente a 2022. Do total de desembolsos, mais de 80% foram a taxas de mercado. A parte realizada com taxas incentivadas concentra-se, em boa medida, no apoio ao Plano Safra, em que o BNDES é um dos executores da política pública do Governo Federal.

Além do aumento de 100% em garantias do FGI, o Banco apresentou crescimento em todas as demais fases de suas operações comparativamente à 2022, como consultas (R\$ 270,8 bilhões, com aumento de 88%) e aprovações (aumento de 32%, atingindo R\$ 174,5 bilhões), com a carteira de crédito expandida alcançando o valor de R\$ 515 bilhões, o maior dos últimos cinco anos.

O lucro líquido recorrente do BNDES registrou crescimento de 83% no último trimestre de 2023, em relação ao terceiro trimestre do mesmo ano, encerrando o ano com o acumulado de R\$ 11,9 bilhões. O resultado foi influenciado pelo aumento das receitas das operações de crédito, a partir da expansão da carteira, e pela redução das despesas gerais, contrabalançado por menor saldo em tesouraria.

O lucro líquido total de R\$ 21,9 bilhões em 2023 (e de R\$ 7,5 bilhões no 4º trimestre) foi impactado por receitas de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) de R\$ 7,8 bilhões (principalmente oriundas da Petrobras), líquidas de tributos, além de reversão de provisões de crédito, em especial pela recuperação de créditos provisionados em exercícios anteriores.

Transparência, monitoramento e avaliação – Em 2023, o Banco foi reconhecido como a instituição pública federal mais transparente do país, em pesquisa realizada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), e como uma das instituições públicas de desenvolvimento do mundo com maior variedade de métodos para monitorar e avaliar a efetividade de sua própria atuação pelo The Montreal Group.

Mais crédito para MPMEs – Considerando as operações diretas, indiretas (via agentes financeiros) e as garantidas pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), principalmente por meio do FGI-PEAC, as aprovações somaram R\$ 218,5 bilhões ao longo de 2023 (das quais R\$ 44 bilhões apoiadas por meio de garantias, todas para MPMEs), um crescimento de 44% frente aos R\$ 152 bilhões de 2022. Desse montante, R\$ 107 bilhões foram de operações aprovadas com micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), um aumento de 53% em relação a 2022, confirmando o esforço do BNDES em ampliar o crédito a esse segmento de empresas, fundamental para a geração de empregos e renda no país.

Menor inadimplência do sistema financeiro – A inadimplência (+90 dias) em 31 de dezembro de 2023 manteve-se em 0,01%, mesmo percentual de 30 de setembro e inferior aos 0,13% em 31 de dezembro de 2022. Essa taxa permanece inferior à inadimplência do Sistema Financeiro Nacional (de 3,27% geral e 0,70% para grandes empresas), comprovando que o BNDES não sentiu os efeitos da piora do mercado de crédito em sua carteira própria e indireta.

A carteira de crédito e repasses manteve boa qualidade, com 96,5% das operações classificadas nos mais baixos níveis de risco, compreendidos entre AA e C, em 31 de dezembro de 2023. O percentual se mantém acima do registrado pelo Sistema Financeiro Nacional, de 90,8% em 30 de junho de 2023 (última informação disponível).

O Índice de Basileia atingiu 31,5% em 31 de dezembro de 2023, situação confortável em relação aos 10,5% exigidos pelo Banco Central.

Maior carteira de crédito desde 2018 – Os ativos totais do Sistema BNDES somaram R\$ 732,5 bilhões em 31 de dezembro de 2023, aumento de R\$ 48,7 bilhões (7%) em relação a dezembro de 2022, destacando o acréscimo de R\$ 35,5 bilhões na carteira de crédito expandida e o aumento de R\$ 17,2 bilhões na carteira de participações societárias.

A carteira de crédito expandida, que abrange financiamentos, debêntures e outros ativos de crédito, alcançou o montante de R\$ 515 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando, assim, 70% dos ativos totais e a maior carteira dos últimos cinco anos. O aumento foi influenciado pelo crescimento dos desembolsos e pela apropriação de juros e atualização monetária. Destacam-se nos desembolsos os investimentos em ofertas públicas de debêntures na área de infraestrutura.

A carteira de participações societárias totalizou R\$ 79,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023. O acréscimo de

28% frente a dezembro de 2022 ocorreu, principalmente, pela valorização dos investimentos já existentes em empresas não coligadas. Petrobras, JBS, Eletrobras e Copel seguem como principais empresas investidas na carteira total, uma vez que não foram realizados desinvestimentos relevantes no ano.

Fontes de recursos – Em 2023, as fontes de recursos cresceram 7,1%, influenciadas pelo acréscimo de 15,2% no patrimônio líquido e do passivo com o FAT. O FAT se manteve como principal credor do Banco em 31 de dezembro de 2023, com saldo atual de R\$ 402,1 bilhões. FAT e Tesouro Nacional constituem parcela significativa da estrutura de funding do BNDES, respondendo por 64,4% das fontes de recursos em 31 de dezembro de 2023 (64,6% em 2022).

As captações externas totalizaram R\$ 23,7 bilhões em 31 de dezembro de 2023. No ano, foram contratadas captações com Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), China Development Bank (CDB), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), New Development Bank (NDB) e KfW (banco de desenvolvimento alemão), no montante total de US\$ 3,2 bilhões – o desembolso dos recursos deve ocorrer ao longo dos próximos dois a três anos. A redução de cerca de 14% do saldo final do passivo externo em 2023 (de R\$ 27,4 bi em 2022 para R\$ 23,7 bi em 2023) é decorrente do vencimento de R\$ 5 bilhões em bonds internacionais e de variação cambial (desvalorização do dólar norte-americano).

Patrimônio líquido – O patrimônio líquido do BNDES atingiu R\$ 151,3 bilhões em 31 de dezembro de 2023, acréscimo de 15% em relação ao exercício anterior. O aumento decorre, principalmente, do lucro líquido de R\$ 21,9 bilhões e do ajuste a valor de mercado positivo de ativos (ações e títulos públicos) de R\$ 7,3 bilhões, atenuado pelo registro de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro de 2023 e complementares sobre o lucro de 2022.

BNDES reconhece importância do cooperativismo e amplia apoio ao modelo

Medidas incluem o acréscimo de R\$ 2 bilhões do Programa de Capitalização das Cooperativas

No mês de fevereiro, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou um conjunto de medidas que expandem o alcance e as condições de apoio ao cooperativismo de crédito. Dentre as medidas, foi anunciada a ampliação em R\$ 2 bilhões do Programa de Capitalização das Cooperativas (Procapcred), com aumento do público-alvo, do limite do valor contratado por cooperado e dos prazos de financiamento. Dessa forma, o banco continua seu trabalho de reconhecimento do modelo cooperativista.

As recentes alterações promovidas pelo BNDES representam um marco significativo para as cooperativas de crédito, gerando impactos positivos em várias frentes. Há, por exemplo, mais oportunidades de contratação, agora estendidas tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Além disso, o aumento substancial no limite de contratação, elevando-o de R\$ 30 mil para R\$ 100 mil, evidenciam o compromisso em fortalecer as cooperativas.

“Essas alterações têm um impacto significativo na capacidade das cooperativas de atrair recursos e de alavancar o capital social”, explica Roberta Caldas, presidente da Cooperativa de Crédito dos Empresários e Empregados dos Transportes e Correios do Sul do Brasil (Transpocred). “Ao expandir as oportunidades de captação, fortalecemos a base financeira das cooperativas, garantindo maior segurança e estabilidade ao sistema cooperativo como um todo”.

Com o aumento em R\$ 2 bilhões do Programa de Capitalização das Cooperativas (Procapcred), as organizações ganham uma margem maior para atender



às necessidades dos cooperados, especialmente no que diz respeito ao acesso ao crédito. Essa injeção de recursos não apenas amplia a capacidade de oferta de empréstimos, mas também permite a criação de linhas de crédito mais acessíveis e vantajosas. “A utilização estratégica desses recursos pode incluir a implementação de programas de investimento em setores-chave da economia local, o fomento a projetos com impacto social positivo e a promoção de iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável”, conta a presidente.

A possibilidade de estender o público-alvo do programa para incluir todas as pessoas naturais e jurídicas associadas a cooperativas de crédito é uma evolução significativa que fortalece a base de beneficiários. Roberta acredita que “ao permitir que nossos cooperados pessoas físicas também se tornem investidores, abrimos caminho para uma participação mais abrangente e ativa na cooperativa. Isso não só promove um senso de pertencimento mais amplo, mas também oferece oportunidades diferenciadas para esses cooperados, com

condições vantajosas nos produtos e serviços oferecidos”.

Além de aproveitar as oportunidades proporcionadas pelo programa do BNDES, a presidente da Transpocred acredita que o cooperativismo de crédito pode continuar crescendo com outras iniciativas. “Acredito que precisamos, ainda, fomentar ações voltadas ao associativismo nas comunidades onde as cooperativas estão inseridas, no âmbito de educação cooperativa, ações sociais, desenvolvimento e adequação de produtos, educação financeira e sustentabilidade”, opina Roberta. “Ao enfocarmos essas ações, o engajamento ativo nas esferas social, educacional e econômica contribuirá para um desenvolvimento sustentável e duradouro do cooperativismo de crédito”.

Roberta Caldas é formada em administração e atua como presidente da Cooperativa de Crédito dos Empresários e Empregados dos Transportes e Correios do Sul do Brasil, trabalhando, desde 2006, junto aos cooperados ligados ao ramo de Transporte e suas áreas relacionadas.

Alta do PIB fez economia de consumo superar as expectativas em 2023

Pesquisa IPC Maps apontou crescimento de 3,1%



Ultrapassando as expectativas iniciais do mercado, o consumo das famílias movimentou cerca de R\$ 6,9 trilhões ao longo de 2023 no Brasil, o que representou um aumento real de 3,1% em relação a 2022, a uma taxa positiva de 2,9% do PIB. Essa é a conclusão da atualização do estudo IPC Maps 2023, especializado há 30 anos no cálculo de índices de potencial de consumo nacional, com base em dados de fontes oficiais, como Banco Central (Boletim Focus), IBGE, entre outras.

Segundo Marcos Pazzini, sócio da IPC Marketing Editora e responsável pela pesquisa, mesmo superando a previsão inicial, a movimentação ainda foi baixa em comparação ao incremento de 4,3% que fora verificado em 2022, quando a economia se reerguia dos reflexos negativos da pandemia, somado aos repasses de valores significativos, por meio de programas

sociais à população mais carente. “As benesses do então Governo Federal deixaram um saldo negativo ao atual, sem condições financeiras naquele momento, de puxar o progresso econômico por meio do consumo das famílias, principalmente aquelas de baixa renda”, avalia.

Além dos novos valores de potencial de consumo, o levantamento alterou também os dados demográficos, de acordo com as divulgações feitas pelo IBGE em 2023. “O Censo de 2022 indicou um crescimento menor da população brasileira na última década, totalizando 204.278.102 habitantes no ano passado, o que acabou impactando consideravelmente a população na maioria dos municípios”, pondera Pazzini.

Outro destaque foi a Região Sul que, devido ao processo de migração

social positiva, com uma quantidade maior de domicílios nas classes mais altas, recuperou sua tradicional vice-liderança e ultrapassou o Nordeste no ranking de consumo entre as regiões brasileiras. “Enquanto a média nacional da evolução nominal do potencial de consumo foi de 9,9%, no Sul esse número foi de 13,7%, graças ao desempenho das classes A, B1 e B2 que apresentaram uma elevação de, respectivamente, 24,1%, 19,0% e 25,2%”, explicou o pesquisador.

O trabalho reforçou, ainda, a tendência de queda na participação das 27 capitais no mercado consumidor (de 29,07% em 2022 para 27,95% em 2023), como ocorreu nos últimos anos. Com um leve declínio, o interior ficou com 54,8% da fatia, enquanto as regiões metropolitanas, em ascensão, responderam por 45,2% do cenário nacional. Pazzini lembra que, de 2022

para 2023, a quantidade de empresas subiu 3,5% no interior e 6,7% nas capitais e regiões metropolitanas, contra 5% da média nacional. “Esse cenário pôde ser explicado pelo home office, pois mesmo que a empresa funcionasse em grandes centros, ela não necessitava mais de grandes áreas de escritórios. Aliado a isso, houve uma oferta maior de imóveis corporativos para locação, com preços inferiores aos praticados antes da pandemia”, justificou.

PERFIL BÁSICO

Com números atualizados pelos primeiros resultados do Censo de 2022, a IPC Marketing estima que o Brasil possuía em 2023 cerca de 204,3 milhões de cidadãos. Destes, 173,2 milhões moravam na área urbana e foram responsáveis pelo consumo per capita de R\$ 36,7 mil, contra R\$ 16,3 mil gastos pela população rural.

BASE CONSUMIDORA

Tradicionalmente, a classe B2 liderou o panorama econômico, representando cerca de R\$ 1,6 trilhão dos gastos. Junto à B1, pertenciam a 21,8% dos domicílios, assumindo 42,3% (quase R\$ 2,7 trilhões) de tudo o que foi desembolsado pelas famílias brasileiras. Presentes em quase metade das residências (47,8%), C1 e C2 totalizaram R\$ 2,1 trilhões (33,1%) dos recursos gastos. Já o grupo D/E, que ocupava 27,8% das moradias, consumiu cerca de R\$ 635,4 bilhões (10%). Embora em menor quantidade (apenas 2,6% das famílias), a classe A ampliou sua movimentação para R\$ 931,6 bilhões (14,6%), distanciando-se dos menos favorecidos.

Já na área rural, o montante de potencial de consumo chegou a R\$ 507,2 bilhões (7,4% do total).

CENÁRIO REGIONAL

O Sudeste seguiu liderando o ranking das regiões, tendo respondido por 49% do consumo nacional.

Como já mencionado, a Região Sul voltou a ocupar o segundo lugar da lista, ganhando representatividade de 18,6% e desbancando o Nordeste que, caiu para 17,9%. Em quarto lugar apareceu Centro-Oeste, que aumentou sua fatia para 8,6%, e por último, a Região Norte, que diminuiu sua participação para 5,9%.

MERCADOS POTENCIAIS

O desempenho dos 50 maiores municípios equivaleu a R\$ 2,646 trilhões, ou 38,5% de tudo o que foi consumido em território nacional. De 2021 a 2023, os quatro principais mercados mantiveram suas posições, como a seguir, em ordem decrescente: São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF e Belo Horizonte/MG. Em quinto, Curitiba/PR, que inverteu seu lugar com Salvador/BA, seguida por Fortaleza/CE, Porto Alegre/RS, Goiânia/GO, Manaus/AM, Campinas/SP e Recife/PE. Outras capitais, como Belém/PA (14º), Campo Grande/MS (16º) e Florianópolis/SC (19º) também se sobressaíram nessa seleção, bem como as seguintes cidades metropolitanas ou interioranas: Guarulhos (13º), Santo André (15º), São Bernardo do Campo (17º), Ribeirão Preto (19º) e São José dos Campos (20º), no Estado de São Paulo; Uberlândia, em Minas Gerais (22º); e São Gonçalo (23º), no Rio de Janeiro.

GEOGRAFIA DA ECONOMIA

A análise quantitativa de distribuição de empresas no âmbito nacional para cada mil habitantes também sofreu alguns ajustes, devido aos últimos dados demográficos. Mesmo assim, confirmou-se o cenário de retenção geral. Segundo os cálculos recentes, as Regiões Sul e Sudeste levaram vantagem com, respectivamente, 136,06 e 134,75 empresas por mil habitantes. Em seguida, veio o Centro-Oeste com 113,18 e, bem abaixo da média, estavam as regiões Nordeste, com 66,84, e Norte, com apenas 59,74 empresas/mil habitantes.

HÁBITOS DE CONSUMO

Sobre as preferências dos consumidores na hora de gastar sua renda, o realce continuou para a categoria de veículo próprio, cujas despesas comprometeram 11,8% do orçamento familiar, em detrimento de outros segmentos, como alimentação e bebidas no domicílio, que responderam por 10,3% da renda das famílias.

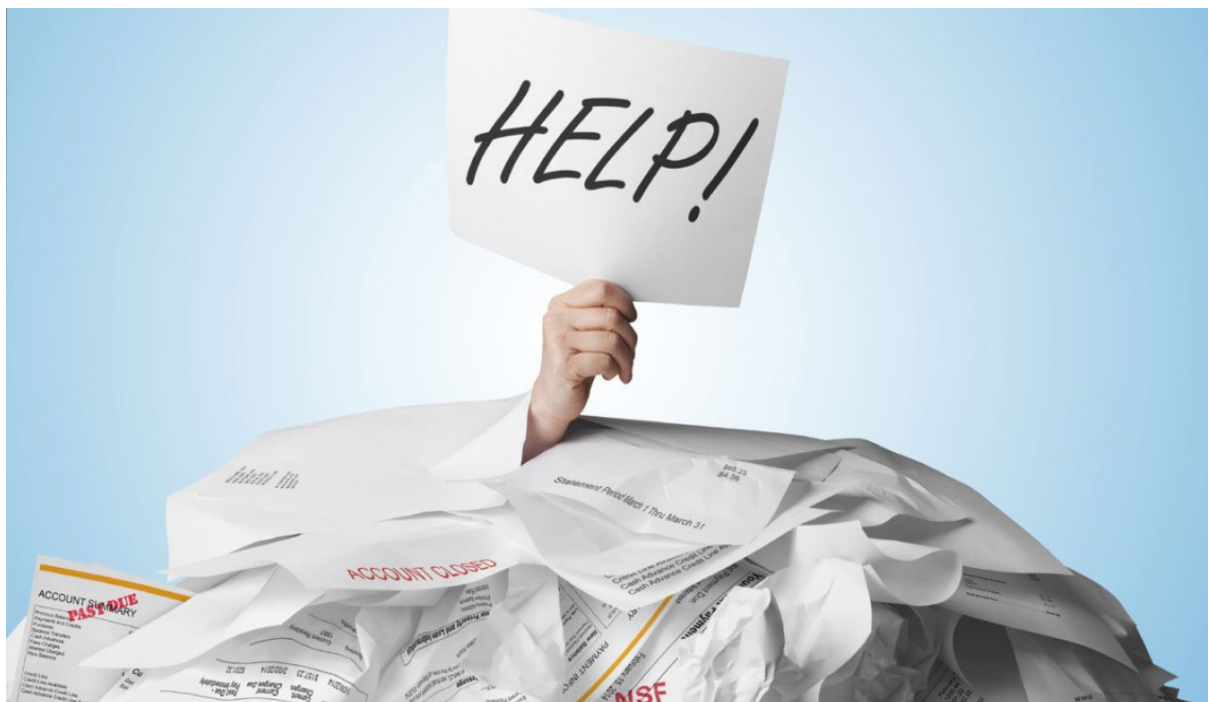
FAIXAS ETÁRIAS

Como já citado, a população brasileira diminuiu em 2023. Nesse contexto, os idosos foram os menos atingidos, tendo mantido a média com 32,3 milhões no período. Na faixa etária economicamente ativa, de 18 a 59 anos, a margem foi de 123 milhões, o que equivaleu a 60,2% do total de brasileiros, sendo mulheres em sua maioria. Também perdendo espaço, estavam os jovens e adolescentes entre 10 e 17 anos, que somaram 22,4 milhões, e foram superados por crianças de até 9 anos, que representaram 26,6 milhões.

Publicado anualmente pela IPC Marketing Editora, empresa que utiliza metodologias exclusivas para cálculos de potencial de consumo nacional, o IPC Maps destaca-se como o único estudo que apresenta em números absolutos o detalhamento do potencial de consumo por categorias de produtos para cada um dos 5.570 municípios do País, com base em dados oficiais, através de versões em softwares de geoprocessamento. Este trabalho traz múltiplos indicativos dos 22 itens da economia, por classes sociais, focados em cada cidade, sua população, áreas urbana e rural, setores de produção e serviços etc., possibilitando inúmeros comparativos entre os municípios, seu entorno, estado, regiões e áreas metropolitanas, inclusive em relação a períodos anteriores. Além disso, o IPC Maps apresenta um detalhamento de setores específicos a partir de diferentes categorias.

A diferença entre um endividado e um inadimplente?

Razões e consequências de cada um dos cenários



No contexto econômico do Brasil, marcado por dinâmicas complexas, é essencial compreender não apenas os números e estatísticas, mas também as nuances por trás deles. Um dos aspectos mais cruciais da saúde financeira individual e coletiva é a distinção entre endividamento e inadimplência.

Conforme revelado pelo último levantamento do Serasa, realizado em dezembro de 2023, mais de 43% dos brasileiros enfrentam atrasos em suas obrigações financeiras, totalizando uma dívida coletiva que ultrapassa os R\$367 bilhões. Além disso, os dados mais recentes indicam que mais de 70 milhões de brasileiros permanecerão inadimplentes até o final deste ano. Esses números não apenas eviden-

ciam a extensão do desafio financeiro enfrentado por muitos cidadãos, mas também destacam a importância de políticas e estratégias que promovam a educação financeira e ofereçam suporte para lidar com essas questões de maneira eficaz.

Nesse contexto, o especialista Maurício de Faria, comercial do Grupo KSL – especialista em cobrança amigável e jurídica, atuando também em serviços de Contact Center e relacionamento - explora as diferenças entre endividamento e inadimplência, esclarecendo as principais dúvidas.

ENDIVIDADO X INADIMPLENTE

“A pessoa endividada é aquela que tem dívidas, mas não está em atraso,

ou seja, possui recursos para pagar mensalmente”, explica o Maurício. “Já o inadimplente é aquele que deixou de pagar suas parcelas ou dívidas. Este não tem mais condição financeira para arcar com as promessas de pagamento que fez”, acrescenta.

Em suma, quando alguém está endividado, significa que possui um compromisso financeiro, como um empréstimo bancário, porém mantém um plano de pagamento regular e consistente, utilizando seus recursos para quitar essa dívida. Por exemplo, ao obter um empréstimo em um banco e estabelecer um cronograma de pagamentos mensais, a pessoa endividada demonstra capacidade e intenção de honrar seus compromissos financeiros.



Por outro lado, a inadimplência ocorre quando o devedor não cumpre com suas obrigações financeiras dentro do prazo estabelecido, o que pode resultar em consequências negativas, como juros adicionais e impactos na sua reputação creditícia. Logo, enquanto o endividamento reflete uma situação gerenciável em que o devedor mantém um plano de pagamento, a inadimplência representa uma falha nesse compromisso, com potenciais repercussões financeiras adversas.

O QUE LEVA AS CONDIÇÕES?

O especialista explica que o endividamento ocorre por falta de organização financeira, desemprego ou problemas de saúde. A situação leva a impactos na vida financeira e pessoal de um indivíduo, uma vez que, quando alguém se vê sobrecarregado por dívidas, gera-se estresse financeiro junto a uma série de consequências adversas.

Em termos financeiros, o não pagamento de dívidas pode resultar em juros acumulados, penalidades e até mesmo ações legais por parte dos credores. Além disso, a qualidade de vida pessoal pode ser afetada à medida que a pessoa se depara com dificuldades para pagar contas básicas e manter um padrão de vida desejado. A saúde mental também pode ser im-

pactada, com sentimentos de ansiedade, estresse e autoestima reduzida.

No caso da inadimplência, a situação é outra - "As consequências envolvem o pagamento de juros e encargos, além do indivíduo ficar 'rotulado' no mercado financeiro, adquirindo problemas para ter mais créditos", esclarece Mauricio. De acordo com o especialista, para evitar essa situação, é necessário um controle financeiro e uma organização plena da quantidade disponível de receita e despesas.

COMO LIDAR?

No caso do endividamento, a prioridade é estabelecer um plano de pa-

gamento viável e realista. Isso pode envolver a renegociação dos débitos com os credores, a consolidação de dívidas ou a busca por fontes adicionais de renda. "Controlar todos os gastos bem como acompanhar taxas de juros para analisar se é viável comprar algo são medidas válidas", pontua o especialista do Grupo KSL. Além disso, é fundamental adotar hábitos financeiros saudáveis, como criar um orçamento e evitar novas dívidas.

Por outro lado, quando se trata de inadimplência, é essencial agir rapidamente para resolver a situação. Isso pode incluir entrar em contato com os credores para negociar formas de pagamento alternativas, como parcelamentos ou reduções de juros. Buscar orientação financeira profissional também pode ser benéfico para desenvolver estratégias personalizadas de recuperação financeira.

O Grupo KSL é especialista em cobrança amigável e cobrança jurídica, atuando também em serviços de Contact Center e relacionamento. Desde o seu surgimento, em 1996, o equilíbrio entre atendimento humanizado e inovação tecnológica sempre balizaram os serviços prestados pelo grupo, que personaliza serviços e soluções que integram o processo de gestão de seus clientes.



Por que o Brasil não tem tantos milionários?

Segundo estudo realizado pelo banco UBS, o Brasil possui "somente" cerca de 413 mil milionários. Entenda qual é o problema desse número



O Brasil possui cerca de 413 mil milionários. O número equivale a 0,21% da população brasileira. Dados são de estudo realizado pelo banco UBS.

Os Estados Unidos, que possuem pouco mais de 100 milhões de habitantes do que o Brasil, ocupam o primeiro lugar no ranking, com 22,7 milhões de milionários e uma participação de 38,2% do total global de ricos (59,4 milhões de milionários em todo o mundo).

Outros países no ranking são a China, em segundo lugar e com pouco mais de 6 milhões de milionários, ou 10,5% do total mundial. A França é seguida de perto pela Alemanha (4,4%) e pelo Reino Unido (4,3%). Itália, Holanda e Espanha possuem cada um cerca de 2% dos milionários do planeta.

“O verdadeiro problema é que o Brasil é um país com muitos mais habitantes do que a maioria desses do ranking, mas não possui mais pesso-

as ricas do que nenhum deles. Parece que o empresário tem muito mais dificuldades no Brasil para crescer”, explica Luciano Bravo, CEO da Inteligência Comercial e Mentor de Crédito Internacional.

As estatísticas de riqueza monetária, que não contabilizam os bens imóveis, indicam que os indivíduos brasileiros possuem um montante total de recursos financeiros inferior ao PIB do Brasil. Com uma dívida interna que ultrapassa os R\$ 7 trilhões, uma parcela considerável dos portfólios de investimento dos cidadãos brasileiros já está alocada em títulos da dívida pública.

“Essa disparidade de números entre o Brasil e outros países no ranking de milionários levanta questões sobre as oportunidades de crescimento e prosperidade no país, como o acesso ao crédito e outras questões”, explica Luciano.

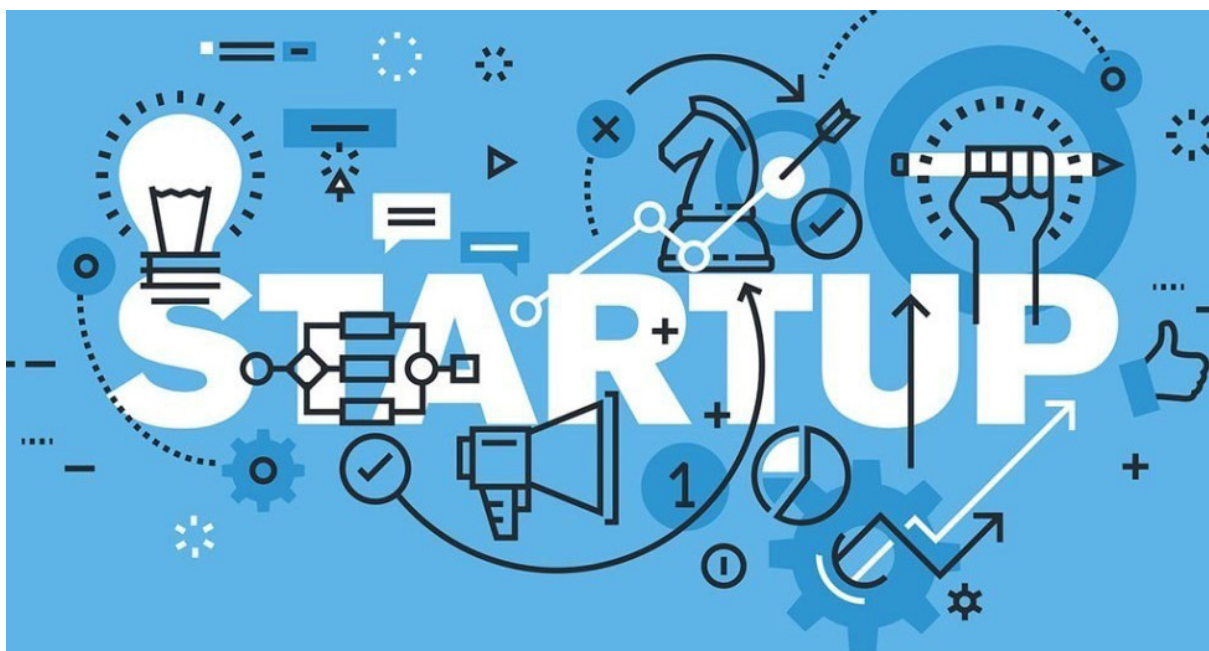
Apesar de ter uma população significativamente maior, o Brasil não acompanha a quantidade de pessoas ricas encontradas em outras nações. Isso sugere desafios adicionais para empresários e investidores no Brasil, conforme aponta o Mentor de Crédito Internacional.

Outras razões para o não enriquecimento dentro do cenário brasileiro são a baixa taxa de poupança e de investimento, a visão estatista da maioria da sociedade, o caos do regime tributário, a logística deficiente e, por fim, a educação brasileira.

“Para um empresário enriquecer no Brasil, é essencial estar atento às oportunidades de mercado, investir em inovação e tecnologia, e adotar uma abordagem estratégica e disciplinada para o planejamento financeiro e operacional do negócio. Estar aberto a novas estratégias como o crédito internacional também.”, finaliza Luciano.

BID Lab lança programa Gateway para escalar startups da América Latina e do Caribe nos EUA

Programa funcionará como ponte entre os dois hemisférios, facilitando que as empresas dos Estados Unidos encontrem oportunidades no Sul



O BID Lab, laboratório de inovação do Grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e TechnoArt, plataforma global para o crescimento de startups de tecnologia, lançam Miami LAC Gateway, o primeiro programa desta aliança projetado especificamente para empresas da América Latina e do Caribe que desejam atuar no mercado dos EUA. As empresas sediadas nos Estados Unidos que buscam oportunidades de expansão na América Latina e no Caribe também poderão se beneficiar do apoio do BID Lab e do TechnoArt.

Ao estabelecer uma base estratégica de atuação na cidade de Miami, as startups poderão expandir seus negócios aproveitando as redes de

contato do BID Lab e TechnoArt. O programa facilitará as conexões dos empreendedores com investidores e startups locais, aceleradoras, prestadores de serviços e especialistas nas áreas de negócio das empresas, o que favorecerá oportunidades de crescimento e ajudará os empreendedores a obter novos clientes, identificar parceiros estratégicos e acessar capital que permita o crescimento de seus negócios. O BID Lab e a TechnoArt lançam simultaneamente a plataforma Gateway, que permite às empresas acessar um mercado global onde podem vender seus produtos online.

As empresas que desejarem participar do programa deverão demonstrar capacidade de escala, ter base tecnológica e modelo de negócios inovador, e

consideração especial será dada a startups cujas equipes sejam inclusivas em termos de gênero e diversidade.

"Este programa apoia startups da América Latina e do Caribe em sua incursão no mercado dos EUA, bem como empresas sediadas nos EUA que exploram novos caminhos de entrada em nossa região. A Gateway criará impacto ao unir as Américas, o que abrirá oportunidades de investimento e novas maneiras de apoiar o crescimento de ecossistemas inovadores", disse Irene Arias Hofman, CEO do BID Lab.

Por sua vez, Tristan Jehna, GP da TechnoArt, acrescentou que "estamos ansiosos para conhecer as novas em-



presas e apoiá-las com nossas conexões na região. Acreditamos que este programa abrirá novas oportunidades de crescimento tanto para as empresas sediadas na América Latina e no Caribe como para o ecossistema regional de Miami. Estamos muito satisfeitos em facilitar esta iniciativa emocionante."

O impulso econômico e tecnológico de Miami e seus numerosos pontos em comum com a América Latina e o Caribe apresentam um cenário ideal para conectar a capital e a experiência dos Estados Unidos com o talento emergente e a inovação da América Latina e do Caribe. O programa também abre oportunidades para a cidade de Miami, que se beneficiará com a construção de pontes com o sul, facilitando a atração de mais investidores e capitais e a expansão de suas empresas de tecnologia. Segundo relatório publicado pelo BID Lab, as startups de Miami que decidiram se comprometer com a internacionalização criam mais valor do que aquelas focadas exclusivamente no mercado doméstico.

"No condado de Miami-Dade, um centro de tecnologia e inovação

em crescimento nos EUA, damos as boas-vindas ao programa Miami LAC Gateway", disse a prefeita do condado, Daniella Levine Cava. "Nosso vibrante ecossistema tecnológico e nossos fortes laços com a América Latina nos tornam o local perfeito para programas como este, que fornecem a startups e empreendedores qualificados uma base para expandir seus negócios e construir sua casa profissional em nosso inovador centro de tecnologia."

O prefeito de Miami, Francis Suárez, também parabenizou o BID Lab e o TechnoArt pelo lançamento do programa na cidade: "Esta é uma excelente oportunidade para empresas em fase de crescimento fazerem parte do ecossistema tecnológico de Miami, que está em expansão. estabelecem sua casa em Miami e agradecemos ao BID Lab e à TechnoArt por terem escolhido Miami como centro deste extraordinário programa", observou.

O programa Gateway conta com a colaboração de parceiros renomados como Mastercard, Heidrick & Struggles, Next.law de Shulman Rogers, Elis, Selina, Pérez Correa González,

além de investidores regionais como Blumberg Capital, Liquidity Group, H2O, Ignia e Femsa.

BID Lab é o laboratório de inovação e empreendedorismo do Grupo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Seu objetivo é encontrar novas formas de impulsionar a inclusão social, a ação ambiental e a produtividade na América Latina e no Caribe. BID Lab alavanca financiamento, conhecimento e conexões para apoiar empreendimentos em etapas iniciais, fomentar o desenvolvimento de novas tecnologias, ativar mercados inovadores e dinamizar setores existentes.

TechnoArt é uma plataforma global especializada em orientar empreendedores para estabelecer modelos de negócios sustentáveis e escaláveis, alcançando comunidades que necessitam de mudanças transformadoras e oportunidades de crescimento. A TechnoArt cria um caminho diferenciado projetado para proporcionar aos empreendedores acesso e exposição a recursos globais, permitindo-lhes construir, implementar e dimensionar suas soluções

Redução da participação do agro no PIB em 2024 preocupa?

André Ito

CEO da MAV Capital

O Agronegócio foi muito bem em 2023, mas poderia ter ido melhor se não fossem os problemas climáticos causados em parte pelo fenômeno El Niño, em parte pela ação humana. As chuvas torrenciais, provocadas por tempestades extratropicais, resultaram em enchentes fora do comum e, conseqüentemente, em destruição e muitas perdas para agricultores e pecuaristas. Indústrias diretamente ligadas ao setor e que se situavam nas áreas atingidas também sofreram prejuízos.

Sem dúvida, Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram os Estados que mais sentiram o impacto do clima descontrolado. Nos Estados da região Norte, onde fica a floresta Amazônica, aconteceu o contrário. Uma forte estiagem fez muitos dos grandes rios locais ficarem pequenos. Houve mortalidade de peixes, impossibilidade de navegação em algumas áreas e, claro, prejuízo à produção agropecuária local.

O ano de 2023, aliás, entrou para a história do país como o mais quente já registrado. O calor excessivo, por si só, já é suficiente para prejudicar diversas culturas. Há espécies vegetais que são mais produtivas no frio. Mesmo aquelas adaptadas ao calor, têm seus limites de temperatura. Tudo isso preocupa. E já existe a expectativa de que a safra de grãos do período 2023/2024 seja um pouco menor do que a colhida em 2022/2023.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) estima queda de 4,2% na produção brasileira de grãos na safra atual em comparação com a anterior. A expectativa é de que o Brasil alcance produção de 306,37 milhões de toneladas ante 319,86 milhões do período anterior. Se isso ocorrer, pela primeira vez em décadas, a participação do agronegócio no PIB pode apresentar recuo.

Mas calma lá. Nem tudo é crise. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Apli-



cada) prevê aumento de 13,5% na produção de cana-de-açúcar e de 10% no ritmo de abate de bovinos, desarmando um pouco os mais alarmistas. E como fica o mercado de Fiagro dentro deste cenário? Em primeiro, como se vê, uma cultura, de certa forma, compensa a outra.

Além disso, produção menor, dependendo das circunstâncias da economia mundial, pode significar preços melhores e margens de lucro maiores, favorecendo a cadeia e, de quebra, a rentabilidade dos Fiagros. Mas é claro que, individualmente, um fundo composto por ativos que foram prejudicados por fenômenos naturais de grande magnitude pode sofrer com perdas. Tudo isso faz parte do risco, mas tais situações podem ser mitigadas para os investidores de acordo com as garantias desses ativos.

Temos também de nos lembrar que problemas sempre vêm acompanhados de pesquisas, estudos e recursos para reverter a situação. Vamos a um exemplo prático. Até poucos anos atrás o Brasil importava 100% do azeite de oliva que consumia. Hoje temos uma pequena produção local, principalmente em Minas Gerais.

Apesar de ainda ocorrer em pequenas propriedades, ela é fruto de um trabalho de pesquisa e engenharia genética que viabilizou o plantio de oliveiras em território nacional. O solo e o clima daqui não eram adequados. Certamente a pequena produ-

ção se tornará gigante em poucos anos e nos tornaremos players mundiais também neste tipo de cultura.

As mudanças climáticas vão exigir mais pesquisas, no caso para gerar culturas capazes de se adaptarem ao novo normal climático. Assim como plantar, colher, industrializar, pesquisar e desenvolver também demandam financiamento. Se nas condições atuais o cobertor financeiro que está disponível é curto, imaginem em uma situação um pouco mais extremada?

O Fiagro, que foi criado para atender as necessidades da cadeia agroindustrial e será uma porta de acesso a financiamento extremamente importante. Um indispensável complemento aos meios tradicionais de crédito. Finalizando, é claro que as mudanças climáticas preocupam. Tudo seria mais fácil se o ciclo de sol, chuva, temperatura continuasse como antes. Infelizmente não é o que está acontecendo.

O produtor brasileiro é resiliente e está sempre em busca de novas soluções. Como um dos maiores produtores de grãos do mundo, o país vai investir em pesquisa e desenvolvimento para que haja manutenção da alta produtividade com a busca de novos caminhos para o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, os Fiagros terão papel fundamental ao ser a fonte de financiamento dos produtores e com rentabilidade atrativa aos investidores.

CVM – qual a importância para o mercado e os investidores?

Fabiano Nagamatsu

CEO na Osten Moove, empresa que faz parte da Osten Group, uma Aceleradora Venture Studio Capital focada no desenvolvimento de inovação e tecnologia juntamente com estratégias e planejamento baseado no modelo de negócio da startup – ostenmoove@nbpress.com.br



A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) é uma das autarquias mais relevantes do país no que se refere ao mercado de investimentos. Apesar de estar vinculada ao Ministério da Economia, tem identidade jurídica e autonomia na administração. Seu papel é fundamental para garantir a transparência, integridade e eficiência do setor, proporcionando um ambiente seguro e confiável para os investidores.

Além disso, também preserva os direitos de fundos de investimentos; sociedades anônimas; auditorias independentes; securitizadoras; administradores e gestores de carteira de títulos; consultores de valores mobiliários; e companhias de capital aberto.

PROTEÇÃO DO INVESTIDOR

A comissão exige que as empresas emitentes de valores mobiliários for-

neçam informações claras, precisas e completas sobre seus negócios. Essa transparência é essencial para que os investidores possam tomar decisões informadas, reduzindo os riscos associados aos investimentos.

A CVM trabalha para coibir práticas fraudulentas e irregularidades no mercado, punindo aqueles que violam as normas e prejudicam os investidores. A fiscalização constante contribui para a construção de um ambiente mais seguro e confiável, fortalecendo a confiança no mercado de capitais brasileiro.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Ao estabelecer regras e normas claras, a Comissão de Valores Mobiliários contribui ainda para a redução da assimetria de informações entre emissores e investidores. Isso cria

um ambiente mais equitativo, em que todos os participantes têm acesso às mesmas informações, melhorando a eficiência e a competitividade.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR

As instruções normativas tendem a acompanhar as atualizações e necessidades que surgem no mercado, como acontece com os novos investimentos. Nesse contexto, a CVM identifica demandas específicas e altera as regras conforme a consolidação de tendências. Consequentemente, essa iniciativa favorece a evolução do setor e proporciona melhores oportunidades a todos os envolvidos.

INCENTIVO À EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Uma das funções do órgão também é promover a educação financeira dos investidores por meio de cursos online e diversos materiais que proporcionam aprendizagem constante sobre o melhor uso do dinheiro. Essa iniciativa torna os conhecimentos mais acessíveis, permitindo que qualquer pessoa entenda o próprio perfil de investidor, participe do mercado de capitais e se aproxime dos seus objetivos financeiros.

Como se vê, a existência de uma entidade reguladora robusta como a CVM é um elemento-chave para garantir a confiança dos investidores e a estabilidade do mercado, criando um ambiente propício para o crescimento econômico e o investimento sustentável.

Pós-graduação Brasil: Robô mineiro faz pesquisa sobre a evolução dos cursos no Brasil

O acesso à pós-graduação no Brasil experimentou um crescimento significativo nos últimos anos, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC). O número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação chegou a 122 mil, representando um aumento significativo de 9% nos últimos 8 anos. Esse dado reflete a busca constante por qualificação profissional e o reconhecimento da importância da educação continuada no cenário atual.

Atentos a esse cenário, a Price Survey conduziu uma pesquisa inédita, a pedido da COGNA, uma das maiores organizações de ensino do mundo, que atende mais de 2,4 milhões de alunos no Brasil. O foco da pesquisa foi analisar os preços dos cursos de pós-graduação, buscando compreender onde se encontram os cursos mais caros e quais foram as variações de preços ao longo do último ano.

Os resultados revelam que a média de preço por curso varia consideravelmente, sendo o MBA em Administração de Clínicas, Laboratórios e Farmácias o mais caro, com um custo médio de R\$ 7.493,07.

"Essa tendência reflete a crescente profissionalização da gestão na área da saúde, historicamente focada no atendimento clínico e hospitalar, conforme explica Maycon Andrade, CEO da Price Survey. Outros MBAs, como Gestão da Saúde com Ênfase em Administração Hospitalar, também apresentam valores expressivos, atingindo R\$ 5.400,00.

Em contrapartida, cursos na área de administração se destacam por oferecerem preços mais acessíveis, como o MBA Executivo em Administração de Materiais e Logística (R\$ 2.089,99) e o MBA em Administração Estratégica e Inteligência de Mercado (R\$ 1.476,00).



A pesquisa também analisou a evolução dos preços dos MBAs ao longo de 2023. No início do ano, a média de preço era de R\$ 3.594,49, e ao encerrar dezembro, a média havia aumentado para R\$ 5.269,08, representando um acréscimo de 46,58%. Essa variação destaca a dinâmica do mercado de pós-graduação, onde os preços podem sofrer alterações consideráveis em curtos períodos.

Um ponto interessante na pesquisa foi a metodologia empregada, que contou com a ajuda da inteligência artificial (IA). Robôs foram programados para explorar sites de várias instituições de ensino, buscando informações sobre os preços dos cursos e coletando milhões de dados. Posteriormente, especialistas da Price Survey analisaram e filtraram essas informações, gerando relatórios que podem influenciar o mercado e orientar futuras decisões educacionais.

Segundo Andrade, o levantamento oferece uma visão abrangente sobre o panorama atual dos preços de cursos de pós-graduação no Brasil, fornecendo dados valiosos para estudantes, instituições de ensino e pro-

fissionais que buscam aprimorar suas habilidades e conhecimentos.

"Ao concentrar esforços em pesquisas na web, utilizando a tecnologia de crawlers, foram obtidos resultados notáveis, oferecendo às instituições, informações valiosas e detalhadas que são essenciais para o aprimoramento de suas estratégias comerciais", explica o CEO.

Ele conta que a inteligência artificial aplicada às pesquisas possibilita disponibilizar dashboards analíticos intuitivos, oferecendo relatórios e gráficos detalhados que transformam dados complexos em insights acionáveis. Esses recursos facilitam a tomada de decisões, proporcionando aos clientes uma visão clara e abrangente dos padrões de precificação, tendências de mercado e oportunidades estratégicas.

"Essa combinação de monitoramento preciso, análises especializadas e visualizações intuitivas, se torna essencial para empresas que buscam otimizar suas estratégias de precificação e se destacar em ambientes competitivos", conclui Andrade.

Startups trazem soluções para evitar o desperdício de alimentos

O Brasil está entre os 10 países que mais desperdiçam alimentos no mundo, de acordo com a ONU. Nos mercados, mais de R\$ 1,3 bilhão em frutas, legumes e verduras vão das prateleiras para o lixo todos os anos, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA). Quando adquiridos e próprios para o consumo, os alimentos também acabam no lixo: De acordo com a ABIA, cada brasileiro descarta em média 60 quilos de alimentos próprios para o consumo todos os anos.

Ao todo, as perdas e desperdícios no Brasil são estimados em cerca de 30% de toda a produção alimentar, sendo causados por fatores como danos na produção, armazenamento inadequado e problemas no transporte, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Com mais de 1,5 milhão de estabelecimentos espalhados pelo país e um movimento estimado em mais de R\$220 bilhões por ano, o setor de food service é vital para a economia brasileira, mas também é campeão em desperdícios, segundo a ABIA. De acordo com Otávio Pimentel, Country Manager da Frubana, foodtech que utiliza tecnologia para conectar pequenos produtores a restaurantes de acordo com a oferta e demanda, eliminando intermediários e evitando o desperdício de alimentos nas prateleiras de mercados e centros atacadistas, “o desafio desses estabelecimentos está na eficiência logística para o abastecimento dos estoques. Com o uso de tecnologia nossa operação reduz o desperdício de 30% para apenas 0,8%. Conseguimos isso por meio de uma operação logística que entrega os alimentos direto para os estabelecimentos, agregando valor para o produtor e agilidade operacional para restaurantes” explica o executivo.

No setor de supermercados não é diferente: De acordo com dados da Associação Brasileira de Supermercados (Abbras), a operação dos supermercados no Brasil em 2023 descartou cerca de R\$7,9 bi-



lhões em alimentos que estavam dentro da validade. Entre os alimentos que mais foram desperdiçados estão frutas, legumes e verduras (38,3%), seguido de carnes (25,4%) e laticínios (17,8%).

Operando um aplicativo de mercado sob demanda com entregas em minutos ou agendadas, a Daki desenvolveu uma seção especial com ofertas de produtos que estão próximos ao vencimento. De acordo com o Diretor de Retail da Daki, Ricardo Costa, “a partir dessa estratégia, conseguimos atuar em duas frentes: de um lado disponibilizamos produtos que ainda estão próprios para o consumo, a preços mais acessíveis. Por outro lado, evitamos que eles porem no lixo.” destaca.

Além disso, a empresa atua também com uma parceria com a Associação Prato Cheio, ONG que arrecada e distribui alimentos para entidades assistenciais. A ação que começou em junho de 2023 com a doação de hortifruti, já impactou quase 8 mil pessoas com a doação de cerca de 44 toneladas de alimentos, proporcionando a produção de refeições e contribuindo para o combate à fome.

“Como nosso padrão de qualidade de venda do hortifruti é alto, identificamos uma quantia considerável de perdas dessa categoria diariamente. Com a intenção de auditar processos, começamos a reverter as perdas para o nosso Centro de

Distribuição e percebendo que mais de 90% dos produtos que retornavam ainda estavam aptos para o consumo, vimos a oportunidade de aproveitar esses alimentos para outros fins. Então, uma das várias ideias que tivemos, foi a doação desses produtos.” comenta, Ricardo Costa.

Neste mesmo sentido, uma estimativa da b4waste, foodtech que conecta os supermercados com produtos perto da data de vencimento a consumidores que pretendem consum-los dentro do prazo e buscam preços acessíveis, o não descarte desses alimentos beneficia a redução da emissão de carbono. Após três anos de operação, a empresa calcula que já foi capaz de evitar o desperdício de mais de duas mil toneladas de produtos, o que representa a prevenção da emissão de 1.7 toneladas de CO2 na atmosfera.

Para os negócios, a estratégia também ameniza os prejuízos que o lixo causa anualmente no faturamento das varejistas. De acordo com a b4waste, ao disponibilizar os produtos, com descontos a partir de 50% do valor convencional, os comércios são capazes de cortar as perdas pela metade. “O descarte de produtos não vendidos causa um impacto enorme nos caixas dos supermercados. Para se ter uma ideia, a média de 2% de perdas nas redes representa aproximadamente R\$ 7,9 bilhões anuais”, explica Luciano Kleiman, CEO da b4waste.

APIMEC Brasil sugere à CVM aprimorar definição da atividade profissional de analista de investimento, para incluir influenciadores digitais

Entidade defende mudanças na resolução CVM 20/21, para mitigar subjetividades e contribuir para trazer mais transparência e segurança ao mercado e investidores.



A APIMEC Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil) encaminhou resposta à audiência pública aberta pela CVM e convocada com o objetivo de aprimorar a regulamentação da atividade de profissional de investimento em valores mobiliários, com especial atenção aos influenciadores digitais financeiros. Entre as sugestões que a entidade encaminhou, incluindo contribuições vindas dos Analistas de Valores Mobiliários – Pessoa Natural e Jurídica, encaminhadas no âmbito de audiência restrita, promovida pela APIMEC Brasil, o principal ponto é definir de

forma mais detalhada, na resolução CVM 20/21, quais são os elementos que constituem o caráter profissional da atividade de análise de valores mobiliários, de maneira a tornar obrigatório o credenciamento para quem a exerce.

“A resolução CVM 20/21 diz, em seu artigo primeiro, que a atividade de análise é aquela que em caráter profissional, auxilia o investidor no processo de tomada de decisão de investimentos, mas a norma não traz de maneira concreta, quais são os elementos que caracterizam a referida atividade profissional, é preciso

mitigar essa subjetividade”, explica Bruno Fernandes, superintendente de autorregulação da APIMEC Brasil.

“A definição da atividade de análise não apresenta, de forma objetiva, o que caracterizaria a atividade profissional. Neste sentido, entendemos que a subjetividade da definição legal traz certa insegurança jurídica. Sendo assim, além da habitualidade e de remuneração direta ou indireta, seria importante ser esclarecido aos participantes do mercado o que caracterizaria o aspecto profissional da atividade de análise, relativamente à remuneração direta ou indireta,

como, por exemplo: Remunerações Diretas: i) Vínculo CLT; ii) Contrato de prestação de serviços; iii) Venda de assinaturas para ter acesso aos conteúdos de análise; iv) Venda de acesso a determinado canal para ter acesso aos conteúdos de análises; Remunerações Indiretas: i) Monetização das plataformas de redes sociais ii) Parcerias possibilitadas pelas plataformas; iii) Publicidades possibilitadas pelas plataformas.

De acordo com Bruno Fernandes “a CVM poderia, de alguma maneira, trazer mais elementos desse caráter profissional de maneira formal ao mercado, com objetivo de diferenciar a atividade profissional de análise da liberdade de expressão. Por exemplo, se um influenciador não tem uma quantidade significativa de seguidores e sua atuação for no âmbito educacional, sem auxiliar/induzir o investidor no processo de tomada de decisão de investimentos, a princípio, não exercerá a atividade de análise, tão logo não precisaria seguir com a regulamentação do Analista. Temos essa preocupação, pois é de suma importância, estabelecer de maneira clara e objetiva que, caso um determinado participante de mercado, queira disponibilizar conteúdos sobre valores mobiliários, que possa auxiliar/induzir o investidor no processo de tomada de decisão de investimentos e possua alguns dos elementos que possa caracterizar a sua atuação como atividade profissional, que estes, devem indispensavelmente estar credenciados como Analistas de Valores Mobiliários”.

Ele salienta que é “Importante lembrar que os Analistas de Valores Mobiliários, para exercer a atividade de análise, necessitam comprovar a sua capacitação técnica por meio de aprovação em exame de certificação CNPI, bem como, se submetem a Autorregulação da APIMEC Brasil, além da necessidade de renovar a sua certificação a cada 5 anos, por meio de um Programa de Educação Continua-

da – PEC, de forma a comprovar que está atualizado em relação as regulamentações vigentes e apto a exercer a referida atividade. Isto posto, entendemos que é de suma importância a melhor definição do caráter profissional, para que os conteúdos que possam auxiliar o investidor no processo de tomada de decisão de investimentos, oferecidos em caráter profissional, sejam disponibilizados por profissionais capacitados e aderentes as regulamentações vigentes. A melhor definição do caráter profissional, visa também evitar o cerceamento da liberdade de expressão, pois acreditamos que os Influenciadores Digitais são de suma importância para auxiliar o mercado com educação financeira e disseminar conteúdo. Por isso é importante que a CVM traga esses elementos de maneira um pouco mais objetiva, até para o mercado conseguir distinguir quem atua como analista dos influenciadores que disponibilizam outros conteúdos, como por exemplo os de cunhos educacionais” conclui Fernandes.

De forma geral, os quatro pontos principais que a entidade destacou são:

1. *Definir melhor a atividade de analista de investimento;*
2. *Redefinição do termo “relatório de análise”, a entidade sugere alterar para “conteúdos de análise”;*
3. *Alteração do artigo 13 da Resolução CVM nº 20/2021, que inviabiliza investimentos pessoais dos analistas em função das restrições contidas nela. Tais restrições podem configurar uma barreira para que influenciadores digitais financeiros, que atuam, na prática, como analistas de valores mobiliários se credenciem como analistas de valores mobiliários. Uma medida para flexibilizar a sua aplicação, por exemplo, poderia ser a obrigação*

do analista de manter, de forma contínua, os ativos que compõem sua carteira pessoal e divulgar de forma transparente em seu site e nos relatórios aos clientes (full disclosure);

4. *Criação de uma sessão na Resolução CVM nº 20/2021, que torne obrigatório às pessoas jurídicas credenciadas junto à APIMEC Brasil, como instituições financeiras e casas de análise, apenas a contratação de influenciadores digitais financeiros credenciados junto à entidade.*

“É importante deixar claro que a APIMEC Brasil entende que os influenciadores digitais financeiros são de suma importância para o crescimento do mercado financeiro e de capitais, mas a nossa preocupação também é defender os investidores, principalmente os pequenos, que hoje não tem uma entidade para recorrer, caso sintam-se prejudicados por algum influenciador digital”, complementa Vinícius Corrêa e Sá, coordenador do comitê consultivo de autorregulação da APIMEC Brasil.

A Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (APIMEC Brasil) é uma entidade de pessoas físicas, com fins técnicos, culturais e não lucrativos. A associação realiza a interface entre entidades do mercado financeiro e de capitais, órgãos fiscalizadores, poderes executivo e legislativo, imprensa e profissionais de investimentos, participando de diversos fóruns de discussão em outras entidades, no Brasil e no exterior.

Presente há 52 anos no mercado, anteriormente como ABAMEC, a associação é uma das mais longevas e relevantes entidades do mercado financeiro brasileiro, promovendo eventos técnicos e educacionais e atividade de autorregulação do analista de valores mobiliários.



O nó da dívida dos Estados

Paulo Rabello de Castro

Ph.D em Economia. Ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPAG 2023 – Estados e Capitais

Tendo em vista que o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) é destinado a Estados que se encontrem em situação de grave desequilíbrio fiscal, a adesão a esse Regime é entendida como reconhecimento oficial de que o ente passa por dificuldades financeiras. Assim, todos os Estados que aderiram ao RRF tiveram sua CAPAG revisada para baixo.

Todos os demais Estados sem boa classificação de capacidade de pagamento (A ou B) possuem Índice de Liquidez (IL) maior ou igual a 100%. Para esses Estados, o volume de obrigações de curto prazo das fontes de recursos não vinculadas é superior aos recursos em caixa, o que resultou na perda da boa classificação de capacidade de pagamento.

UF	Nota Final da CAPAG	Endividamento (DC) Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida Indicador	Poupança Corrente (PC) Média Ponderada da Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada Indicador	Índice de Liquidez (IL) Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Indicador
AC	B	46,9	A	90,5
AL	B	91,8	B	66,3
AM	B	40,0	A	92,2
AP	C	77,3	B	76,2
BA	A	51,5	A	84,8
CE	B	60,3	B	87,1
DF	B	42,0	A	94,3
ES	A	34,2	A	90,6
GO*	C	-	-	-
MA	C	40,6	A	89,1
MG*	D	-	-	-
MS	B	49,2	A	85,8
MT	A	17,5	A	78,8
PA	B	16,1	A	87,9
PB	A	33,8	A	84,5
PE	C	47,2	A	92,4
PI	B	68,9	B	89,9
PR	B	58,3	A	87,1
RJ*	D	-	-	-
RN	C	34,5	A	95,5
RO	A	44,4	A	83,7
RR	B	27,3	A	88,1
RS*	D	-	-	-
SC	B	58,4	A	89,0
SE	B	43,2	A	92,4
SP	B	144,5	C	87,7
TO	B	31,9	A	88,9

Gráfico 55
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Fonte: Tesouro Nacional



Tabela 18
Nota dos Indicadores da CAPAG atual — Estados
Elaboração própria
Valores em: %
Fonte: Tesouro Nacional

* GO, MG, RJ e RS tiveram suas CAPAGs revisadas para baixo por estarem no Regime de Recuperação Fiscal e não possuem indicadores individuais calculados
** Não há liquidez calculada para os Estados do MA e do RN porque o denominador desse indicador (disponibilidade de caixa bruta de recursos não vinculados) foi igual a zero

O Brasil é um gigante imobilizado por uma cordalha com três nós poderosos. Para fazer o País recuperar sua capacidade de resposta e crescer mais rápido, é preciso que o governo consiga identificar e desatar esses nós, para romper a corda que sufoca a produtividade e mata os investimentos no nascedouro. As três grandes amarras nacionais são conhecidas: são elas o nó tributário, o previdenciário e o financeiro. Ano passado, o foco político do governo parou no nó tributário. Conseguimos

em parte, destravar uma reforma da tributação do consumo, mas ainda muito burocrática e presa a um calendário esticado até a próxima década (!). É como se o País não tivesse a mínima pressa de encontrar seu caminho.

Este ano, a ação política federal promete se concentrar no nó financeiro. O ministro Haddad propõe sentar-se com os governadores e o Congresso para redefinir quanto devem os Estados ao governo federal e como pre-

tendem pagar essas dívidas. Lula está desconfiado de um certo desgaste de imagem da sua polêmica atuação. É mais do que isso. Está num plano inclinado. Mas tem jeito. A solução está em atacar os três nós que emperram o País, de modo simultâneo e balanceado. Cada nó conversa com o outro. Cada solução se entrelaça com a seguinte. Não dá para ficar tomando medidas a prestação. O ministro da Fazenda deveria mostrar uma visão integrada do caminho que propõe trilhar. Só assim conseguirá vender

seu peixe aos desalentados cidadãos. A dívida dos Estados, por onde Haddad quer prosseguir, lhe abre uma avenida de possibilidades.

Haddad precisa, primeiro, reconhecer certas realidades. A dívida dos Estados não é um conjunto homogêneo; são 27 passivos financeiros de dimensões bem distintas, desde os maiores devedores (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) até aqueles que devem pouco ou nada, por terem feito sua lição de casa (Mato Grosso, Pará, Ceará, Paraná e outros). A proposta de Haddad deve ser desenhada de modo a atrair o interesse de todos, apesar de serem Estados com condições financeiras muito diferentes uns dos outros. Tem como fazer esse interesse comum ser despertado. A costura passa por definir desonerações “simétricas”, ou seja, dar a todos a possibilidade de acessar recursos (via emissão de novos títulos) de modo a viabilizar, para os muito endividados, um recorte substancial do passivo atual (o recorte pode ir até a 50% da dívida); e, para os pouco endividados, seriam abertas linhas de investimento em infraestruturas, em valores compatíveis com seu bom comportamento financeiro. Isso é o que significa dar simetria de tratamento, para evitar que só ganhem os que controlaram mal seu endividamento no passado.

Com simetria de tratamento, Haddad estaria falando de uma expressiva retomada de investimentos públicos em TODOS os Estados da Federação. É tudo com que sonha o chefe dele em Brasília. Mas há outras vantagens a ser colhidas disso. Uma delas seria a imperiosa ANTECIPAÇÃO dos efeitos de vários dispositivos da reforma tributária, o mais importante deles o artigo 8º da Emenda aprovada, que cria uma Cesta Básica Nacional de Alimentos com alíquota ZERO de tributos. Esse relevante dispositivo não pode esperar até 2033. A hora de im-



plantar a Cesta Sem Imposto é agora. O setor de alimentação pode ser convocado a participar, garantindo o repasse dessa vantagem tributária aos consumidores, sem exceção. O ciclo de alta de preços de alimentos seria quebrado. Na contramão, o governo gaúcho acaba de anunciar um “impostão” ao elevar para 12% o ICMS de um sem-número de itens de cesta básica. É prova da desorientação de uma administração estadual incapaz de gerir bem seus gastos, querendo transferir o ônus da bagunça financeira para cima do consumidor de arroz, feijão, leite e legumes. Não pode dar certo.

Haddad precisa convocar os governadores a Brasília e com eles pactuar uma revolução financeira em suas dívidas, desde que: (1) a vantagem de tal desoneração, em milhões de reais, se reverta, comprovadamente, em aumento dos investimentos nos Estados; (2) os novos papéis da dívida renegociada, com juros amenizados, sejam absorvidos pelo mercado, encerrando o infeliz capítulo do encarteiramento das dívidas estaduais no Tesouro Nacional; (3) a população

comece a sentir, desde já, algum benefício palpável dessa renegociação financeira, por meio da desoneração absoluta de uma cesta alimentar saudável, ampla e diversificada.

E o nó previdenciário? Esse é o mais grave de todos. Mas também tem jeito, desde que o governo faça uma revisão das falhas graves da reforma aprovada em 2019. Tem a ver com o nó financeiro e também com o tributário. Em parte, porque o buraco da previdência só tende a crescer e precisa ser estancado já, como se faz com um grande sangramento para, em seguida, se definir um lastro para o passivo previdenciário do INSS, aplicando os tais investimentos oriundos da renegociação da dívida dos Estados. O INSS do futuro precisa estar amparado por um leque de investimentos rentáveis, de gestão descentralizada, de modo a bancar, no tempo, o futuro dos “motoristas de aplicativos”, ou seja, dos jovens adultos de hoje, que serão os idosos no futuro. Mas essa já é outra conversa, para uma outra coluna.

O urgente desafio da estrutura tributária brasileira

Alcides Wilhelm

Diretor do Wilhelm & Niels Advogados Associados, localizado em Blumenau, Santa Catarina

O Brasil enfrenta um dilema tributário que não apenas o coloca em uma posição pouco desejada no cenário global, mas também levanta preocupações sobre os efeitos adversos que o aumento da carga tributária pode ter na economia. O país lidera um ranking indesejado de complexidade tributária e está entre os 20 países com maior receita tributária do mundo, segundo estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado em novembro de 2023.

Além disso, com as mudanças propostas pela reforma tributária, há o temor de que o Brasil se torne o detentor do maior Imposto sobre Valor Agregado (IVA) do mundo, ultrapassando a Hungria, que atualmente lidera com uma alíquota de 27%.

Estudos econômicos têm consistentemente apontado para a relação entre carga tributária e crescimento econômico. O aumento dos impostos, se não acompanhado por medidas adequadas, pode resultar em efeitos adversos sobre a atividade econômica. No contexto brasileiro, a discussão em torno da reforma tributária ganha destaque, especialmente na busca por simplificação e transparência no sistema fiscal, mas é crucial considerar os impactos potenciais sobre os diversos setores econômicos

AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

Na pesquisa “Estudo sobre influência do aumento da carga tributária na redução da atividade econômica”, a CNC alerta para os potenciais efeitos negativos do aumento da carga tributária sobre o crescimento econômico. A análise revela que o acréscimo na carga tributária sobre o consumo pode desencadear uma queda significativa na atividade econômica de diferentes setores. Por exemplo, uma ampliação de 1% na carga tributária do consumo pode resultar em queda no faturamento dos setores de turismo (0,49%), comércio (0,34%) e serviços (0,35%), prejudicando a dinâmica econômica desses segmentos.



A utilização do conceito de elasticidade nesse contexto é crucial para compreender a sensibilidade da atividade econômica às mudanças na carga tributária. A elasticidade nos mostra como uma variável responde a uma mudança percentual em outra variável. No caso em questão, a elasticidade revela o impacto da variação da carga tributária sobre o comportamento do consumo e, consequentemente, sobre a atividade econômica.

REFORMA TRIBUTÁRIA E COMPETITIVIDADE ECONÔMICA

A reforma tributária é uma resposta necessária para enfrentar a complexidade do sistema fiscal brasileiro. A simplificação e a transparência são objetivos louváveis, mas é essencial que tais mudanças não resultem em um aumento geral da carga tributária. A proposta de reforma deve ser cuidadosamente calibrada para evitar impactos negativos sobre o crescimento econômico e a competitividade de determinadas regiões.

Um ponto de preocupação significativo é a majoração da carga tributária para o setor de serviços, comércio e turismo. A análise da CNC destaca as potenciais consequências desse aumento, incluindo quedas no faturamento e na atividade econômica desses setores. Esse cenário levanta preocupações quanto à capacidade desses segmentos em contribuir para o crescimento econômico e a geração de empregos.

Além disso, estudos prospectivos, como os realizados pela Universidade de São

Paulo (USP) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indicam que a reforma tributária pode ter impactos assimétricos sobre as diferentes regiões do país. Os Estados da região Norte, por exemplo, podem perder competitividade na atração de investimentos, o que pode resultar em uma distribuição desigual do crescimento econômico entre as diversas regiões brasileiras.

EQUIDADE

A complexidade do sistema tributário brasileiro é um obstáculo para a eficiência econômica e a competitividade do país. Com uma infinidade de impostos, taxas e contribuições, as empresas enfrentam um fardo administrativo significativo para cumprir suas obrigações fiscais. Essa complexidade também cria um ambiente propício à evasão fiscal e à informalidade, prejudicando a arrecadação do Estado e minando a confiança dos investidores.

Além disso, a elevada carga tributária impõe um peso considerável sobre os contribuintes, reduzindo a capacidade de consumo e investimento das famílias e empresas. Isso pode desestimular o empreendedorismo, a inovação e o crescimento econômico, prejudicando o desenvolvimento sustentável do país.

A reforma tributária demanda uma abordagem equilibrada e cuidadosa. Embora a simplificação e a transparência sejam objetivos importantes, é fundamental garantir que as mudanças propostas não resultem em um aumento geral da carga tributária, especialmente para setores sensíveis como o de serviços, comércio e turismo. Além disso, é crucial considerar os impactos regionais da reforma, buscando mitigar desigualdades e promover um crescimento econômico mais equitativo em todo o país. A análise cuidadosa desses desafios é essencial para garantir que a reforma tributária contribua efetivamente para o desenvolvimento econômico sustentável do Brasil.

Taxa de Desemprego no Brasil foi de 7,8% no trimestre até fevereiro de 2024.

Taxa de Informalidade atinge 38,7%

A taxa de desocupação (7,8%) subiu 0,3 ponto percentual no trimestre encerrado em fevereiro de 2024 frente ao trimestre encerrado em novembro de 2023 e recuou 0,7 ponto percentual (p.p.) ante o trimestre encerrado em fevereiro de 2023 (8,6%).

A população desocupada (8,5 milhões) cresceu 4,1% (mais 332 mil pessoas) no trimestre e recuou 7,5% (menos 689 mil pessoas) no ano.

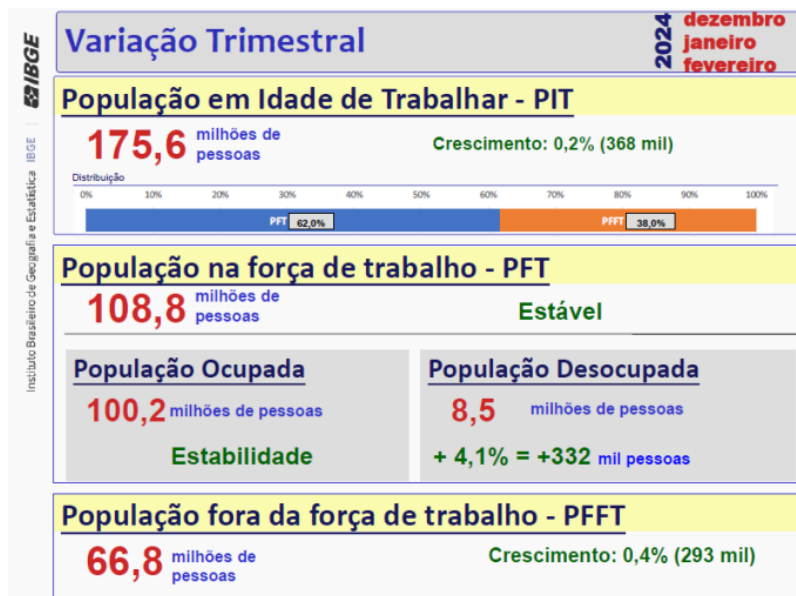
A população ocupada (100,250 milhões) não teve variação significativa no trimestre e cresceu 2,2% (mais 2,1 milhões de pessoas) no ano. O nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) foi a 57,1%, recuando 0,3 p.p. frente ao trimestre móvel anterior (57,4%) e subindo 0,7 p.p. na comparação anual (56,4%).

A taxa composta de subutilização (17,8%) cresceu 0,5 p.p. no trimestre e recuou 1 p.p. na comparação anual. A população subutilizada (20,6 milhões de pessoas) cresceu 3,4% (ou mais 675 mil pessoas) no trimestre e recuou 4,5% (ou menos 963 mil pessoas) no ano.

A população subocupada por insuficiência de horas trabalhadas (5,1 milhões) recuou 6,9% na comparação trimestral e não teve variação significativa no ano.

A população fora da força de trabalho cresceu 0,4% na comparação trimestral e não teve variação significativa no ano.

A população desalentada (3,7 milhões) cresceu 8,7% (mais 293 mil pessoas) ante o trimestre móvel anterior e recuou 7,5% (menos 299



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Fonte IBGE

mil pessoas) no ano. O percentual de desalentados na força de trabalho ou desalentada (3,3%) subiu 0,3 p.p. no trimestre e recuou 0,3 p.p. no ano.

O número de empregados com carteira de trabalho no setor privado (exceto trabalhadores domésticos) chegou a 37,995 milhões, novo recorde da série da PNAD Contínua, embora não tenha variado significativamente no trimestre. No ano, esse contingente cresceu 3,2% (mais 1,2 milhão). Já o número de empregados sem carteira no setor privado (13,3 milhões) não teve variação significativa no trimestre e cresceu 2,6%

(mais 331 mil pessoas) no ano.

O número de trabalhadores por conta própria (25,4 milhões de pessoas) ficou estável em ambas as comparações, assim como o número de trabalhadores domésticos (5,9 milhões de pessoas) e o de empregadores (4,2 milhões de pessoas). O número de empregados no setor público (12,0 milhões) ficou estável no trimestre e cresceu 2,4% (mais 279 mil pessoas) no ano.

A taxa de informalidade foi de 38,7 % da população ocupada (ou 38,8 milhões de trabalhadores informais) contra 39,2 % no trimestre

Indicador/Período	Dez-jan-fev 2024	Set-out-nov 2023	Dez-jan-fev 2023
Taxa de desocupação	7,8%	7,5%	8,6%
Taxa de subutilização	17,8%	17,4%	18,8%
Rendimento real habitual	R\$ 3.110	R\$ 3.076	R\$ 2.982
Variação do rendimento habitual em relação a:		1,1%	4,3%

móvel anterior e 38,9 % no mesmo trimestre móvel de 2023.

O rendimento real habitual de todos os trabalhos (R\$ 3.110) cresceu 1,1% no trimestre e 4,3% no ano.

A massa de rendimento real habitual (R\$ 307,3 bilhões) atingiu novo recorde da série histórica iniciada em 2012, embora não tenha variado significativamente no trimestre. Esse indicador cresceu 6,7% (mais R\$ 19,3 bilhões) na comparação anual.

Fonte: Ricardo Bergamini

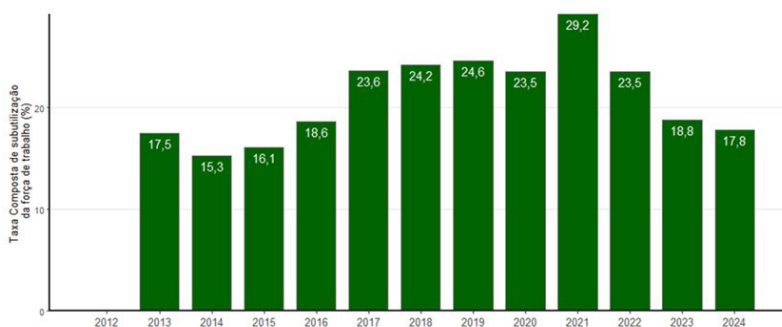
No trimestre móvel de novembro a janeiro de 2024, a força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) foi estimada em 108,8 milhões de pessoas, não mostrando variação significativa frente ao trimestre encerrado em novembro de 2023 e crescendo 1,3% (mas 1,4 milhão de pessoas) no ano.

A população ocupada por grupos de atividades, frente ao trimestre móvel anterior, teve aumento apenas em Transporte, armazenagem e correio (5,1%, ou mais 285 mil pessoas). Houve reduções em: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (3,7%, ou menos 308 mil pessoas) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (2,2%, ou menos 395 mil pessoas). Os oito demais grupamentos não tiveram variações significativas nesta comparação.

Frente ao mesmo trimestre móvel de 2023, a ocupação cresceu em: Indústria Geral (3,1%, ou mais 393 mil pessoas), Transporte, armazenagem e correio (7,7%, ou mais 415 mil pessoas), Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas (6,5%, ou mais 775 mil pessoas) e Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (2,8%, ou mais 479 mil pessoas). Houve redução no grupamento de Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (5,6%, ou

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
nov-dez-jan		7,3	6,5	6,9	9,6	12,7	12,3	12,2	11,4	14,5	11,2	8,4	7,6
dez-jan-fev		7,8	6,8	7,5	10,3	13,3	12,7	12,6	11,8	14,6	11,2	8,6	7,8
jan-fev-mar	8,0	8,1	7,2	8,0	11,1	13,9	13,2	12,8	12,4	14,9	11,1	8,8	
fev-mar-abr	7,8	7,9	7,2	8,1	11,3	13,7	13,0	12,6	12,7	14,8	10,5	8,5	
mar-abr-mai	7,7	7,7	7,1	8,3	11,3	13,4	12,8	12,4	13,1	14,7	9,8	8,3	
abr-mai-jun	7,6	7,5	6,9	8,4	11,4	13,1	12,6	12,1	13,6	14,2	9,3	8,0	
mai-jun-jul	7,5	7,4	7,0	8,7	11,7	12,9	12,4	12,0	14,1	13,7	9,1	7,9	
jun-jul-ago	7,4	7,2	7,0	8,9	11,9	12,7	12,3	11,9	14,8	13,1	8,9	7,8	
jul-ago-set	7,1	7,0	6,9	9,0	11,9	12,5	12,0	11,9	14,9	12,6	8,7	7,7	
ago-set-out	7,0	6,8	6,7	9,1	11,9	12,3	11,9	11,8	14,6	12,1	8,3	7,6	
set-out-nov	6,8	6,6	6,6	9,1	12,0	12,1	11,7	11,3	14,4	11,6	8,1	7,5	
out-nov-dez	6,9	6,3	6,6	9,1	12,2	11,9	11,7	11,1	14,2	11,1	7,9	7,4	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: Somente os dados hachurados são comparáveis.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
Nota: A partir do 4º trimestre de 2015 houve mudança de conceito na subutilização da força de trabalho por insuficiência de horas trabalhadas. Anteriormente, considerava-se no cálculo do indicador as horas efetivamente trabalhadas e, a partir do referido trimestre, as habitualmente trabalhadas. Houve ainda mudança na forma de captação do quesito de horas trabalhadas.

menos 472 mil pessoas). Os cinco grupamentos restantes não tiveram variações significativas nesta comparação.

Quanto ao rendimento médio real habitual (R\$ 3.110), frente ao trimestre móvel anterior, houve aumento do rendimento médio nos seguintes grupamentos de atividade: Alojamento e alimentação (4,4%, ou mais R\$ 88) Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (2,3%, ou mais R\$ 96) e Serviços domésticos (2,8%, ou mais R\$ 32). Os demais grupamentos não apresentaram variação significativa.

Frente ao mesmo trimestre móvel de 2023, houve aumentos do rendimento em: Indústria (7,3%, ou mais R\$ 209) Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (3,9%, ou mais R\$ 96) Transporte, armazenagem e correio (4,9%, ou mais R\$ 137) Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (3,9%,

ou mais R\$ 166) e Serviços domésticos (2,4%, ou mais R\$ 28). Os demais grupamentos não apresentaram variação significativa.

Entre as posições na ocupação, em relação ao trimestre anterior, as seguintes categorias apresentaram aumento: Trabalhador doméstico (2,8%, ou mais R\$ 32) e Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (4,3%, ou mais R\$ 197). As demais categorias não apresentaram variação significativa.

A comparação com o mesmo trimestre móvel de 2023 indicou aumento nas categorias: Empregado com carteira de trabalho assinada (2,2%, ou mais R\$ 62), Empregado sem carteira de trabalho assinada (8,9%, ou mais R\$ 178), Trabalhador doméstico (2,4%, ou mais R\$ 28), Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar) (5,2%, ou mais R\$ 238) e Conta-própria (4,5%, ou mais R\$ 107).

Fonte: Ricardo Bergamini e IBGE

Fecomércio MG se empenha para análise do programa Remessa Conforme no STF

Presidente da Fecomércio MG, Nadim Donato, posta vídeo nas Redes Sociais da entidade, se posicionando sobre a análise do Programa Remessa Conforme, que deverá ser apreciada no Superior Tribunal Federal (STF) até o fim do mês. Em janeiro deste ano, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entraram com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a isenção do imposto de importação para bens de até US\$ 50 por meio de compras em plataformas internacionais no Brasil. O programa Remessa Conforme, criado pela Receita Federal, que determina um tratamento aduaneiro diferenciado e a isenção de alíquota para marketplaces que optarem por se cadastrarem na iniciativa, tem sido alvo de questionamentos por varejistas nacionais e políticos.

A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) é um instrumento jurídico que tem como objetivo declarar que uma lei ou parte dela é inconstitucional. A ADI é um dos instrumentos do "controle concentrado de constitucionalidade das leis".

Nesta Ação Direta de Inconstitucionalidade, as entidades questionam a constitucionalidade de dispositivos do Decreto-Lei 1804/1980, da Lei 8032/90 e da Portaria MF 612/2023, que tratam sobre a isenção. Como entidade defensora dos interesses dos comerciantes mineiros, a Fecomércio MG, através do presidente Nadim Donato, entra nesse processo como "amicus curiae", a fim de contribuir para a solução da questão. A ação, numerada como ADI 7.589, está nas mãos da Ministra Carmém Lúcia, que optou por ouvir



o Senado e a Câmara dos Deputados. Diante do fato, com seu poder de interlocução em Brasília, Nadim Donato apresentou ao presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD) a importância de se taxar em 60% do valor dos produtos de pequeno valor importados. "Precisa haver uma coerência. Entendemos que todos precisamos pagar impostos, a cadeia inteira", pondera Nadim. "Afinal, 50 dólares representam mui-

to mais que 250 reais de ticket médio das nossas empresas", completa. O Senador ouviu as reivindicações da entidade que mostrou o impacto negativo relevante para empresários que precisam pagar impostos, causando prejuízos a livre concorrência e em breve apresentará à Ministra Carmém Lúcia que já decidiu levar para apreciação em plenário. Ainda não foi marcada uma data para análise pelos ministros.

Dez estratégias para maximizar o valor de uma empresa para venda

Alguns passos são fundamentais para preparar uma empresa para uma venda bem-sucedida

Ao decidir vender uma empresa, a preocupação central acaba sendo a valorização da empresa, mas esta não deve ser a única preocupação que os empreendedores e empreendedoras deveriam ter.

O processo de venda organizado, o M & A, sigla do inglês utilizada no mercado financeiro que significa Mergers and Acquisitions, traduzindo, Fusões e Aquisições, maximiza a chance de sucesso de venda de uma empresa. O processo segue algumas etapas e alguns ritos, mas se a empresa estiver preparada previamente, a chance de sucesso é muito maior.

De acordo com Felipe Argemi, especialista com mais de 15 anos de experiência em Fusões e Aquisições e sócio-fundador da Santis, empresa que torna mais ágil, descomplicado e humanizado os processos de F & A, é fundamental entender que o processo de venda de uma empresa é complexo e cheio de detalhes, e que ter apoio nessa etapa é fundamental. “A assessoria de especialistas nesse território complexo pode ser a chave para maximizar a chance de sucesso da transação e alcançar valores ainda mais expressivos”, revela.

Bons empreendedores que pensam estrategicamente, quando decidem vender suas empresas, tomam algumas ações para deixá-las ainda mais atrativas. Argemi indica 10 estratégias essenciais para aumentar o valor e a chance de sucesso, antes de iniciar um processo de venda:

1 - Ter controles financeiros e operacionais: Como diria Peter



Drucker: “O que pode ser medido, pode ser melhorado”. Ter controles financeiros e operacionais é fundamental para uma boa gestão e para a constante melhoria de performance, mas também é fundamental para uma transação de venda. Se você não consegue demonstrar e provar sua performance financeira e operacional, o comprador não tem condições de colocar uma proposta pelo que ela vale ou colocar uma proposta baixa devido ao risco em que ele está incorrendo devido a falta de clareza nos números.

2 - Organizar as informações da empresa: Não adianta ter as informações se não estiverem muito bem organizadas. Organização é fundamental para o F & A, pois agiliza o processo e dá clareza ao comprador da real situação da empresa e todas as suas particularidades.

Caso as informações estejam desorganizadas ou não disponíveis, o comprador, por enxergar um excesso de risco, pode reduzir o valor que está disposto a pagar e exigir um alto valor

em garantia para potenciais indenizações futuras. Isso se ele não desistir da compra, o que infelizmente muitas vezes acontece, pois se o risco não é quantificável, dificilmente essa transação será aprovada pelos sócios, executivos e conselho administrativo da empresa compradora.

3 - Operar dentro da lei: Cumprir requisitos fiscais, tributários, trabalhistas, regulatórios, legais, dentre outros, é fundamental para uma empresa que espera ser vendida um dia. Caso a empresa não esteja seguindo alguma legislação, dependendo do tamanho do problema criado, isso pode inviabilizar uma venda, pois esse tipo de problema não desaparece do dia para a noite e os riscos criados só deixam de existir com o passar dos anos.

4 - Aprimorar a performance financeira e operacional: Melhorar esse ponto envolve uma série de ações que não irão gerar resultado do dia para a noite e sua aplicação nem sempre é fácil. Qualquer movimento de melhora de performance deve ser estudado e aplicado com cautela, para

não criar um problema para a empresa. Se seu objetivo é vender a empresa em curto ou médio espaço de tempo, você deve pensar duas vezes antes de tomar alguma atitude arriscada esperando um desempenho melhor.

5 - Realizar uma avaliação: É fundamental que você faça uma avaliação técnica da sua empresa, pois você deve ter clareza do quanto ela vale e não ficar apenas com uma expectativa de valor na cabeça sem base fundamentada. Sem uma avaliação técnica você nunca saberá se sua empresa foi vendida acima ou abaixo do que ela realmente vale.

6 - Profissionalização do time executivo: Independente da venda, essa é uma ação que todo empreendedor e empreendedora deveriam tomar, pois para crescer um negócio de forma saudável e sustentável, é fundamental ele esteja apoiado por bons profissionais. Ao planejar uma venda, é essencial que a empresa tenha executivos engajados que conheçam do negócio e que entreguem resultados, pois se a empresa depender muito do dono ou da dona, a transação de venda pode não seguir ou ser exigido que ele ou ela fiquem trabalhando um bom tempo após a transação, e isso nem sempre é o desejo de quem está vendendo.

7 - Crescer receitas de forma saudável: Fazer um pico de venda antes de um processo de venda pode mais atrapalhar do que ajudar. Se ocorrer um salto de vendas e a empresa for para um novo patamar de faturamento, tudo bem. Mas se ocorrer um pico de venda e na sequência uma retração, isso pode ser mal interpretado pelo comprador que pode entender que o produto ou serviço da empresa pode estar enfrentando um problema. Além disso, gerar picos de venda com descontos relevantes irá sacrificar o resultado e isso pode diminuir a atratividade da empresa, pois a esmagadora maioria dos compradores buscam operações que

gerem resultados saudáveis. Realizar parcelamento de vendas por prazo muito longo buscando um incremento significativo em receita, irá causar um desencaixe de fluxo de caixa e pode colocar a operação em risco. Por isso, busque crescer a empresa de forma saudável e sustentável.

8 - Buscar receitas recorrentes: Receita recorrente é aquela que uma empresa tem regularmente em intervalos previsíveis, como mensalmente ou anualmente, geralmente devido a contratos de assinatura (como Netflix e Spotify), serviços contínuos (como telefonia e luz) ou contratos de fornecimento de longo (como contrato de fornecimento de matéria-prima). Ter receita recorrente garante a previsibilidade de resultado futuro reduzindo o risco do negócio e, por isso, é bastante valorizada pelos compradores.

9 - Ter uma operação escalável: Isso nem sempre é possível, pois uma operação escalável é aquela que pode crescer e se expandir sem um aumento proporcional dos custos ou de complexidade. Isso significa que, à medida que a demanda aumenta, a operação pode ser facilmente replicada ou automatizada para atender a um volume maior sem grandes aumentos de recursos ou esforços adicionais e, conseqüentemente, de gastos. Caso exista alguma ação que possa automatizar processos e otimizar a operação, essa deveria ser colocada em prática o quanto antes.

10 - Ter um bom acordo de acionistas: Por fim, mas não menos importante, caso a empresa tenha mais de um sócio, é fundamental que um bom acordo de acionistas seja estabelecido, principalmente se a organização tiver sócios minoritários, pois dependendo da participação, esses podem inviabilizar uma transação. O ideal é que antes de uma transação, todos os sócios estejam de acordo com o processo de venda.

Para Argemi, as estratégias acima

oferecem as melhores possibilidades para uma transação eficiente.

Além disso, contar com ajuda de assessorias financeiras especializadas em F & A em um processo de venda é fundamental, pois muito provavelmente os sócios estarão vendendo a empresa pela primeira vez e do outro lado o comprador já realizou algumas transações e tem experiência nesse tipo de processo. Isso não significa que o interessado irá tomar ações ou exigir condições que prejudiquem os vendedores, mas ele irá sim tentar minimizar ao máximo seu risco e pode acabar exagerando em suas proteções. Se os vendedores não contarem com um assessor experiente, poderão seguir em uma transação que não será favorável.

Além disso, o assessor especializado em F & A irá realizar a avaliação da empresa, organizar as informações necessárias para a transação e preparar os materiais necessários. É ele o responsável por acessar os potenciais compradores e conduzir todo o processo de venda.

Felipe Argemi é Sócio-Fundador da Santis, com experiência de mais de 15 anos em F & A e Finanças Corporativas, tendo atuado em setores como Tecnologia, Seguros, Saúde, Bancário, Educação, Imobiliário, Farmacêutico, Energia, Entretenimento, Mineração, Varejo, entre outros. Trabalhou no Itaú-Unibanco com F & A para o Middle Market e foi cofundador da Capital Partners.

Em 2019 fundou a Santis, uma boutique com uma pegada muito mais dinâmica e humana. Mestre em Engenharia Elétrica pelo Mackenzie, possui MBA em Finanças Corporativas e uma Extensão em Fusões e Aquisições pela FGV, uma Extensão em Economia pela FIPE, uma pós-graduação em Neurociências e Comportamento pela PUCRS, além de uma formação de Conselheiro de Administração pelo IBGC.

Grupo Patrimar registrou resultados relevantes no 4T23 e no ano de 2023

Receita Líquida, Lucro Líquido, Recuperação de Margem e Geração de Caixa são os destaques da Divulgação de Resultados do período

O Grupo Patrimar – construtora e incorporadora mineira que atua nas classes alta, média e econômica em Belo Horizonte (MG), no Rio de Janeiro (RJ) e no interior de São Paulo (SP) – fechou mais um ano com resultados positivos, além de um último trimestre forte. Receita Líquida e Lucro Líquido são os indicadores que cresceram no 4º Trimestre de 2023 (4T23) e ano de 2023 em relação aos mesmos períodos de 2022, além de uma recuperação de margem bruta em relação ao 3T23 e uma forte geração de caixa no último trimestre do ano.

“Fechamos mais um ótimo ano, marcado pelo crescimento do Grupo nos seguimentos e praças que atuamos. Tenho um orgulho enorme de tudo o que conquistamos no ano de comemoração dos 60 anos da Companhia”, afirma Alex Veiga CEO do Grupo Patrimar.

O ano de 2023 obteve receita operacional líquida recorde de R\$1,3 bilhão, alcançando uma taxa de crescimento anual composto (CAGR) robusta de 46% desde 2020. O crescimento da receita no ano foi de 63% em relação ao ano de 2022, e praticamente dobrou de tamanho no 4T23 em relação ao mesmo período do ano anterior. “O crescimento da receita pode ser justificado pelo avanço dos números operacionais, que incluem a expansão do banco de terrenos, aprovações e lançamentos e produtos de alta absorção tendo em vista a qualidade e alinhamento às necessidades dos mercados que atuamos”, explica Felipe Enck Gonçalves, diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores do Grupo Patrimar.

Em função de uma aceleração de receita operacional líquida e velocidade maior do que o crescimento das



Alex Veiga – presidente do Grupo Patrimar

despesas, o lucro líquido de R\$ 79,5 milhões em 2023 foi outro ponto forte da divulgação – atingindo um valor 10% maior que em 2022.

O ano de 2023 também registrou o maior valor de carteira de recebíveis já alcançado na história da Companhia, com R\$ 1,9 bilhão. Somado ao Caixa e aos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), o Grupo Patrimar possui mais de R\$ 2,3 bilhões em liquidez. Estes fatores ajudaram na forte geração de caixa do 4T23, que atingiu R\$ 85 milhões, além da recuperação de margem bruta, 0,7 p.p acima do 3T23 e do 4T22.

Outro destaque de 2023 foram as vendas. O valor de R\$ 1,5 Bilhão representa um crescimento de 107% em relação a 2022. “Este aumento de vendas é fruto da qualidade dos produtos e entendimento das dinâmicas de cada mercado. Tivemos uma velocidade de

vendas sobre a oferta bem equilibrada no ano, com empreendimentos muito bem vendidos logo no lançamento”, afirma Felipe Enck Gonçalves.

Passado o ano de 2023 focado em crescimento, o objetivo geral do Grupo Patrimar para este ano de 2024 é a rentabilidade.

Em 2023, o Grupo Patrimar completou 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do “Oscar” da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia conquistou o selo Great Place To Work, de excelente lugar para se trabalhar, certificado validado pela consultoria global GPTW.

O que aconteceria com a chegada de uma nova bolsa de valores no Brasil?



Nos últimos dias, um assunto que ganhou muita evidência é a possibilidade de a B3 ganhar uma concorrente no Brasil com a notícia de que a Mubadala Capital está organizando a abertura de uma nova bolsa por aqui prevista para o segundo semestre de 2025. Espera-se que a sede seja no Rio de Janeiro e que a bolsa permita operações nos mais diversos mercados como ações, derivativos e câmbio. O grupo planeja ainda usar a Americas Trading Group para concorrer com a B3.

Para Femisapien, pseudônimo da economista e sócia da Quantzed, empresa de tecnologia e educação financeira para investidores, um novo mercado daria mais oportunidade para se investir em ativos que não estão na B3, o que pode gerar mais interesse de investidores estrangeiros no Bra-

sil. Por outro lado, segundo ela, pode se formar uma nova onda de IPOs de empresas que não estejam suficientemente maduras, como ocorreu há alguns anos atrás.

"A concorrência teoricamente levaria a B3 a prestar melhores serviços e praticar melhores preços, além da supracitada oportunidade para startups, que são em sua maioria, empresas de tecnologia, poderem listar ações no mercado. A concorrência sempre é boa, pois motiva a B3 a prestar melhores serviços", explica.

Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimentos, acredita que o monopólio da única Bolsa de Valores brasileira, a B3, apresenta-se como um obstáculo para o crescimento do mercado. "Eu acho que a entrada

de uma nova bolsa já é esperada há muitos anos. Acredito que o monopólio da B3 sempre, na minha opinião, atrapalhou o crescimento do nosso mercado, porque, quando a gente tem monopólio, não existe competição", avalia.

Ainda de acordo com Cohen, a introdução de uma segunda Bolsa de Valores no País pode potencialmente aumentar a visibilidade e a credibilidade do mercado. "Como consequência para o país, eu acredito que pode trazer mais visibilidade, mais credibilidade com duas bolsas. Com o país crescendo, podemos ter novos IPOs, dependendo de como vai ser, pode ter uma febre de IPOs, se o governo ajudar. Eu acho que é uma notícia muito positiva e que dependendo dos serviços que a nova bolsa oferecer, vai ser ótimo", comenta.

Novo grupo de mídia brasileiro Times Brasil será lançado com conteúdo da CNBC

A CNBC, líder global em jornalismo de negócios, chegará aos brasileiros pela primeira vez em português por meio de uma parceria exclusiva de licenciamento de conteúdo. A nova empresa será liderada pelo jornalista e empresário de mídia Douglas Tavolaro, fundador e ex-CEO da CNN Brasil

Desde o dia 5 de março, o Brasil ganha um novo grupo de mídia: o Times Brasil. A empresa brasileira possui os direitos exclusivos de conteúdo, em português, da principal marca de jornalismo de negócios do mundo, a CNBC, propriedade da NBCUniversal.

A CNBC é a líder mundial em jornalismo de negócios, produzindo notícias em tempo real consumidas por mais de meio bilhão de pessoas todos os meses em todas as plataformas.

A nova empresa brasileira não será apenas um canal de notícias de negócios multiplataforma, com cobertura 24 horas. Também apresentará uma programação variada com temas que influenciam e inspiram o mundo dos negócios, incluindo política, esportes, lifestyle, programas de entretenimento e reality shows.

A nova empresa é liderada e fundada pelo jornalista Douglas Tavolaro, que possui 25 anos de experiência como fundador e líder de grandes empresas de jornalismo no Brasil. Tavolaro será o Chairman e Presidente do Conselho Editorial, que operará de forma independente e seguirá padrões editoriais internacionais.

Baseada em Londres, a empresa Attention Economics, especializada em empreendimentos de mídia internacional, operou em parceria na estruturação do novo negócio. A empresa é representada por Gregory Beitchman, que atuou como Vice-Presidente Comercial Sênior da Warner-Media e da CNN International, e como



líder comercial global da Thomson Reuters.

Beitchman atuou no lançamento de mais de doze novas empresas de mídia ao redor do mundo. Ele implementou operações licenciadas para a Bloomberg na Europa Oriental e para a CNN no Japão, Suíça, República Tcheca, Indonésia, Filipinas, Turquia, Grécia, Índia e África.

PRODUÇÃO MULTIPLATAFORMA

O acordo inédito é o primeiro desse tipo assinado pela CNBC no Brasil. Pela primeira vez, o premiado e reconhecido conteúdo do líder global em jornalismo de negócios estará disponível para a população brasileira de 215 milhões de pessoas, em uma das maiores e mais vibrantes economias do planeta, exclusivamente nas plataformas do Times Brasil.

A nova empresa terá uma extensa linha de jornalismo produzida por brasileiros para brasileiros. O acordo inédito de licenciamento inclui acesso a todo o conteúdo exclusivo produzido pela CNBC ao redor do mundo e será exibido, em primeira mão, pela empresa brasileira na TV e em todas as plataformas digitais.

A CNBC produz mais de 15 horas de programação ao vivo diariamente em uma rede de notícias 24 horas por dia, sete dias por semana, produzida pela CNBC nos EUA, Ásia, Oriente Médio e Europa. Possui redações em Singapura e Londres, conectadas a estúdios de transmissão nos principais mercados internacionais.

O jornalismo da NBCUniversal News Group, que controla a CNBC, é líder de mercado nos EUA e opera um portfólio diversificado de marcas de

Divulgação



Jornalista e empresário Douglas Tavoraro

notícias incluindo NBC News e MSNBC.

Hoje, possui uma das maiores e mais inovadoras operações de notícias do mundo. Mais norte-americanos assistem ao jornalismo da NBC News Group do que qualquer outra organização de notícias no mundo.

EQUIPE EXECUTIVA BRASILEIRA

A nova empresa será lançada com sede editorial em São Paulo, capital financeira do país, e terá correspondentes nas principais cidades brasileiras e no exterior. A empresa terá presença multimídia e será disponível na televisão, no streaming, nas plataformas digitais e em outros meios de distribuição.

“Estamos entusiasmados em trazer o conteúdo de notícias premium da CNBC para o público em todo o Brasil, em português. Como líder global em jornalismo de negócios, é missão da CNBC informar, fornecer insights e proporcionar uma perspectiva econômica global com relevância

local por meio de parceiros como o Times Brasil”, disse KC Sullivan, Presidente da CNBC.

“A CNBC é um ícone global do jornalismo, uma referência para qualquer empresa de mídia no planeta. Seu jornalismo é um modelo único de notícias confiáveis que tem a marca da NBCUniversal News Group. Uniremos a força e a qualidade do líder mundial na área com a experiência e o talento dos brasileiros para oferecer uma nova opção de informação ao Brasil”, disse Tavoraro. “Temos confiança que os brasileiros vão abraçar o Times Brasil e a CNBC de forma especial”.

A data de lançamento da nova emissora será definida nos próximos meses.

Desde março, a empresa dará início a diversas atividades para montagem de infraestrutura, definição de sedes, identidade de marca e conteúdo, além de recrutar e treinar jornalistas e equipes de produção em todo Brasil.

A CNBC, rede número um em jornalismo de negócios em todo mun-

do, é reconhecida como líder global. Com sedes em Nova Jersey, Londres e Singapura, a CNBC cobre o universo dos negócios em tempo real, oferecendo notícias de última hora, entrevistas exclusivas, análises dos principais mercados, negociações e relatórios aprofundados sobre os fatores que impulsionam a economia mundial. A missão da CNBC é ajudar líderes empresariais, a comunidade financeira e investidores a tomar decisões de negócios.

O vasto portfólio da CNBC inclui o canal de TV, disponível em mais de 366 milhões de lares, hotéis e edifícios comerciais em 154 países; CNBC.com, o destino online para as notícias urgentes e informações em tempo real; CNBC PRO, o serviço de assinatura premium da rede com acesso prioritário aos mercados e influenciadores econômicos; e ainda o aplicativo CNBC, podcasts, newsletters, eventos ao vivo e plataformas de mídia social e vídeo digital.

A CNBC é uma empresa da NBCUniversal.

C6 Bank zera anuidade e taxa de manutenção da conta de investimentos no exterior

Com a mudança, fica mais barato investir em treasuries (títulos do Tesouro americano), bonds e outros produtos via C6 Global Invest. Investimento mínimo em TDs (Time Deposits), ativo equivalente aos CDBs no Brasil, é de US\$ 100

O C6 Bank acaba de zerar a anuidade e a taxa de manutenção do C6 Global Invest, a conta de investimentos com saldo em dólar fornecida por sua agência no exterior. Por meio dessa conta, os clientes podem investir em ativos internacionais de renda fixa e variável.

“Fomos pioneiros na oferta de produtos e serviços financeiros no exterior para o varejo e agora damos mais esse passo para facilitar o acesso dos brasileiros a ativos globais”, afirma Igor Rongel, head de investimentos do C6 Bank. “Cada vez mais, investir no exterior deixa de ser uma opção restrita ao público do private banking.”

Antes, a anuidade do C6 Global Invest era de US\$ 120. Já a taxa de manutenção era de 0,6% ao ano para investimentos superiores a US\$ 10 mil, limitada a US\$ 3 mil.

Com o C6 Global Invest, é possível investir em ativos de renda fixa como treasuries, bonds e Time Deposit (TD), equivalente ao CDB brasileiro. Há opções de TDs com remuneração prefixada e pós-fixada com possibilidade de resgate diário. Na categoria renda variável, o cliente pode investir em ações negociadas nas bolsas americanas NYSE e Nasdaq, de Apple e Nvidia a Nike e Disney. Também é possível comprar ETFs (Exchange Traded Fund), ADRs (American Depositary Receipts)



e REITs (Real Estate Investment Trust). O C6 Global Invest ainda tem uma oferta de mutual e hedge funds, operados por gestoras com estratégias diversificadas.

Com apenas US\$ 100, já é possível investir lá fora por meio do C6 Global Invest (esse é o valor mínimo para aplicação em TD, o Time Deposit). O spread cambial do C6 Global Invest é de 1% (sobre o câmbio) e o investidor paga 0,38% de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) para fazer

a remessa para a conta no exterior (sobre o valor em reais). O processo é instantâneo: os reais são convertidos em dólar e caem no C6 Global Invest imediatamente.

Todos os clientes do C6 Global Invest têm o suporte de um assessor de investimentos, e as operações são 100% feitas pelo app do C6 Bank. Para abrir uma conta no C6 Global Invest, basta entrar no app do C6 Bank e seguir este caminho: C6 Invest > Global Invest > Criar conta.

CNT – Confederação Nacional do Transporte entrega Medalha JK

A Confederação Nacional do Transporte (CNT) realizou, no dia 13 de março, em sua sede em Brasília (DF) a entrega da Ordem do Mérito do Transporte, conhecida como Medalha JK. Ao todo, 13 personalidades que se destacaram pela prestação de serviços relevantes ao setor de transporte em 2023, nas diferentes modalidades, foram agraciadas. O vice-presidente da FETCEMG, Gladstone Lobato, recebeu a honraria na categoria Oficial. O ex-assessor jurídico da FETCEMG, atual diretor da ANTT, Guilherme Sampaio, foi outra personalidade mineira reconhecida, na categoria "Grande Oficial". O presidente da FETCEMG, Sérgio Pedrosa, e o diretor, Adalcir Lopes, prestigiaram o evento.

“Tive a honra e felicidade de ser escolhido pela sessão de Cargas, segmento que atuo há muitos anos e defendendo como dirigente de entidades empresariais desde 1987. Agradeço a homenagem com muita alegria”, afirmou Gladstone. “O setor tem passado, nos últimos anos, por grandes transformações e inovações e nós, transportadores, estamos acompanhando e evoluindo também. Nossa luta pela melhoria da nossa logística é constante”, avaliou.

A CERIMÔNIA

O presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, destacou, em seu discurso, que esta edição da Medalha JK é muito especial porque, neste ano, a CNT completa 70 anos de atuação. “São sete décadas de trabalho dedicados à melhoria das condições para a atividade transportadora e do ambiente de negócios, ao aumento da competitividade e ao progresso socioeconômico”.

Vander Costa enfatizou a gran-



Gladstone Lobato – Vice-Presidente da FETCEMG

de honra em entregar a Medalha JK, em sua categoria máxima, a Bruno Dantas, que realiza um importante trabalho de velar pelo bom uso dos bens e dinheiro público e fiscalizar a alocação do orçamento em políticas sociais. “A atuação do ministro à frente de um órgão vital para acompanhar a execução orçamentária e financeira do país tem sido marcada pela incessante busca por consensos entre entes públicos e privados, de modo colaborativo entre as partes”, declarou.

Vander Costa disse, ainda, que reconhecer a atuação dessas pessoas é também contribuir para o crescimento e o aperfeiçoamento do segmento no Brasil. “A partir do trabalho de cada um dos homenageados, mostramos para toda a sociedade por que o transporte move o Brasil e é, sem dúvida, uma atividade essencial para o nosso progresso enquanto nação. Nosso reconhecimento e nossa gratidão pelo trabalho que cada um desenvolve na sua área de atuação em prol do transporte em nosso país.”



O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, discursou em nome de todos os homenageados da noite. “Aprendi desde cedo que gratidão se retribui com trabalho. Esse gesto da CNT aumenta minha gratidão, minha vontade de trabalhar e ajudar o país. JK foi, sem dúvida, uma referência. Ele dizia que não nasceu para fazer política com ódio, mas sim política para construir. É isso que precisamos no nosso país”, destacou o ministro.

A MEDALHA

A Medalha JK é o símbolo maior do reconhecimento dos transportadores brasileiros àqueles que doaram talentos, competências e esforços pessoais pela melhoria do setor no Brasil. Instituída em 1991, tem como patrono o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, fundador de Brasília e um dos principais incentivadores do de-

envolvimento do Brasil. A honraria é dividida em três categorias: Grã-Cruz, Grande Oficial e Oficial.

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Bruno Dantas, recebeu a comenda no grau Grã-Cruz (honraria máxima). Bruno Dantas é presidente do TCU desde dezembro de 2022. Graduado e com pós-doutorado em Direito pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), ele é doutor e mestre em Direito pela PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). Confira os outros agraciados com a Medalha JK em suas respectivas categorias de homenagem:

GRANDE OFICIAL

Guilherme Theo

Mestre em Direito Econômico e

Desenvolvimento pelo IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), é diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) desde 2021. Já foi chefe de Gabinete da Presidência da CNT e assessor jurídico do Setcem (Sindicato das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais) e da Fetcem (Federação das Empresas de Transportes de Carga do Estado de Minas Gerais).

Dagnor Schneider

Com MBA em Gestão Empresarial pela FGV (Fundação Getúlio Vargas), o empresário tem grande trajetória no setor de transporte. Ele é presidente da Conlog, empresa de logística fundada em 2006 e que, hoje, está entre as 20 maiores do Brasil, e atual presidente da Fetranesc (Federação das Empresas de Transporte de Carga e Logística no Estado de Santa Catarina).

Waldemar Rocha Junior

Agente marítimo e sócio-proprietário da Zambon Logística & Negócios Ltda. – Columbia Marítima e membro da International Forest Products Transport Association (IFPTA). Foi membro do Conselho de Autoridade Portuária dos Portos do Espírito Santo; vice-presidente da Soamar Vitória; presidente do Sindameres (Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado do Espírito Santo); presidente da Câmara Interamericana de Associações Nacionais de Agências Marítimas; e presidente da Fenamar (Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima).

Denis Andia

Secretário da Semove (Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana), do Ministério das Cidades. Foi prefeito de Santa Bárbara d'Oeste por dois mandatos, presidente da região metropolitana de Campinas e presidente do Consimares (Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos).

Tiago Sousa Pereira

Mestre em Economia pela UnB (Universidade de Brasília), é o atual diretor-presidente substituto da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil). Tem uma importante trajetória dentro da agência, tendo sido diretor, superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos, superintendente de Planejamento Institucional, assessor do diretor-presidente e superintendente de Tecnologia de Informação.

Silvio Costa Filho

Atual ministro de Portos e Aeroportos. Está licenciado do seu segundo mandato como deputado federal, no qual era titular da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Já foi vereador por Recife (PE), deputado estadual e secretário estadual de Turismo em Pernambuco.

OFICIAL

Hugo Fleck

É empresário e atual diretor-presidente do Grupo Ouro e Prata S.A., onde começou a atuar em 1968 e passou por diferentes áreas. É presidente da Associação Rio-Grandense de Transporte Intermunicipal de Passageiros do Rio Grande do Sul e integra, também, o Sindetri (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal, Interestadual e Internacional do Estado do Rio Grande do Sul), a Fertergs (Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Estado do Rio Grande do Sul), a Abrati (Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros) e é membro da diretoria da Federasul (Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul).

Gladstone Lobato

Com formação em Strategic Mindset and Innovation, na Universidade de Tel Aviv, em Israel, atualmente, é diretor estatutário da CNT, vice-presidente da Fetcemg e diretor executivo do Grupo JDL, importante conglomerado composto por empresas de transporte de cargas, de passageiros, de mineração, entre outros segmentos. Foi presidente do Setcemg, para o qual foi eleito para o triênio 2017-2020 e reeleito para o período de 2021 a 2023.

Mariana Pescatori

Mestre em Navegação Aérea e Gestão da Aviação Civil pela École Nationale de l'Aviation Civile (Enac), na França, e com MBA em Engenharia e Gestão Portuária pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), atualmente, é secretária executiva do Ministério de Portos e Aeroportos desde novembro de 2023. Também foi secretária nacional de Portos e Transportes Aqua-

viários do Ministério de Portos e Aeroportos e diretora de Novas Outorgas e Políticas Regulatórias da Secretaria de Portos e Transportes Aquaviários.

Ismael Trinks

Com MBA em Regulação pela Faculdade Unyleya e pós-graduação em Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal pela Faculdade Uninter, atualmente, é superintendente de Transporte Ferroviário da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). Servidor público federal desde 2006, foi também diretor de Transporte Ferroviário no Ministério da Infraestrutura, conselheiro fiscal da Valec e coordenador-geral no monitoramento de empreendimentos e outorgas ferroviárias no Ministério dos Transportes.

Greyce Elias

É deputada federal pelo partido AVANTE, de Minas Gerais, cumprindo o segundo mandato. Na Câmara dos Deputados, atualmente, integra as Comissões de Constituição, Justiça e de Cidadania e de Minas e Energia, além de ser titular em Frentes Parlamentares como a da Agropecuária, da Primeira Infância e da Ética contra a Corrupção.

Marianne von Lachmann

Com pós-graduação no Owners/President Management Course pela Harvard Business School e mestrado em Design pela PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro, é empresária e membro dos Conselhos Empresariais de Relações Internacionais e Infraestrutura da Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). Ela é também diretora da Associação Brasileira de Comércio Exterior e membro do Conselho Diretor do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade).

Free Flow expande em Minas Gerais e ConectCar oferece benefícios aos motoristas

Tecnologia chega pela primeira vez no estado e a empresa de mobilidade oferece vantagens para os clientes, como economia e mais comodidade

Acompanhando o ritmo de expansão do sistema Free Flow no Brasil, que já registrou quatro milhões de transações até julho de 2023 nos primeiros trechos implantados na Rio-Santos (BR-101), a concessionária EPR Sul de Minas anuncia a primeira rodovia mineira a receber o sistema de pedágio sem cancela: o trecho MG-459 (km 12,7), em Monte Sião.

Com a novidade, que passa a operar em abril, os motoristas da região podem contar com a tag da ConectCar, uma das principais empresas de meio de pagamento automático de mobilidade do Brasil, que garante benefícios como mais fluidez nas viagens e conveniência, visto que ela é aceita em 100% das rodovias pedagiadas do país e em mais de mil estacionamentos, além de economia no valor da tarifa do pedágio.

Além dessas vantagens, os motoristas de veículos de passeio que tiverem uma tag e passarem com o adesivo pelo novo trecho serão beneficiados com o desconto básico de tarifa (DBT) e o desconto de usuário frequente (DUF). As condições contemplam os clientes com 5% de desconto no valor do pedágio, que se torna progressivo a partir da segunda passagem no mesmo mês, no mesmo local e no mesmo sentido e o desconto pode chegar a 72%.

Em uma realidade na qual 36% da população brasileira gasta mais de uma hora por dia em deslocamento para realizar atividades da rotina, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), inovações como a chegada do Free Flow em três estados brasileiros – Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e, agora, Minas Gerais – são indispensáveis para promover mais eficiência nas rodovias pedagiadas. Nesse contexto, a ConectCar oferta opções de planos que atendem a diferentes perfis de clientes, seja com uso ilimitado em toda a rede de aceitação,



como o Plano Completo, ou sem cobrança de mensalidade, como a Tag Free Flow, solução gratuita, pioneira e que garante isenção de mensalidade, caso usada no modelo de passagem sem cancelas.

"Por mais de uma década, a ConectCar facilita o ir e vir dos motoristas por onde forem. E com a tendência de expansão do Free Flow, intensificamos esse compromisso diariamente ao expandir o acesso aos benefícios da nossa tag. Essas comodidades colaboram grandemente para uma experiência cada vez mais fluida, digital, transparente e personalizada aos usuários em todos os modelos de sistemas de pagamento, seja em rodovias ou em estacionamentos pelas cidades", afirma o diretor de Negócios e Produtos da ConectCar, Newton Ferrer. "A aceitação da nossa tag no novo pórtico em Minas Gerais impactará positivamente a região, especialmente considerando que o trecho tem um fluxo médio diário de aproximadamente três mil veículos, com 90% destes sendo veículos leves."

O objetivo da ConectCar ao fomentar o uso das tags é oferecer ainda mais comodidade aos motoristas que passam pelas praças de pedágio com cancelas ou nos pórticos Free Flow, contribuindo para a fluidez das viagens. A tag da companhia, por sua vez, fomenta a relação dos usuários com o sistema de livre passagem, colaborando para a redução de inadimplência e evasão de pedágio, uma vez que, em situações nas

quais os condutores não têm um adesivo de pagamento automático, o valor ficará disponível no site indicado pela concessionária cerca de 48 horas após a passagem e a tarifa deverá ser paga em até 15 dias corridos, a contar da data da passagem. Sem precisar realizar o pagamento após a viagem, com a tag a cobrança é automática, por meio da leitura do adesivo no momento da passagem pelos pórticos.

A companhia também investe constantemente para apoiar a democratização do setor, facilitando o dia a dia das pessoas, atendendo à população que transita por todos os modelos de praças de pedágio e descomplicando o processo de pagamento das tarifas. Inclusive, no último ano, a ConectCar participou e apoiou conversas que foram fundamentais para a chegada do Free Flow no País. A empresa colabora diretamente com concessionárias, órgãos reguladores e empresas de tecnologia há anos, o que melhora o serviço prestado aos clientes que trafegam pelas rodovias e agora passam a utilizar o novo modelo.

Com a novidade, a MG-459 será a primeira rodovia mineira a receber o sistema Free Flow, projeto pioneiro no estado e que será implantado em caráter experimental pela EPR Sul de Minas, em parceria com a Seinfra, no km 12,7 da rodovia em Monte Sião.

"A EPR é uma empresa conectada, que está sempre à procura de soluções modernas para ampliar o desenvolvimento da região do Sul de Minas. Estamos muito confiantes no sucesso desse projeto que será implementado em caráter piloto nesta região", comenta José Carlos Cassaniga, diretor-presidente da EPR.

A ConectCar ainda tem outros planos no portfólio, voltados às mais diversas demandas dos motoristas, com mais opções para pessoas físicas (Plano Básico e Plano Flex) e para empresas (ConectCar Frotas).

Magalu conclui aporte de 1,25 bilhão com apoio dos controladores e participação elevada de acionistas minoritários

Empresa fez captação de 1,25 bilhão de reais

*Montante vai possibilitar avanço de investimentos e fortalecer estrutura de capital
Participação dos minoritários na subscrição também foi alta, uma demonstração de confiança na estratégia da empresa*

O Magalu (B3:MGLU3), empresa que está digitalizando o varejo brasileiro, acaba de informar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a conclusão do aporte de 1,25 bilhão de reais feito junto a seus acionistas. Os controladores participaram com mais de 66% do total de ações subscritas - o montante total que foi a eles disponibilizado. Assim, a participação dos controladores subiu um ponto percentual no total da empresa, para 57,2%.

Do total de ações disponíveis para os acionistas minoritários, mais de 75% foram subscritas por eles - uma taxa de adesão elevada, considerando o histórico de captações feitas pelo Magalu. A alta participação tanto dos controladores, quanto dos minoritários, mostra a confiança dos acionistas na estratégia do Magalu e em seu plano de investimentos.

O 1,25 bilhão de reais da operação de aumento de capital dá ainda mais fôlego para a companhia, que entra em um momento de mais investimentos em tecnologia e encantamento do cliente. Isso inclui a expansão do Luizalabs, a evolução da plataforma de marketplace, melhora da experiência do usuário (UX), os serviços de Advertising (Ads), fintech, fulfillment e Magalu Cloud. A operação também otimiza a estrutura de capital da companhia, reduzindo custos financeiros.



O Magalu está em seu melhor momento dos últimos dois anos. No quarto trimestre de 2023, a empresa apresentou lucro recorrente de mais de 100 milhões de reais e seu caixa ficou acima de 9 bilhões de reais - há três trimestres, o Magalu gera caixa operacional. A empresa ainda apresentou crescimento nas lojas físicas e no marketplace - que expandiu suas vendas em 10% no quarto trimestre.

O Magalu é a empresa que está digitalizando o varejo brasileiro. Desde maio de 2011, a companhia é

listada no Novo Mercado da B3. Nos últimos anos, fez diversas aquisições, consolidando sua presença nacional. Além de mais de 1.200 lojas, em 20 estados do país, o Magalu conta com mais seis marcas online (Netshoes, Zattini, Shoestock, Época Cosméticos, Estante Virtual e KaBuM!), 340 000 sellers em seu marketplace, e a plataforma de food delivery AiQFome. O SuperApp da companhia é acessado por mais de 45 milhões de usuários ativos mensais. Sua política de gestão de pessoas foi reconhecida com diversos prêmios.

Como escolher o conselheiro independente certo para a sua empresa?

Fernando Poziomczyk

Sócio da Wide, consultoria boutique de recrutamento e seleção

Se a sua empresa não sabe onde quer chegar, então, qualquer caminho serve. Ter um direcionamento estratégico é um dos pilares mais básicos e fundamentais para a construção de um bom planejamento de crescimento do negócio, de forma que atinja suas metas e se torne referência no segmento. E, para conduzir este processo com segurança e assertividade, contratar um bom conselheiro independente é, definitivamente, uma peça importante em prol do destaque competitivo da marca e sua prosperidade.

Por mais que ainda seja um tema em evolução no nosso país, as empresas que já contam com um grupo de conselheiros compreendem sua essencialidade no que tange a supervisão das ações que estão sendo implementadas internamente. São eles o elo entre os sócios e a diretoria de uma empresa, assegurando a saúde da estrutura de capital e a tomada de decisões assertivas para a conquista dos objetivos estipulados.

Normalmente, o recrutamento deste profissional é visto de forma menos trivial, como por exemplo, se compararmos com outras cadeiras como o CEO ou diretor, considerando que estes cargos costumam exigir uma encomenda mais específica no perfil e experiências desejados. Na prática, isso se reflete em um desafio maior em seu processo seletivo, uma vez que existem vários requisitos fundamentais na escolha de um bom conselheiro para integrar esse grupo.

Por assumir um papel de mediação das dores e problemas enfrentados pelos donos do negócio, um dos pontos mais importantes que devem ser esclarecidos logo no início de seu recrutamento é o que se espera deste talento. O novo conselheiro precisa ter clareza do que é pretendido ser atingido com sua contratação, verificando se sua vivência adquirida ao longo da carreira executiva permitirá que direcione o conhecimento necessário para analisar cenários diver-



sos e direcionar o empreendimento nos melhores caminhos a serem seguidos.

Paralelamente, o conselho deve ser regimentado por uma visão estratégica a médio e longo prazo, considerando que quem colocará as decisões em prática serão os executivos. Com isso, este talento conseguirá compreender a fundo a política de governança do negócio e suas relações internas, trazendo clareza e objetividade em seu papel para que se obtenha o melhor êxito de evolução perante as metas desejadas.

Esta capacidade de análise e adaptação também se destaca como uma característica fundamental na contratação deste conselheiro. Afinal, este não é um tema de ciência exata, e cada empresa possui seu próprio modelo de governança e formato pelo qual as coisas funcionam, com padrões que precisam ser estudados e compreendidos para a identificação do que deve ser ajustado e aquilo que pode ser ainda mais investido.

Construir um bom conselho de administração é primordial para a máxima segurança nos passos a serem dados pelo negócio – contudo, se tornou comum observar empresas que decidiam iniciar esta contratação sem compreender, de fato, o motivo da vinda deste profissional e quais seriam os propósitos de sua integração.

Por isso, ter essa visão esclarecida e direta é o que ajudará com que este recrutamento se torne o mais eficaz possível, definindo quais serão suas atribuições e expectativas e priorizando um nível de avanço de visão de médio a longo prazo. Até porque, o conselheiro irá questionar coisas que muitos empresários podem não gostar em um primeiro momento, o que demanda que seus acordos e deveres sejam muito claros para um fluxo de operações assertivo.

Apesar de, por muitos anos, essas características terem sido buscadas em profissionais com maior tempo de experiência no mercado, muitas delas também podem ser vistas em talentos mais jovens, que tenham uma trajetória respeitável e atuem nesta posição de forma concomitante à vida executiva ou, até mesmo, fazendo uma migração de carreira. Cada um desses perfis apresenta suas vantagens e desvantagens, que também devem ser levadas em consideração conforme o que é esperado pela contratante.

No final, será este diagnóstico interno do que pretende ser atingido pelo negócio que funcionará como a base necessária para o recrutamento de um conselheiro que tenha o perfil e características exigidas para essas metas. Um processo, de fato, complexo, mas indispensável para a formação de um conselho consultivo eficaz que traga excelentes resultados para o empreendimento.

Drogaria Araujo: aniversário de 118 anos é celebrado com resultados e investimentos

Mineiridade, pioneirismo, responsabilidade social e modelo único de negócio posicionam a rede de drogarias na dianteira do setor farmacêutico; aporte na ordem de R\$150 milhões será destinado à expansão

Esse é o raio X de evolução da drugstore centenária, que completa 118 anos neste 20 de março anunciando a projeção de faturamento de R\$ 4,4 bilhões em 2024, um crescimento de 17% no comparativo com o ano passado. Reforçando a expressividade dos números, a linha de produtos exclusivos Mió deve ultrapassar o mix de 400 itens disponíveis no mercado em 2024. A marca, que nasceu há apenas cinco anos, já tem produtos em praticamente todas as categorias em quase crescendo acima do esperado.

“Chegamos aos 118 anos com a inovação e a melhoria contínua impressas no nosso DNA”, revela o presidente da companhia, Modesto Araujo Neto. “O que o cliente precisa, a nossa Araujo tem”, garante. No auge da maturidade e atendendo mais de 60 milhões de clientes anualmente, a empresa mantém o vigor da juventude traduzido em ineditismo e pioneirismo: foi a primeira a oferecer o plantão 24h da cidade e, no Brasil, o 1º telemarketing, o 1º modelo drugstore; o 1º drive-thru e o 1º WhatsApp Farma do país.

EXPANSÃO

Cerca de R\$150 milhões de reais: esse é o aporte destinado ao plano estratégico de expansão da maior rede de drogarias do estado neste ano. Orgulhosa de ser exclusivamente mineira, hoje a rede conta com mais de 240 lojas, localizadas na capital e na região metropolitana de Belo Horizonte, e se aproxima de totalizar 340 filiais, distribuídas por mais de 60 municípios em Minas. O crescimento



Modesto Carvalho Araujo Neto – Presidente

sustentável consistente direciona o plano de expansão da companhia em 2024, desenhado para abrir novos mercados, investir na revitalização de lojas maduras e na evolução dos canais digitais, além de fortalecer a presença nos municípios já atuantes.

“Ousamos adensar e avançar ainda mais, olhando estrategicamente para o potencial do mercado, expandindo nossa atuação e consolidando a nossa representatividade em Minas Gerais”, ressalta o presidente. A expansão também é progressiva nas vendas pelos canais digitais (site, aplicativo, Drogatel, marketplaces e WhatsApp), que já representam 14% do faturamento da rede. A expectativa para 2024 é de crescimento significativo, ampliando e melhorando a experiência de compra dos clientes.

O cronograma de lançamentos se-

gue avançando em várias regiões do interior. Neste ano, o start foi a abertura da nova filial em Ipatinga, a segunda das três unidades programadas para impulsionar o polo da indústria siderúrgica com um modelo diferenciado de negócio no segmento farmacêutico. Além do Vale do Aço, que representa 20% da expansão projetada para a Araujo em 2024, o pipeline planejado para o primeiro semestre destaca a estreia em Patrocínio e Ponte Nova, além de novas lojas em Três Corações, Esmeralda e Curvelo.

HUB DE SAÚDE

Ampliando o portfólio de atendimentos e se consolidando como um hub de saúde, a Araujo dá um passo à frente quando o assunto é experiência do cliente e disponibiliza serviços farmacêuticos personalizados e completos, com soluções diversas



para check-ups, vacinas, testes, orientações e encaminhamento médico. E a importância desse serviço para a população não para por aí. A inovação no conceito de clínica farmacêutica vem se solidificando com a expansão do “Saúde em Dia”, que só em 2023 atendeu mais de 400 mil clientes.

Essa é mais uma marca do pioneirismo da drogaria e contribui para auxiliar a população na prevenção e controle de diversas doenças, com programas para o controle da diabetes, hipertensão, exames de aferição de glicemia e colesterol, tratamentos contra a obesidade e o tabagismo. E os clientes podem esperar mais novidades para 2024. “Vamos ampliar o serviço de vacina, para atender um número maior de lojas, incrementar o mix de testes rápidos e aumentar o serviço de atendimento em domicílio”, revela o presidente da companhia. “Seguiremos focados no propósito de estar onde e como o nosso cliente precisa”, afirma.

“Nossa preocupação com a saúde e o bem-estar é genuína, por isso, garantimos o padrão Araujo de medicamentos, a qualidade do atendimento, a ampla disponibilidade de produtos, com reposição diária nas lojas, e res-

peito integral à receita médica”, acrescenta. Nesse cenário, a contribuição do farmacêutico como facilitador do acesso aos cuidados essenciais com a saúde é fundamental para a assistência primária à população, em casos de doenças crônicas, transmissíveis, infecciosas e virais.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A geração de empregos diretos evolui na mesma proporção que a gigante farmacêutica mineira expande o mercado em diversas regiões do estado. “Nosso time não para de crescer, e já contamos com quase 11 mil colaboradores”, comemora Modesto Araujo Neto, assinalando que os profissionais da Liga A são motivados a desenvolver novas competências e contam com um plano de carreira que impulsiona o crescimento na companhia.

Na amplitude que integra as ações de responsabilidade social, mais um pioneirismo merece destaque. A parceria com o Hospital da Baleia está completando 19 anos com a campanha “Doe seu Troco” e já arrecadou mais de R\$35 milhões durante as quase duas décadas de ativação. O Instituto Hahaha, que integra a ONG Doutores da Alegria, também recebe

o apoio da rede, com iniciativas desde 2012. “E não podemos deixar de citar o nosso movimento solidário com a Caixa do Bem, em parceria com o Hub Social, por meio das doações de roupas, calçados, livros, alimentos não perecíveis e brinquedos, arrecadados em dez lojas que funcionam como pontos de coleta”, finaliza o presidente, Modesto Araujo.

Reconhecida pelos serviços inovadores e com um mix de mais de 22 mil produtos de conveniência, saúde, beleza e bem-estar, a Drogaria Araujo começou sua história em 1906 na recém-fundada capital mineira. Essa trajetória de sucesso é também uma história de pioneirismo e compromisso com o cliente: a Araujo foi a primeira drogaria de Belo Horizonte a oferecer o plantão 24 horas (1933), a primeira a oferecer o serviço de telemarketing do Brasil – o Drogatel Araujo (1963), a primeira drogaria drive-thru (1990) e a primeira a implantar o modelo drugstore. Na área de medicamentos, também não é de hoje que a empresa se destaca. O “Padrão Araujo de Medicamentos” dá nome novo para uma confiança antiga: de que na Araujo você sempre encontra medicamentos com garantias de procedência, preço baixo, variedade e estoque.

“Inovar é diferente de inventar” e é fundamental identificar as necessidades da empresa e traçar objetivos a curto, médio e longo prazo

A inovação se tornou a mola propulsora para o crescimento sustentável e a sobrevivência dos negócios, independente do mercado de atuação. Mesmo empresas de setores tradicionais, como os de engenharia e construção, perceberam a necessidade de se reinventar, abrindo as portas para a criatividade interna, e por meio de conexão com soluções do mercado.

O ambiente de uma empresa tradicional muitas vezes é caracterizado pela estabilidade e tradição, tornando a identificação dos sinais de inovação interna um desafio. Para driblar isso, é importante entender que inovar é muito mais que “sair fora da caixa”, é na verdade fomentar ações reais e práticas, e buscar uma melhor forma de fazer o que já é feito.

André Medina, Superintendente de Inovação na Andrade Gutierrez, pioneira em inovação no setor de engenharia e construção, explica que uma das estratégias utilizadas na construtora é aliar a inovação com a comprovação de sua eficácia por meio de indicadores.

“Inovar é diferente de inventar”. Criar coisas novas que não gerem impactos positivos, não é inovar. “A inovação deve gerar resultado, que pode ser financeiro, ambiental, de segurança, entre outros. Como por exemplo: melhor gestão de tempo dos colaboradores, diminuição de acidentes em canteiro de obras, otimização na gestão de recursos etc”, explica Medina.

Para a transformação da cultura interna é preciso primeiro identificar quais os pontos de melhoria dentro da organização e trazer os funcionários para participar dessa mudança. “Acreditamos que o engajamento e a flexi-



bilidade são elementos fundamentais para impulsionar a criatividade interna. Incentivamos nossos colaboradores a buscar constantemente otimizações e a compartilhar suas ideias para mantermos uma cultura inovadora”, destaca o Superintendente.

Para fomentar as mudanças internas, as empresas estão adotando estratégias proativas, estimulando a colaboração, incentivando a criatividade e investindo em infraestrutura digital. Na AG, por exemplo, acontece quinzenalmente o “Conecte-se com a Inovação”, um evento interno dedicado aos colaboradores, que divulga inovações implementadas na AG, promove insights e amplia as possibilidades de inovar em todas as pontas da corporação.

“Acreditamos que a transformação deve acontecer de dentro para fora, por isso ter o engajamento dos colaboradores é parte fundamental da nossa cultura. Mesmo a AG atuando fortemente com a inovação aberta, são os colabora-

dores que fomentam essa cultura no dia a dia”, explica.

Reconhecendo que a inovação muitas vezes reside também fora das estruturas consolidadas, empresas de engenharia e construção estão voltando suas atenções para as startups. Programas de inovação aberta proporcionam uma plataforma para a interação entre a expertise consolidada da empresa e a agilidade das startups.

O Vetor AG, por exemplo, é o primeiro programa de inovação aberta do setor de engenharia e construção, criado em 2018 pela Andrade Gutierrez, já realizou mais de 1500 conexões com startups, além de diversas soluções contratadas para práticas contínuas na construtora.

“Buscamos ativamente startups que possam trazer soluções disruptivas para os desafios que enfrentamos. Com a Vetor AG Ventures, nossa “open venture builder”, apoiamos o desenvolvimento de startups do nosso setor. Essa colaboração cria um ecossistema dinâmico, onde a inovação é capaz de se expandir em trocas constantes com o mercado. Estamos comprometidos em moldar um futuro promissor da engenharia e construção”, conclui Medina que atua a frente do Vetor AG.

O Vetor AG é o primeiro programa de inovação aberta do setor de engenharia e construção. Além de participar no desenvolvimento de projetos inovadores internos da Andrade Gutierrez, o Vetor AG é o ponto de conexão da AG com as soluções inovadoras do mercado. No 6º ciclo de inovação aberta do programa, busca soluções de Inteligência Artificial aplicada às áreas de Engenharia, Suprimentos e Construção.

ArcelorMittal: projetos de reaproveitamento de água alcançam índices acima de 98% de reuso e consolidam empresa como referência na gestão de recursos hídricos



A produção de aço, considerada grande consumidora de água, tem alcançado avanços importantes na redução de seu impacto sobre as bacias hidrográficas. No mês em que se celebra o dia Mundial da Água (22/03), a ArcelorMittal apresenta os resultados de suas iniciativas, que são consideradas referência em gestão hídrica na indústria. Todas as unidades da empresa possuem Plano Diretor de Águas, que visa garantir a disponibilidade dos recursos hídricos para as operações. A produtora de aço já atingiu índice de recirculação de água em seus processos de 98% em algumas de suas unidades.

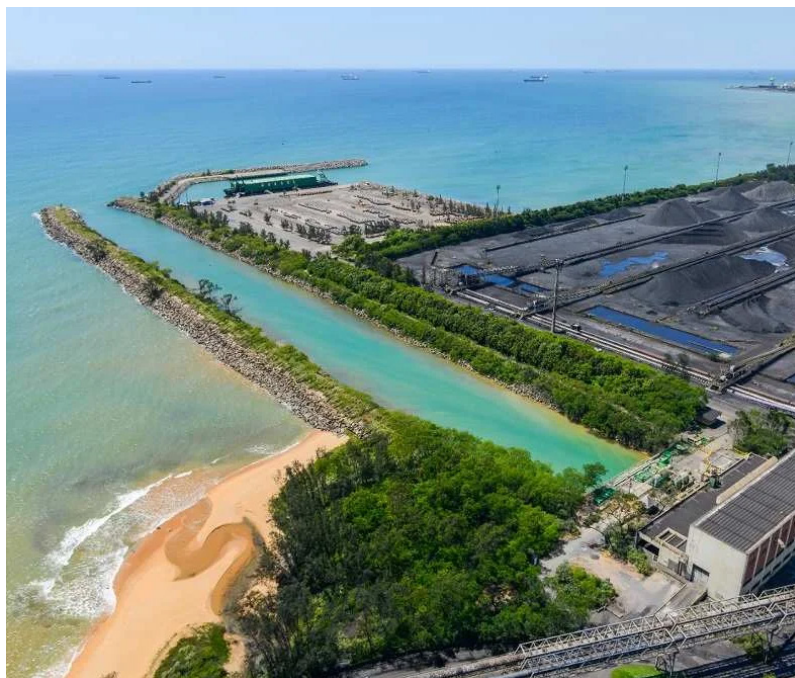
A empresa tem alcançado avanços

significativos na redução do impacto sobre as bacias hidrográficas e implementado ações inovadoras para garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos. No Espírito Santo, a unidade de Tubarão é um exemplo de eficiência e inovação. Localizada no município de Serra, é a maior planta de aço da empresa e possui a menor dependência da captação de água doce do Brasil: 96% da água utilizada em seus processos vem do mar. A unidade também possui diversificada gama de fontes de suprimentos de água. Além de captar o recurso do Rio Santa Maria, na Grande Vitória, a empresa opera a maior planta de dessalinização de água do mar do país, capaz de produzir até 500m³/h de

água industrial e possui poços para captação de água subterrânea.

A planta industrial firmou, ainda, contrato de 30 anos para a aquisição de um volume significativo de água proveniente da Estação de Produção de Água de Reúso Camburi (EPAR), em Vitória, em parceria com a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan). Esse projeto inovador prevê a transformação de 300 litros por segundo de esgoto sanitário em água de reúso para fins industriais, representando um importante avanço na gestão sustentável dos recursos hídricos.

A unidade Vega, localizada em



São Francisco do Sul (SC), recircula mais de 98% da água que consome, índice que deve ser mantido mesmo com a expansão da unidade que está na fase de conclusão. Para garantir o equilíbrio entre a indústria de alta performance e o meio ambiente, a ArcelorMittal acompanha o caminho da água desde a captação no rio Saimirinzinho, até chegar ao emissário, na Praia do Ervino, local que possui a certificação internacional Bandeira Azul.

Essa certificação comprova que a praia atende uma série de critérios com foco em gestão ambiental, qualidade da água, educação ambiental, segurança e serviços, turismo sustentável e responsabilidade social, garantindo que a ArcelorMittal realiza uma gestão responsável dos seus efluentes. Além disso, a unidade possui um Reservatório Artificial composto por 220 mil m³ de água proveniente de captação de água da chuva, ele abastece um bairro do município durante a temporada de verão e pode abastecer a unidade por até 170 dias em caso de emergências.

Na unidade Pecém da ArcelorMittal, no Ceará, foi implantado um sistema de recirculação hídrica que permite reutilizar a água várias vezes, minimizando a necessidade de captação de água bruta e reduzindo a quantidade de efluentes descartados. Atualmente a unidade está com 98,19% de recirculação. A unidade é uma das únicas produtoras de aço do Brasil a limpar os gases de aciaria a seco, ou seja, sem a utilização de água. O gás gerado na Aciaria é captado durante o processo, passa por um sistema de lavagem a seco, efetuando seu resfriamento e limpeza. Após o tratamento desse gás, ele será utilizado para geração de energia. O sistema de limpeza a seco do gás promove redução do consumo de água e elimina a geração de lama da Aciaria.

PLANO DIRETOR DE ÁGUAS

Idealizado como um instrumento de gestão, o Plano Diretor de Águas é parte Programa de Excelência Ambiental em todas as unidades da produtora de aço. No segmento de pro-

dução de Aços Longos, desde a sua implantação, o plano diretor já teve mais de 170 ações implementadas.

Em seu primeiro ano de implantação e, considerando os resultados obtidos em apenas uma das sete unidades do grupo no Brasil foi observada a redução no consumo de água em 14,29%, representando uma economia anual de 320.634m³/ano. Como alternativa é feito o reuso do efluente industrial e sanitário após o tratamento na unidade de Juiz de Fora, recirculando em média 50m³/h. A alteração realizada no sistema de alimentação da refrigeração dos compressores reduziu o consumo, em média, em 20m³/h.

Em 2018, o Plano Diretor de Águas levou a ArcelorMittal a ser finalista na premiação do World Steel Association na categoria Excelência em Sustentabilidade. Dois anos mais tarde, em 2020, a iniciativa ganhou o Prêmio Natureza Gerais, na categoria “Melhor ação ou projeto ambiental promovido pelo Setor Produtivo”. Essa é uma premiação concedida pelo Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), do Estado de Minas Gerais, para valorizar e reconhecer ações e projetos que contribuam para a preservação e melhoria da qualidade ambiental.

Além disso, desde 2023, a ArcelorMittal, em parceria inédita com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), executa um projeto intitulado “Estudo de Previsibilidade de Bacias”, que tem por objetivo apresentar um diagnóstico detalhado das Bacias Hidrográficas onde suas operações estão inseridas. A pesquisa abrange diversas unidades industriais em diferentes estados do país - Barra Mansa (RJ), João Monlevade (MG), Juiz de Fora (MG), Resende (RJ) e Piracicaba (SP) - e visa analisar os cenários de adaptação necessários para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Com uma canetada, Operação Lava Jato acabou com empresas da construção civil, diz especialista

Legado da ação da PF e do Judiciário segue sendo discutido, principalmente no setor da construção civil

Dez anos depois de sua primeira operação, a Lava Jato ainda é um fenômeno político-jurídico-econômico que vai demorar para ser compreendido.

De "salvação da nação" a conversas ilegais vazadas, a força-tarefa levantou intensas discussões ao longo dos anos.

Setor que mais foi punido em razão das irregularidades comprovadas por executivos, a construção civil está num caminho de recuperar o tempo perdido, principalmente depois do STF anular uma série de acordos e, consequentemente, o pagamento de multas.

"Como o mercado da construção pós-Lava Jato se tornou mais letárgico e as grandes empresas estavam impedidas de licitar com a Administração Pública, o governo lançou obras de menores dimensões, embora ainda importantes, propiciando a participação de pequenas e médias empresas. Ao que tudo indica, com a reabilitação das companhias anteriormente envolvidas com a Lava Jato, há espaço para a realização de obras mais complexas e de maiores dimensões. O setor da construção civil é importante para qualquer país, mas ganha maior relevo no Brasil, onde a infraestrutura é precária e está longe de oferecer condições que tornem o país apto a internalizar tecnologias mais modernas, incrementar a mobilidade e oferecer serviços essenciais de saúde e saneamento a todos", analisa Rafael Marinangelo, mestre e doutor em Direito pela PUC/SP, com atuação do segmento da Construção e Logística e



pós-Doutor em Direito pela da USP.

Uma das críticas à operação é que ela deveria ter mirado os executivos das empreiteiras, e não as companhias como um todo. Essa visão é corroborada pelo especialista. "Ao atacar as empresas, impedindo-as de licitar com a Administração Pública, a Lava Jato acabou, com uma canetada, com estruturas empresariais imensas e jogou por terra toda a tecnologia criada e acumulada em décadas de exercício de serviços e obras de engenharia. Se essas empresas se envolveram em crimes de corrupção, bastaria punir os dirigentes responsáveis, preservando as pessoas jurídicas e os milhares de empregos que elas ofereciam. Para evitar novos desvios, poderiam ser instituídas rígidas regras de compliance e, até mesmo, algum tipo de controle das atividades pelo Ministério Público, evitando que suas atividades sofressem solução de continuidade", opina Marinangelo.

O especialista também pede cautela a respeito da crítica de que o mercado da construção civil é muito concentrado. "É preciso ter em conta que

obras e serviços de engenharia são execuções complexas, altamente especializadas e de grande responsabilidade. Não é toda e qualquer empresa que está apta a executar determinados contratos. Sem a comprovação de experiência anterior, a empresa não pode ser contratada para determinados tipos de obra, sob pena de colocar em risco o projeto. Essa experiência acumulada é adquirida ao longo dos anos e, por isso, as grandes empresas de construção brasileiras, pela sua longevidade, acabam detendo um acervo técnico maior e mais diversificado, enquanto as empresas menores e mais jovens não o detêm", explica.

E afinal, o que mudou na mentalidade das empresas após o fim da Lava Jato? "As empresas investiram fortemente em programas de compliance e estão empenhadas em bem desenvolver suas atividades, sem os percalços pelos quais passaram à época da Lava Jato.

Por isso, acredito que teremos um mercado mais maduro e consciente para os próximos anos", opina o especialista.

Cerrado Mineiro é a maior região produtora de Queijo Minas Artesanal do Estado

Produtores investem em boas práticas com assistência da Emater-MG



O Cerrado é a maior região produtora de Queijo Minas Artesanal do Estado. Ela é composta por 19 municípios, responsáveis por mais de 30% de tudo que é produzido em Minas Gerais. São mais de 9,5 mil toneladas por ano, conforme estimativa da Emater-MG. “E este dado pode ser ainda maior”, comenta a coordenadora técnica estadual da Emater-MG, Maria Edinice Rodrigues.

Além do Cerrado, existem outras nove regiões oficialmente caracterizadas em Minas Gerais: Araxá, Campo das Vertentes, Canastra, Diamantina, Entre Serras da Piedade ao Caraça,

Serra do Salitre, Serras da Ibitipoca, Serro e Triângulo Mineiro.

O Queijo Minas Artesanal do Cerrado conquista paladares país afora pelo seu sabor suave e massa cremosa. Outra característica da região é reunir produtores de diferentes portes, desde familiares a grandes empreendedores, como o Eudes Braga, do município de Carmo do Paranaíba, um dos maiores produtores da região. Na sua família não havia a tradição de produzir queijo, mas ele era amante da iguaria e percebeu nessa demanda uma oportunidade de negócio. “Identificamos um mercado exigente, que

queria consumir esse produto, mas com qualidade. A grande vontade que nasceu foi essa, produzir um queijo com qualidade, rastreabilidade e certificação”, comenta.

Ele começou pequeno, lá em 2004 com apenas uma bezerra. Em 2005, já havia adquirido mais novilhas. Dois anos depois, iniciou efetivamente a produção do queijo e, em 2008, já tinha conquistado a certificação. Atualmente produz cerca de 400 quilos de Queijo Minas Artesanal por dia.

Nessa trajetória contou com suporte da Emater-MG. “Aqui na região

do Cerrado a Emater trabalha junto aos produtores há bastante tempo, no sentido de melhorar a qualidade do produto, que já tem uma identidade própria. Mas é importante ser feito dentro das boas práticas de produção e fabricação”, reforça a coordenadora regional da Emater-MG, Mara Mota.

BOAS PRÁTICAS

A fazenda do Eudes Braga produz cerca de 12 mil litros de leite por dia, sendo que 4 mil são destinados à produção do queijo. Os animais são cuidados em um ambiente confortável, climatizado, comida de qualidade. O bem-estar animal e as boas práticas estão presentes em todo processo, desde o curral, passando pela ordenha, até a fabricação. Na queijaria, higiene é a palavra de ordem. Mesmo sendo uma produção grande, o processo é totalmente artesanal. No leite vai apenas o pingo, que é parte do soro coletado da produção anterior, e que vai garantir sabor especial ao queijo. A massa coagulada é prensada à mão e recebe a salga seca. Depois inicia-se o processo de maturação. À medida que o tempo passa, o queijo vai ganhando consistência e ainda mais sabor. Os cuidados, desde o curral, impactam no resultado.

“Para fazer um bom queijo, é fundamental a qualidade do leite, a qualidade sanitária e o fator nutricional dos animais, além das boas práticas. Aqui na fazenda, e em todo o Cerrado, a nossa preocupação é ter um produto diferenciado, que leva qualidade e todo nosso terroir”, ressalta Eudes.

Zelo igual com a produção tem o senhor Alaor Martins, que produz cerca de 100 quilos de Queijo Minas Artesanal por dia, também em Carmo do Paranaíba. Todo seu processo é orientado pela Emater-MG e ele já está pavimentando o caminho para em breve dobrar o volume fabricado. A certeza do sucesso ele ancora no sabor especial do seu queijo. “Ele tem



um gosto muito bom, pelo menos a gente gosta do queijo que a gente faz! Ele se diferencia de todos os outros da região, cada um tem um sabor e aí vai da preferência do freguês. Mas meu queijo vai bem com tudo, um queijo que espicha”, explica orgulhoso.

IDENTIFICAÇÃO DE ORIGEM

A história e dedicação dos produtores, as características do Cerrado mineiro, de clima, solo, água, o tipo de animais criados por lá, tudo isso gera uma identidade única para o queijo do Cerrado, que conquistou, em agosto de 2023, o reconhecimento de Indicação Geográfica (IG) pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI).

O pedido de Indicação Geográfica, na espécie Indicação de Procedência (IP), foi solicitado pela Associação de Produtores de Queijo Minas Artesanal do Cerrado (Aprocer). A Emater-MG participou de todo processo, auxiliando na coleta e organização de toda documentação e informações que subsidiaram a conquista da IG.

A documentação apresentada ao INPI demonstrou que, no passado, portugueses e brasileiros foram para

a região do Cerrado mineiro à procura de ouro e pedras preciosas. A farta distribuição de terras propiciou uma corrente migratória para a região, na qual gradualmente a pecuária passou a ser a nova fonte de recursos devido às suas pastagens naturais, que permitiram a formação dos primeiros rebanhos. Com o passar do tempo e o aumento dos rebanhos, a grande quantidade de leite produzido e não consumida estimulou a produção de queijos artesanais como forma de preservação daquele leite.

“Essa conquista é importante porque agrega valor ao produto, atestando que ele tem uma identidade própria, é fabricado na região do Cerrado, inibindo falsificações”, diz Mara Mota.

Para Eudes Braga, o selo garante rastreabilidade para o queijo e confiabilidade para o consumidor. “Isso traz uma visibilidade para além do mercado que temos hoje”. Já o senhor Alaor diz que a conquista reforça o que ele sempre soube: “Nosso queijo toda vida foi muito bom. Só que o povo nunca valorizou nossa região, então criamos a marca do Cerrado, pra gente poder chegar e dizer que ele é o melhor de Minas Gerais”, exalta.

Marfrig reporta Ebitda ajustado de 2,9 bilhões de reais e lucro líquido de 12 milhões de reais no 4T23

Lucro do quarto trimestre reverte prejuízo da companhia registrado no mesmo período de 2022; Ebitda ajustado avança 32,1% na comparação anual. Margem Ebitda atinge 8%; fluxo de caixa operacional trimestral é positivo em 2,8 bilhões de reais

A Marfrig (B3:MRFG3 e ADR Nível 1: MRRTY), líder global em produção de hambúrgueres e uma das maiores empresas de carne bovina do mundo, acaba de apresentar à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) seus resultados fiscais relativos ao quarto trimestre e ao ano de 2023. Os números consolidam as informações contábeis e financeiras das Operações América do Sul e América do Norte da companhia, assim como o resultado da BRF, uma das maiores produtoras globais de alimentos, controlada pela Marfrig.

No quarto trimestre de 2023, a Marfrig registrou um Ebitda Ajustado de 2,9 bilhões de reais – aumento de 32,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A margem Ebitda foi de 8%, dois pontos percentuais acima da registrada um ano antes. O lucro líquido da companhia atingiu 12 milhões de reais. Nos três últimos meses do ano passado, a receita líquida consolidada da Marfrig alcançou 36,6 bilhões de reais.

O resultado positivo se deve ao desempenho resiliente das operações de bovinos em todos os mercados, além da geração de valor decorrente da participação da Marfrig na BRF, que tem avançado no processo interno de melhorias – na eficiência operacional e financeira – após implementação do programa BRF+.

O investimento da Marfrig na BRF foi iniciado em 2021. No final do ano passado, a Marfrig controlava a companhia, com 50,06% de participação. O atual percentual é um marco da Marfrig



em capturar oportunidades e gerar valor por meio de negócios que garantem a diversificação geográfica e do portfólio de proteínas. "Somos uma companhia de proteínas global e completa", diz Marcos Molina dos Santos, controlador e presidente dos conselhos de administração da Marfrig e da BRF. "Nossa estrutura foi concebida para que possamos aproveitar todas as oportunidades do mercado mundial, além de reduzir eventuais impactos de ciclos naturais do setor."

A proteína bovina – foco das operações da Marfrig na América do Sul e da National Beef, na América do Norte – respondeu por 61% da receita líquida total da Marfrig no trimestre. Produtos derivados de proteínas de aves e suínos – mercados nos quais a BRF está entre as líderes globais – representaram 39% da receita.

A Marfrig investiu 882 milhões de reais no quarto trimestre de 2023. Do total, 338 milhões foram destinados a operações de bovinos, especificamente à expansão (em curso) das unidades de Várzea Grande (Brasil), Tacuarembó (Uruguai) e San Jorge (Argentina),

além de melhorias operacionais em Liberal (Estados Unidos).

No consolidado de 2023, a Marfrig registrou novo recorde em receita líquida: 136,5 bilhões de reais, aumento de 4,5% ante a receita de 2022. A performance foi impulsionada pela receita recorde anual na América do Norte, que chegou a 11,9 bilhões de dólares, além dos 53 bilhões de reais em vendas da BRF.

"Em 2023, avançamos nas duas principais avenidas de crescimento da Marfrig. A primeira delas é a otimização do portfólio na Operação América do Sul, cada vez mais focado em produtos de valor agregado e com marcas. A segunda é o controle majoritário da BRF, que passou a contribuir de maneira positiva para nossos resultados", diz Molina. "Ao mesmo tempo, seguimos investindo para aumentar a capacidade das nossas unidades, promovendo um parque fabril mais eficiente e rentável. Tudo isso sem perder a eficiência operacional e a disciplina financeira, com o compromisso da sustentabilidade e da geração de va-

lor para todos os stakeholders, cadeia pecuária, comunidades, investidores, clientes e colaboradores da Marfrig.”

DISCIPLINA FINANCEIRA

No quarto trimestre de 2023, a Marfrig mais uma vez encerrou com fluxo de caixa operacional positivo, na ordem de 2,9 bilhões de reais. O fluxo de caixa livre no período foi de 441 milhões de reais.

Outro grande destaque nos resultados financeiros da companhia no quarto trimestre de 2023 foi a alavancagem financeira consolidada, que reflete o compromisso da empresa em diminuir o seu endividamento. O índice, medido pela relação entre dívida líquida e Ebitda ajustado dos últimos doze meses, foi de 3,71 vezes em reais. Levando em conta o montante de 6 bilhões de reais que a Marfrig tem a receber, após venda de ativos da América do Sul, a alavancagem consolidada cai para 3,07 vezes.

OPERAÇÃO AMÉRICA DO SUL

Impulsionada pela exportação e por melhores preços no mercado interno, a Operação América do Sul da Marfrig (unidades no Brasil, no Uruguai, na Argentina e no Chile) teve lucro bruto de 1,3 bilhão de reais no quarto trimestre de 2023, sobre 928 milhões registrados há um ano. A margem bruta chegou a 18,5%, frente a 14%, na comparação anual. O Ebitda ajustado da operação foi de 732 milhões de reais e a margem Ebitda ficou em 10,3%, contra 8% no quarto trimestre de 2022 (crescimento de 2,3 pontos percentuais na comparação anual).

A receita líquida da operação foi de 7,1 bilhões de reais, um crescimento de 7% em relação ao mesmo período do ano anterior, explicado pelo maior volume de vendas nas exportações e pelo incremento (de 18,3%) no preço médio de vendas no mercado doméstico. No total, foram 400 mil toneladas comercializadas no quarto trimestre

de 2023, ante 377 mil toneladas no mesmo trimestre de 2022. Aproximadamente 55% das exportações foram destinadas à China e a Hong Kong.

“Mesmo em um período desafiador para o setor de proteína, fomos capazes de aumentar as nossas margens ao investir em produtos de valor agregado – industrializados e com marca – e em mercados mais rentáveis”, afirma Rui Mendonça, CEO da Operação América do Sul da Marfrig.

OPERAÇÃO AMÉRICA DO NORTE

No quarto trimestre de 2023, a Operação América do Norte da Marfrig, representada pela National Beef, obteve receita líquida de 3,1 bilhões de dólares, em linha com igual período de 2022. O Ebitda ajustado foi de 79 milhões de dólares, e a margem Ebitda ajustada, de 2,6% – mais uma vez, superior à média dos pares de mercado.

O total de vendas da operação foi de 496 mil toneladas, volume 11,3% menor em comparação com o quarto trimestre do ano anterior, explicado principalmente pelo efeito-calendário. No período, 88% do volume foi vendido no mercado doméstico, em linha com o que ocorreu no mesmo período de 2022.

“A operação mais uma vez demonstrou resiliência frente ao cenário desafiador do ciclo do gado nos Estados Unidos. Apesar do momento adverso do mercado, tivemos receita recorde no consolidado e margens resilientes frente a outros players”, diz Tim Klein, CEO da Operação América do Norte da Marfrig.

ESG

No quarto trimestre de 2023, a Marfrig apresentou avanços significativos na área de sustentabilidade. No ranking Collier FAIRR Protein Producer Index 2023/24, a companhia conquistou a liderança entre as empresas de carne bovina. Na classificação geral, obteve o quarto lugar – melhor classificação entre todas as companhias do se-

tor. A Marfrig também obteve a classificação “Best Practice” (melhor prática) nos pilares Governança da Sustentabilidade e Segurança Alimentar e foi a única de proteína bovina classificada como de baixo risco em sustentabilidade.

Durante a COP28, em Dubai, a Marfrig anunciou o investimento de 100 milhões de reais para acelerar seu programa Verde+ e a antecipação (de 2030 para 2025) de sua meta de rastrear 100% dos fornecedores de gado (diretos e indiretos) em todos os biomas brasileiros.

Por fim, na edição 2023 da lista do CDP (Disclosure Insight Action), anunciada em fevereiro de 2024, a Marfrig alcançou, pela primeira vez, a pontuação máxima (nota A) na categoria “Mudanças Climáticas”. CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que incentiva empresas e governos a reduzir as emissões de gases de efeito estufa, preservar os recursos hídricos e proteger as florestas. A Marfrig obteve o melhor desempenho em relação às suas principais concorrentes. Nas outras duas categorias da lista do CDP (“Segurança Hídrica” e “Florestas”), a Marfrig obteve, em 2023, a segunda melhor nota (A-), que também foi o melhor resultado entre as empresas do setor.

A Marfrig é uma das companhias líderes em carne bovina, suína e de aves e a maior produtora de hambúrguer no mundo, com receita líquida de 136,5 bilhões em 2023. A empresa emprega mais de 120 mil colaboradores, distribuídos entre Operação América do Norte, Operação América do Sul e BRF. As operações América do Norte e América do Sul processam e comercializam carne bovina in natura, produtos industrializados, pratos prontos à base de carne bovina, produtos complementares e derivados de carne, além de couro para os mercados doméstico e internacional. Reconhecida pela qualidade de seus produtos e por sua atuação sustentável, a Marfrig mantém projetos pioneiros para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Oncoclínicas&Co registrou receita de R\$ 6 bilhões e lucro de R\$ 313 milhões em 2023

Aumento do número de pacientes tratados e ganhos de eficiência operacional explicam resultado recorde

A Oncoclínicas&Co (B3: ONCO3) – maior grupo dedicado ao tratamento do câncer na América Latina – reportou um crescimento de 35,1% na sua receita bruta em 2023, totalizando R\$ 6,0 bilhões. Essa performance se deveu sobretudo ao crescimento no número de pacientes atendidos, com cerca de 635 mil procedimentos realizados, 26,8% superior ao verificado em 2022. No quarto trimestre de 2023 (4T23), a receita bruta alcançou R\$ 1,6 bilhão, um crescimento orgânico de 18,7% se comparado ao mesmo período de 2022.

A Companhia seguiu crescendo num ritmo acelerado, não apenas por causa do maior contingente de pacientes em suas unidades, mas também em função de suas diversas parcerias estratégicas com planos e operadoras de saúde, sem abrir mão da excelência no cuidado aos pacientes.

Em 2023, o lucro bruto caixa totalizou R\$ 1,9 bilhão, correspondendo a uma margem de 35,4%, o que representa um aumento de 33,7% sobre o reportado em 2022. Já o EBITDA totalizou R\$ 1,0 bilhão para o ano todo (R\$ 1,1 bilhão excluindo o efeito não caixa da apuração contábil do plano de incentivo de longo prazo, ou numa base ex-PILP), 58,9% acima de 2022, refletindo não apenas o crescimento da receita da Companhia, mas também ganhos de eficiência capturados na operação.

Este foi o sexto trimestre consecutivo de lucro líquido, que atingiu a marca de R\$ 87,0 milhões para o 4T23. O lucro líquido total para o ano 2023 foi de R\$ 312,6 milhões, 174,7% superior ao registrado em 2022. O lucro líquido sem o efeito do PILP foi de R\$ 359,4 milhões em 2023.

A companhia colhe agora os frutos de seu projeto de racionalização da estrutura societária, iniciado há cerca de dois anos. Houve também um enorme avanço no endereçamento do nível de



participação minoritária no lucro líquido. O lucro líquido por ação, excluindo minoritários, aumentou de R\$ 0,08 por ação, em 2022, para R\$ 0,40 por ação, em 2023, 383,4% maior.

“Esses números refletem o nosso compromisso com os princípios da companhia, de empregar tecnologia, excelência médica e hiperespecialização, sempre considerando a custo-efetividade e buscando continuamente ganhos de eficiência, a serviço dos nossos pacientes, médicos e parceiros”, ressalta Bruno Ferrari, fundador e CEO da Oncoclínicas&Co.

A Oncoclínicas&Co - maior grupo dedicado ao tratamento do câncer na América Latina - tem um modelo hiperespecializado e inovador focado em toda a jornada do tratamento oncológico, aliando eficiência operacional e atendimento humanizado, por meio de um corpo clínico composto por mais de 2.700 médicos especialistas com ênfase em oncologia. Com a missão de democratizar o tratamento oncológico, oferece um sistema completo de atuação composto por clínicas ambulatoriais integradas a cancer centers de alta complexidade. Atualmente possui 143 unidades em 38 cidades brasileiras, permitindo acesso ao tratamento oncológico em todas as

regiões que atua, com padrão de qualidade dos melhores centros de referência mundiais no tratamento do câncer.

Com tecnologia, medicina de precisão e genômica, a Oncoclínicas traz resultados efetivos e acesso ao tratamento oncológico, realizando aproximadamente 635 mil tratamentos nos últimos 12 meses. É parceira exclusiva no Brasil do Dana-Farber Cancer Institute, afiliado à Faculdade de Medicina de Harvard, um dos mais reconhecidos centros de pesquisa e tratamento de câncer no mundo. Possui a Boston Lighthouse Innovation, empresa especializada em bioinformática, sediada em Cambridge, Estados Unidos, e participação societária na MedSir, empresa espanhola dedicada ao desenvolvimento e gestão de ensaios clínicos para pesquisas independentes sobre o câncer. A companhia também desenvolve projetos em colaboração com o Weizmann Institute of Science, em Israel, uma das mais prestigiadas instituições multidisciplinares de ciência e de pesquisa do mundo, tendo Bruno Ferrari, fundador e CEO da Oncoclínicas, como membro de seu board internacional. Além disso, a Oncoclínicas passou a integrar a carteira do IDIVERSA, índice recém lançado pela B3, a bolsa de valores do Brasil, que destaca o desempenho de empresas comprometidas com a diversidade de gênero e raça.

O que é importante para você, é importante para nós.

Gestão de patrimônio significa tranquilidade, fidelidade aos valores, objetivos alcançados e atendimento de alta qualidade.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.
E para você, o que é mais importante?

Não administramos fortunas, administramos futuros.



PORTOGALLO

FAMILY OFFICE

*Não administramos fortunas.
Administramos futuros.*

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br



(11) 3078-6830

www.portogallofamilyoffice.com.br



Nos últimos 13 anos o desempenho da economia brasileira ficou abaixo da média do crescimento global

A variação do PIB brasileiro continua em nível inferior ao mundial, agora já completando 13 anos seguidos

PIB brasileiro de 2023 é ainda inferior ao de 2011

PIB brasileiro de 2023 representa 2,08% do total mundial. Chegou a alcançar 3,54% em 2011

“Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.

Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época – como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram à nossa realidade – como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos.”

Juscelino Kubitschek

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O Brasil continua apresentando um desempenho econômico que pode ser considerado medíocre quando comparado principalmente, à média mundial – se levadas em consideração as suas enormes potencialidades e a dimensão de seu mercado interno.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil apresentou estabilidade no quarto trimestre de 2023 e encerrou o ano com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 10,9 trilhões. A atividade Agropecuária cresceu 15,1% de 2022 para 2023, influenciando o desempenho do PIB do país. Houve crescimento também na



Indústria (1,6%) e em Serviços (2,4%). Já o PIB per capita alcançou R\$ 50.194, um avanço, em termos reais, de 2,2% em relação a 2022. Os dados são do Sistema de Contas Nacionais

Trimestrais, divulgado no dia 1º de março, pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais

do IBGE, explica que o resultado recorde da Agropecuária, superando a queda apresentada em 2022, teve influência do crescimento da produção e do ganho de produtividade da Agricultura. "Esse comportamento foi puxado muito pelo crescimento de soja e milho, duas das mais importantes lavouras do Brasil, que tiveram produções recorde registradas pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA)", enumera.

Outra influência positiva no resultado do PIB de 2023 foi o desempenho das Indústrias Extrativas. A atividade teve alta de 8,7% devido ao aumento da extração de



petróleo e gás natural e de minério de ferro. Destaque também para Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos, com alta de 6,5%. "Houve condições hídricas favoráveis e a bandeira verde vigorou durante todo o ano de 2023.

Além disso, o fenômeno climático 'El Niño' aumentou a temperatura média, impactando o consumo de água e energia", justifica a pesquisadora. As Indústrias de Transformação (-1,3%) e a Construção (-0,5%) fecharam o ano com queda.

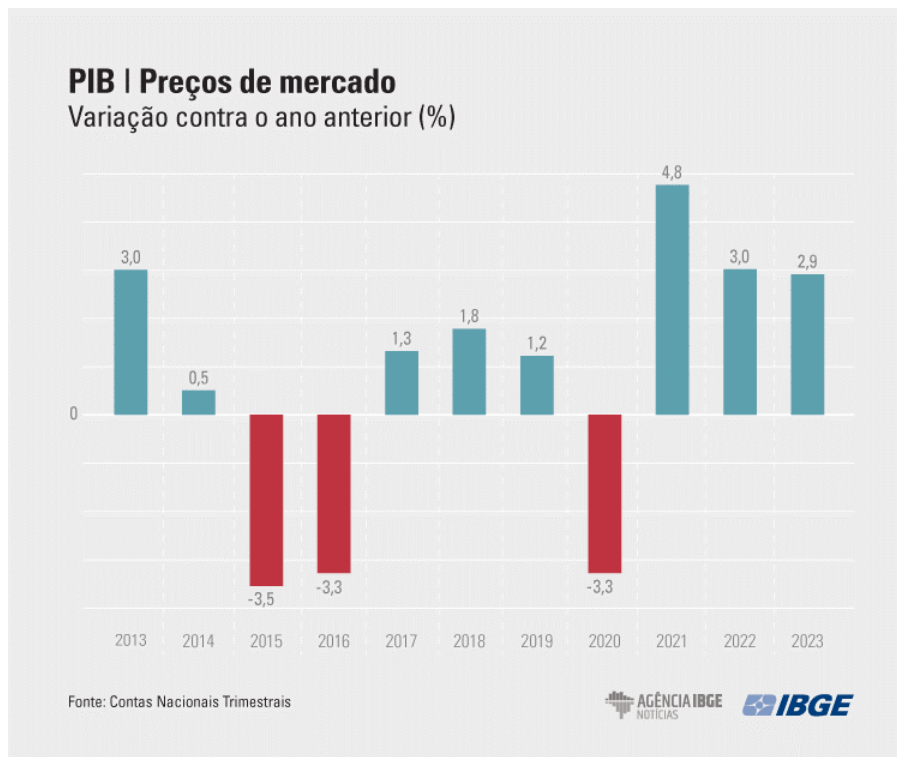
Em Serviços, todas as atividades tiveram crescimento, com destaque para Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados Intermediação (6,6%). "As empresas seguradoras tiveram um ganho comparando os prêmios recebidos

em relação aos sinistros pagos", explica Rebeca.

CONSUMO DAS FAMÍLIAS É A MAIOR INFLUÊNCIA DO PIB SOB ÓTICA DA DEMANDA

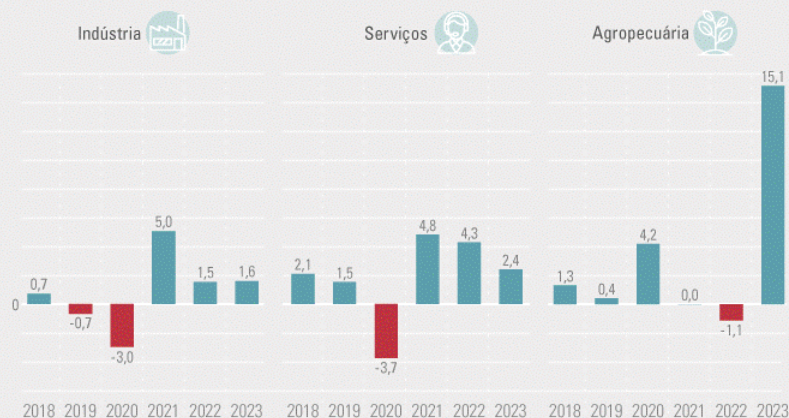
Pela ótica da demanda, destaque para a Despesa de Consumo das Famílias, que avançou 3,1% em relação a 2022. A pesquisadora explica que o resultado tem influência da melhora das condições do mercado de trabalho, com aumento da ocupação, da massa salarial real, além do arrefecimento da inflação. "Os programas de transferência de renda do governo colaboraram de maneira importante no crescimento do consumo das famílias, especialmente em alimentação e produtos essenciais não duráveis.", completa Rebeca.

Ainda sob a ótica de demanda, houve queda de 3,0% da Formação Bruta de Capital Fixo, com destaque para a queda de máquinas e equipamentos (-9,4%). Já a Despesa do Consumo do



PIB | Sob a ótica da produção

Varição contra o ano anterior (%)



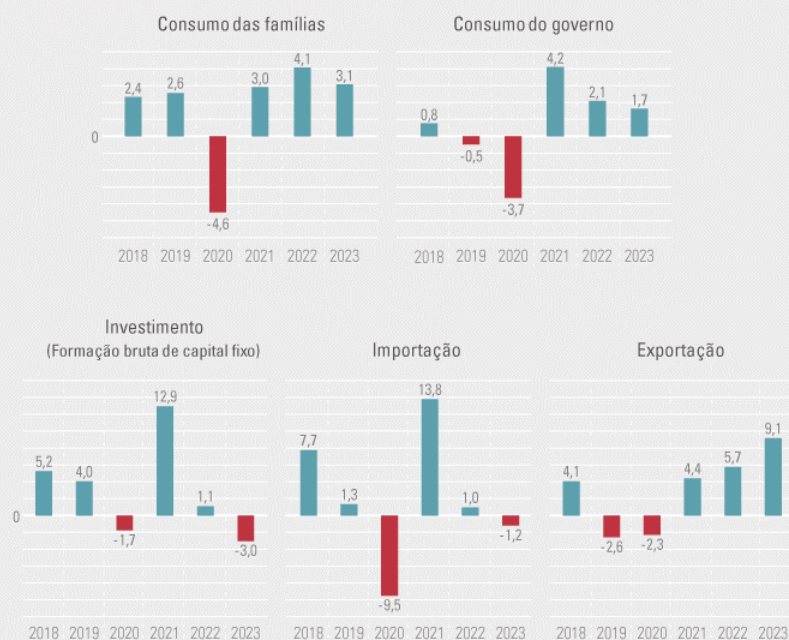
Fonte: Contas Nacionais Trimestrais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

IBGE

PIB | Sob a ótica da demanda

Varição contra o ano anterior (%)



Fonte: Contas Nacionais Trimestrais

AGÊNCIA IBGE
NOTÍCIAS

IBGE

Governo teve crescimento de 1,7% no ano.

As Importações de Bens e Serviços caíram 1,2% em 2023 enquanto as Exportações cresceram 9,1%. “Aqui, nota-se a influência do crescimento da produção de milho e soja e da extração de petróleo e minério de ferro, importantes commodities nacionais”, elenca Rebeca. Já a taxa de investimento em 2023 foi de 16,5% do PIB, menor que em 2022. A taxa de poupança, por sua vez, ficou em 15,4% em 2023 (ante 15,8% no ano anterior).

Do total de valor corrente de R\$10,9 trilhões do PIB, R\$ 9,5 trilhões foram referentes ao Valor Adicionado a preços básicos, enquanto R\$ 1,4 trilhão aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

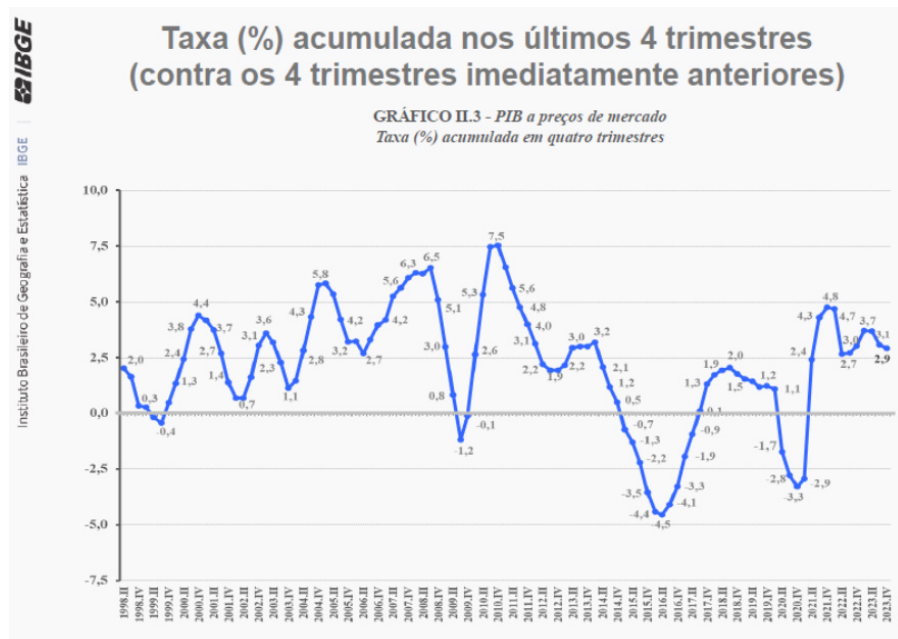
PIB DO 4º TRIMESTRE DE 2023 APRESENTA ESTABILIDADE NA COMPARAÇÃO COM O 3º TRI

O PIB apresentou estabilidade (0,0%) na comparação do 4º contra o 3º trimestre de 2023. Entre os setores, a Indústria cresceu 1,3%, enquanto os Serviços tiveram variação de 0,3%. Com importantes safras concentradas no primeiro semestre, a Agropecuária recuou 5,3%. Nas atividades industriais, destaque para a alta nas Indústrias Extrativas (4,7%), na Construção (4,2%) e na atividade Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (2,8%). Já as Indústrias de Transfor-

mação apresentaram variação negativa de 0,2%.

Em Serviços, o grupo de Outras atividades de serviços (1,2%), Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (0,7%), Atividades imobiliárias (0,1%) e Administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,1%) apresentaram taxas positivas. Por outro lado, houve queda em Comércio (-0,8%), Transporte, armazenagem e correio (-0,6%) e Informação e comunicação (-0,1%).

Pela ótica da demanda, houve crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo e da Despesa de Consumo do Governo (ambas com 0,9%), enquanto Despesa de Consumo das Famílias (-0,2%) apresentou variação negativa.



Fonte: IBGE

No que se refere ao setor externo, as Exportações de Bens e Serviços ficaram praticamente estáveis (0,1%), enquanto as

Importações de Bens e Serviços tiveram alta de 0,9% nesta comparação”.

Durante estes 23 anos

iniciais do século XXI, em apenas cinco deles (2002, 2004, 2007, 2008 e 2010) é que a economia brasileira registrou desempenho

BRASIL - PIB A PREÇOS CORRENTE - R\$ e US\$ - 2002/2023

Ano	R\$ Bilhões	US\$/R\$	US\$ Bilhões
2002	1.488,8	2,9296	508,2
2003	1.717,9	3,0705	559,5
2004	1.957,7	2,9247	669,4
2005	2.170,6	2,4335	892,0
2006	2.409,4	2,1763	1.107,1
2007	2.720,3	1,9475	1.396,8
2008	3.109,8	1,8369	1.693,0
2009	3.333,0	1,9927	1.672,6
2010	3.885,8	1,7585	2.208,5
2011	4.376,4	1,6739	2.614,5
2012	4.814,8	1,9453	2.470,5
2013	5.331,6	2,1738	2.475,1
2014	5.778,9	2,3599	2.448,8
2015	5.995,8	3,3856	1.771,0
2016	6.269,3	3,4538	1.815,2
2017	6.585,5	3,1930	2.062,5
2018	7.004,1	3,6700	1.908,5
2019	7.389,1	3,9451	1.873,0
2020	7.609,6	5,1600	1.474,3
2021	8.898,7	5,3950	1.648,4
2022	9.915,3	5,1648	1.919,8
2023	10.856,1	4,9951	2.173,3

Fonte: IBGE

MAIORES ECONOMIAS EM 2023 Em US\$ bilhões correntes

Ordem	País	PIB	% no total mundial
01	Estados Unidos	26.949,64	25,80
02	China	17.700,90	16,94
03	Alemanha	4.429,84	4,24
04	Japão	4.230,86	4,05
05	Índia	3.732,22	3,57
06	Reino Unido	3.332,06	3,19
07	França	3.049,02	2,92
08	Itália	2.186,08	2,09
09	Brasil	2.173,66	2,08
10	Canadá	2.117,81	2,03
11	Rússia	1.862,47	1,78
12	México	1.811,47	1,73
13	Coreia do Sul	1.709,23	1,64
14	Austrália	1.687,71	1,62
15	Espanha	1.582,05	1,51
16	Indonésia	1.417,39	1,36
17	Turquia	1.154,60	1,11
18	Holanda	1.092,75	1,05
19	Arábia Saudita	1.069,44	1,02
20	Suíça	905,68	0,87
Total Mundial		104.476,43	100,00

*Previsões. Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

IBGE

Valores Correntes

PIB alcançou R\$ 10,9 trilhões no ano de 2023

Tabela III.1 Classes de atividade no valor adicionado a preços básicos e componentes do PIB pela ótica da despesa

Especificação	Valores Correntes (R\$ milhões)					
	2022	2023.I	2023.II	2023.III	2023.IV	2023
Agropecuária	581343	223.643	191353	153.953	108.622	677.572
Indústria	2.300.127	559.077	599.162	621.630	637.047	2.416.916
Serviços	5.855.005	1.481.526	1.575.031	1.611.625	1.723.916	6.392.099
Valor Adicionado a Preços Básicos	8.736.475	2.264.247	2.365.546	2.387.209	2.469.585	9.486.587
Impostos sobre produtos	1343.201	318.459	335.559	353.753	361.755	1369.526
PIB a Preços de Mercado	10.079.677	2.582.706	2.701.105	2.740.961	2.831.340	10.856.112

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB - PRODUTO
INTERNO BRUTO - MUNDO X BRASIL - 2001/2023 - Em %

Ano	Mundo	Brasil	Emergentes
2001	2,46	1,39	3,64
2002	2,90	3,05	4,45
2003	4,26	1,14	6,92
2004	5,42	5,76	7,88
2005	4,85	3,20	7,10
2006	5,41	3,96	7,88
2007	5,56	6,07	8,38
2008	3,10	5,09	5,73
2009	-0,08	-0,12	2,83
2010	5,44	7,53	7,39
Média	3,93	3,71	6,22
Acumulada	46,84	43,55	82,55
2011	4,25	3,97	6,33
2012	3,52	1,92	5,36
2013	3,41	3,01	4,98
2014	3,53	0,50	4,71
2015	3,43	-3,55	4,33
2016	3,24	-3,28	4,39
2017	3,76	1,32	4,76
2018	3,63	1,78	4,65
2019	2,80	1,22	3,60
2020	-2,80	-3,28	-1,78
Média	2,88	0,36	4,13
Acumulada	32,48	3,32	49,67
2021	6,34	4,76	6,88
2022	3,48	3,02	4,09
2023*	2,96	2,92	3,97
Média	4,26	3,57	4,98
Acumulada	13,30	11,08	15,67

*Previsões

Em azul: Anos em que o PIB brasileiro cresceu mais do que a média mundial

Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023

Fonte: IBGE/IPEADATA/MinasPart Desenvolvimento - Elaboração: MercadoComum

MUNDO X BRASIL - EVOLUÇÃO DO PIB - PRODUTO
INTERNO BRUTO - 2011 a 2022* - Em US\$ bilhões correntes

Ano	Mundo	Brasil	Participação Brasil/Mundo %
2001	33.857,25	559,4	1,65
2002	34.969,16	508,2	1,45
2003	39.261,87	559,5	1,43
2004	44.190,89	669,4	1,51
2005	47.868,24	892,0	1,86
2006	51.832,94	1.107,1	2,14
2007	58.516,95	1.396,8	2,39
2008	64.226,14	1.693,0	2,63
2009	60.820,73	1.672,6	2,75
2010	66.542,40	2.208,5	3,32
2011	73.828,89	2.614,5	3,54
2012	75.011,41	2.470,5	3,29
2013	77.439,70	2.475,1	3,20
2014	79.500,78	2.448,8	3,08
2015	75.011,41	1.771,0	2,36
2016	76.265,41	1.815,2	2,38
2017	81.088,95	2.062,5	2,54
2018	86.095,66	1.908,5	2,22
2019	87.325,54	1.873,0	2,14
2020	84.960,90	1.474,3	1,74
2021	96.487,67	1.648,4	1,71
2022	100.135,36	1.919,8	1,92
2023	104.476,43	2.173,5	2,08

Fonte: World Economic Outlook/FMI - Oct 2023 e IBGE (2023 Brasil)

Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

superior à média global – sendo que o último deles ocorreu em 2010. Nesse período, o crescimento do PIB nacional apresentou-se bastante inferior à média dos países emergentes ou em desenvolvimento, categoria da qual faz parte.

Na última década – 2011 a 2020 e no acumulado desse período, a economia brasileira apresentou uma expansão equivalente a apenas 10% da média registrada globalmente.

Na presente década – 2021 a 2023, o Brasil melhora o ritmo de sua economia quando comparado à média global, mas não consegue acompanhar a cadência global e permanece dissociado dos níveis apresentados pelos países emergentes ou em desenvolvimento, apesar de se posicionar atualmente como a 9ª maior economia global.

E os indicativos atuais, tanto do mais recente Relatório Focus do Banco Central, quanto em relação ao World Economic Outlook do FMI, apontam para 2024, mais uma vez, uma perda expressiva da dinâmica do crescimento econômico nacional, caindo o mesmo a níveis quase à metade da média prevista globalmente e a um terço dos emergentes. Entendo seja urgente reverter essas expectativas e o caminho ideal, para esse fim, continua sendo o de eleger o desenvolvimento com a meta prioritária número 1 do país, acompanhado do crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável.

RELATÓRIO FOCUS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL – 22.03.2024

Mediana	Unidade	2024		2025	
		15/3/24	22/3/24	15/3/24	22/3/24
PIB	% ao ano	+1,80	+1,85 ↑	+2,00	+2,00 →
Câmbio (fim de período)	R\$/US\$	4,95	4,95 →	5,00	5,00 →
Balança Comercial (saldo)	US\$ Bilhões	+81,0	+81,5 ↑	+74,1	+74,6 ↑
Selic (fim de período)	% ao ano	9,00	9,00 →	8,50	8,50 →
IPCA	% ao ano	3,79	3,75 ↓	3,52	3,51 ↓
IGP-M	% ao ano	2,55	2,38 ↓	3,80	3,79 ↓

World Economic Outlook Growth Projections

(Real GDP, annual percent change)	ESTIMATE	PROJECTIONS	
	2023	2024	2025
World Output	3.1	3.1	3.2
Advanced Economies	1.6	1.5	1.8
United States	2.5	2.1	1.7
Euro Area	0.5	0.9	1.7
Germany	-0.3	0.5	1.6
France	0.8	1.0	1.7
Italy	0.7	0.7	1.1
Spain	2.4	1.5	2.1
Japan	1.9	0.9	0.8
United Kingdom	0.5	0.6	1.6
Canada	1.1	1.4	2.3
Other Advanced Economies	1.7	2.1	2.5
Emerging Market and Developing Economies	4.1	4.1	4.2
Emerging and Developing Asia	5.4	5.2	4.8
China	5.2	4.6	4.1
India	6.7	6.5	6.5
Emerging and Developing Europe	2.7	2.8	2.5
Russia	3.0	2.6	1.1
Latin America and the Caribbean	2.5	1.9	2.5
Brazil	3.1	1.7	1.9
Mexico	3.4	2.7	1.5
Middle East and Central Asia	2.0	2.9	4.2
Saudi Arabia	-1.1	2.7	5.5
Sub-Saharan Africa	3.3	3.8	4.1
Nigeria	2.8	3.0	3.1
South Africa	0.6	1.0	1.3
Memorandum			
Emerging Market and Middle-Income Economies	4.2	4.0	4.0
Low-Income Developing Countries	4.0	5.0	5.6

Source: IMF, World Economic Outlook Update, January 2024

Note: For India, data and forecasts are presented on a fiscal year basis, with FY 2023/2024 (starting in April 2023) shown in the 2023 column. India's growth projections are 5.7 percent in 2024 and 6.8 percent in 2025 based on calendar year.

De 2011 a 2023 a economia brasileira registra o mais longo período de retração e ficou muito mais pobre. As previsões para 2024 ainda são pouco animadoras

Os países desenvolvidos que, em 2000, respondiam por 79,0% da produção mundial – tiveram as suas participações reduzidas para 58,32% em 2023. Já os emergentes ou em desenvolvimento, categoria do Brasil se inclui, saltaram de uma participação de 21,0% em 2000 para 41,68% do total mundial neste ano. A tendência é de se continuar esta ampliação com a possibilidade de, mais alguns anos à frente, também assumirem a liderança na produção econômica mundial.

De acordo com dados do FMI e do Banco Mundial o Brasil, em 2022, detém a 6ª maior população, a 5ª maior superfície terrestre e a 9ª maior economia mundial.

Neste ano, a economia global deverá superar pela terceira vez consecutiva



a marca dos 100 trilhões de dólares norte-americanos e o Brasil encerrou 2023 ocupando o 9º lugar no ranking das maiores economias, com um PIB totalizando o valor de R\$ 10.856,11 bilhões – equivalente a US\$ 2.173,50 bilhões e a uma participação relativa de 2,08% na economia global. Cabe salientar que, atualmente, essa participação significa, apenas, quase a metade do

BRASIL - EVOLUÇÃO DO PIB PER CAPITA - Período de 2001/2023 - Em R\$ e US\$ correntes

Ano	R\$ 1,00	US\$/R\$	US\$ 1,00
2002	8.350	2,9296	2.850
2003	9.511	3,0705	3.097
2004	10.703	2,9247	3.659
2005	11.723	2,4335	4.817
2006	12.862	2,1763	5.910
2007	14.359	1,9475	7.373
2008	16.237	1,8369	8.839
2009	17.222	1,9927	8.642
2010	19.878	1,7585	11.303
2011	22.171	1,6739	13.237
2012	24.165	1,9453	12.399
2013	26.520	2,1738	12.165
2014	28.498	2,3599	11.538
2015	29.329	3,3856	8.670
2016	30.407	3,4538	8.804
2017	31.702	3,1930	9.970
2018	33.594	3,6700	9.154
2019	35.162	3,9451	8.912
2020	35.172	5,1600	6.816
2021	40.688	5,3950	7.541
2022	46.155	5,1648	8.936
2023	50.193	4,9951	10.048

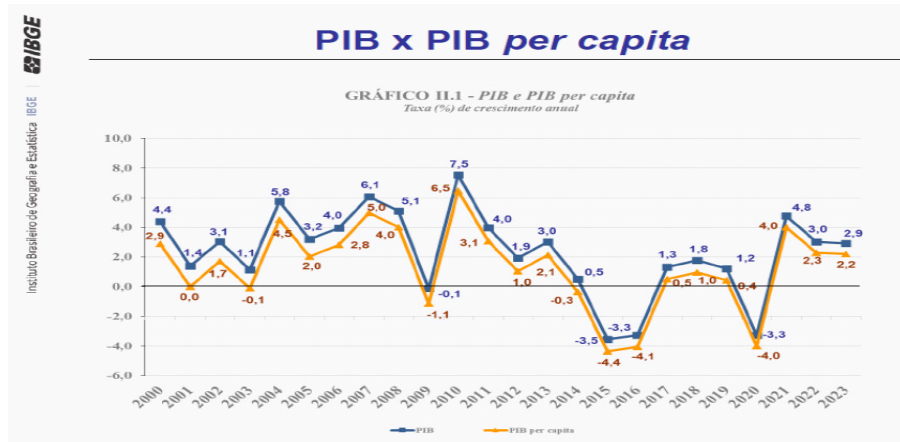
CLASSIFICAÇÃO DOS GOVERNOS POR DESEMPENHO ECONÔMICO - MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO - EM %

Governo	Mundo	Brasil	Diferença em p.p. (Brasil - Mundo)
Itamar Franco	3,26	5,04	+1,78
Lula III	2,96	2,91	-0,05
Lula I + II	4,24	4,08	-0,16
Jair Bolsonaro	2,46	1,43	-1,03
FHC I + II	3,03	1,91	-1,12
Michel Temer	3,70	1,55	-2,15
Dilma Rousseff	3,56	0,42	-3,14

que representava no ano de 2011, quando alcançou 3,54% do total mundial. Vale ademais acrescentar que, no período de 2011 a 2022, enquanto o PIB-Produto Interno Bruto global - medido em dólares norte-americanos, registrou uma expansão de 37,67% - o brasileiro contabilizou uma retração de 27,51%.

A Renda Per Capita dos brasileiros de 2023 alcançou, em valores correntes, US\$ 10.048 - inferior ao valor verificado no ano de 2010 de US\$ 11.303, o que reforça de forma dramática o declínio significativo do ritmo da atividade econômica do país no período em referência.

O maior PIB do mundo em 2023 pertence, mais uma vez, aos Estados Unidos, com US\$ 26,95 trilhões - representando 25,8% do total mundial. A China possui a segunda maior economia, com US\$ 17,7 trilhões - 16,9% do total mundial, seguida pela Alemanha com US\$ 4,4 trilhões - 4,2% do total mundial. Merece ser destacado que a economia alemã superou a do Japão, que agora ocupa a 4ª posição do ranking global.



Comparativamente ao ano de 2011, quando o PIB brasileiro somou US\$ 2,614 trilhões e representava 3,54% do total mundial, a economia brasileira em 2023 atingiu US\$ 2.174 trilhão (2,08% do total mundial) e estará produzindo menos US\$ 440 bilhões, em termos nominais, ao valor daquele ano.

Desde a implantação Plano Real, apenas no período do governo Itamar Franco é que a média de crescimento da economia brasileira superou a média mundial. No governo Dilma Rousseff, quando comparada com a média mundial, o PIB brasileiro sofreu a maior retração, com uma queda média no período de 6 anos de 3,14%.

TAXA DE VARIAÇÃO ANUAL DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO X MÉDIA MUNDIAL POR GOVERNO - 1994 A 2023 - EM %

Ano	Mundo	Brasil	Diferença em p.p. (Brasil - Mundo)
Governo Itamar Franco			
1994	3,22	5,85	+2,61
1995	3,34	4,22	+0,86
Média	3,26	5,04	+1,78
Governo Fernando Henrique Cardoso (I + II)			
1996	3,91	2,21	-1,71
1997	4,01	3,39	-0,62
1998	2,61	0,34	-2,24
1999	3,55	0,47	-3,08
2000	4,80	4,39	-0,41
2001	2,47	1,39	-1,08
2002	2,87	3,05	+0,15
Média	3,03	1,91	-1,12
Governo Luiz Inácio Lula da Silva (I + II)			
2003	4,26	1,14	-3,12
2004	5,41	5,76	+0,34
2005	4,84	3,20	-1,65
2006	5,40	3,96	-1,46
2007	5,56	6,07	+0,53
2008	3,09	5,09	+2,08
2009	-0,12	-0,13	-0,05
2010	5,46	7,53	+2,09
Média	4,24	4,08	-0,16
Governo Dilma Rousseff (I + II)			
2011	4,25	3,97	-0,31
2012	3,52	1,92	-1,62
2013	3,41	3,00	-0,43
2014	3,53	0,50	-3,04
2015	3,43	-3,55	-6,99
2016	3,24	-3,28	-6,55
Média	3,56	0,42	-3,14
Governo Michel Temer			
2017	3,76	1,32	-2,45
2018	3,63	1,78	-1,83
Média	3,70	1,55	-2,15
Governo Jair Bolsonaro			
2019	2,80	1,22	-1,59
2020	-2,80	-3,28	0,33
2021	6,34	4,76	-1,03
2022	3,48	3,02	-0,29
Média	2,46	1,43	-1,03
Acumulado			
Governo Luiz Inácio da Silva (III)			
2023	2,96	2,91	-0,05

Em vermelho significa variação inferior à média mundial
Fonte: Mundo/FMI - Brasil IBGE - Elaboração MinasPart Desenvolvimento

Há 28 anos, a economia brasileira era maior do que a chinesa. Atualmente, a economia chinesa é cerca de 8 vezes maior que a brasileira

Em 1995, de acordo com o documento intitulado *World Economic Outlook*, divulgado em outubro de 2023 pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, a economia brasileira era 5,5% maior do que a chinesa e representava 2,46% do total mundial. Atualmente, a economia brasileira detém 2,08% do total mundial e a da China é 8,1 vezes maior do que a brasileira e representa 16,94% do PIB-Produto Interno Bruto global, sendo superada apenas pelo Estados Unidos que detém 25,80% do total mundial, com um PIB de US\$ 26.949,64 bilhões.

Finalizo, a seguir, com um texto que publiquei em meu mais recente livro intitulado “JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo” e que considero oportuno ser lido, adicionalmente, como uma reflexão após este artigo:

Os brasileiros precisam recuperar a bandeira de nossas bandeiras, que é a Esperança!

É urgente o Brasil se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!



O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão episódica, uma efemeridade ou um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivemos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como foi o caso do Plano de Metas, implementado durante o Governo JK.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma “Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional” – em

que a transformação do Brasil em nação desenvolvida seja o grande objetivo.

JK já afirmava que as maiores ameaças à democracia são a miséria, o desemprego e o subdesenvolvimento. Ao longo destas últimas três décadas, a busca obsessiva pela estabilidade econômica tem nos ofuscado todas as possibilidades de colocar o desenvolvimento como a nossa grande, prioritária e fundamental meta nacional, e corremos ainda o risco de ficarmos durante os próximos vinte anos relegando o crescimento vigoroso pela discussão centrada apenas no ajuste e no equilíbrio das contas públicas.

JK também já alertava que é preciso que nos capacitemos, de uma vez para sempre, de que o desenvol-

vimento do Brasil é uma condição ligada à nossa sobrevivência num mundo que se impõe, mais e mais, pela força de sua vertiginosa marcha técnica. Não temos de nos desenvolver apenas por ambição mesmo justa, mas desenvolver para sobreviver.

Sem investimento não há hipótese de desenvolvimento!

Já tivemos antes a oportunidade, juntamente com vários outros colegas economistas, de ressaltar a necessidade de compreendermos a importância da retomada do crescimento econômico; alguns equívocos têm permeado as políticas econômicas do País e, se persistirem, obstruirão inapelavelmente qualquer tentativa de relançamento da economia



**EVOLUÇÃO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO
BRASIL X CHINA E RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES
NA ECONOMIA MUNDIAL**
Período de 1995 a 2022 – Em US\$ bilhões correntes

Ano	Brasil	Part. Mundial %	China	Part. Mundial %
1995	770,86	2,46	731,00	2,34
2000	655,45	1,92	1.205,53	3,54
2005	891,63	1,86	2.290,02	4,78
2010	2.208,50	3,32	6.033,83	9,07
2015	1.771,00	2,36	11.113,51	14,82
2020	1.474,30	1,74	14.862,56	17,49
2021	1.648,40	1,71	17.759,31	18,41
2022	1.919,80	1,92	17.886,31	17,86
2023*	2.173,50	2,08	17.700,90	16,94

*Projeções
Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2022
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

**EVOLUÇÃO DO PIB – PRODUTO INTERNO BRUTO
BRASIL X CHINA**
Período de 1995 a 2022 – Em US\$ bilhões correntes

Ano	Brasil	Índice	China	Índice
1995	770,86	100,00	731,00	100,00
2000	655,45	85,03	1.205,36	164,89
2005	891,63	115,67	2.290,02	313,27
2010	2.208,50	286,50	6.033,83	825,42
2015	1.771,00	229,74	11.113,51	1.520,32
2020	1.474,30	191,25	14.862,56	2.033,18
2021	1.648,40	213,83	17.759,31	2.429,54
2022	1.919,80	249,05	17.886,31	2.446,83
2023*	2.173,50	281,96	17.700,90	2.421,46

*Projeções
Fonte: World Economic Outlook/FMI – Oct 2023
Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

brasileira de volta ao caminho do desenvolvimento. Não basta apenas crescer. É necessário que o crescimento da nossa economia supere a média mundial e possa se compatibilizar com o nível de expansão das economias dos países emergentes. E, ainda, que incorpore outros elementos, como as da qualidade, da produtividade e da competitividade.

Um desses equívocos diz respeito à crença de que a estabilidade econômica é condição prévia à retomada do desenvolvimento do País. Primeiro a estabilidade, só depois o desenvolvimento. Sendo assim, as políticas de estabilização assumem um caráter de primazia absoluta, subordinando e sufocando todas as outras políticas. Apequena-se a política eco-

nômica, amesquinham-se os objetivos para a economia do País. E já lá se vão algumas décadas de busca inglória da miragem da estabilidade.

Evidentemente, ninguém, em sã consciência, há de negar a necessidade de as economias nacionais ostentarem bons e saudáveis fundamentos macroeconômicos. O caminho da

estabilidade deve ser concebido e implementado, no bojo de uma política de desenvolvimento para o País. A estabilidade não precede o desenvolvimento; ao contrário, é a estratégia de desenvolvimento do País que deve, simultaneamente, orientar e contextualizar as opções da política macroeconômica. Até porque, ao contrário do que se costuma propagar, os

caminhos possíveis para se alcançar a estabilidade econômica são vários.

Outro desses equívocos é imaginar que apenas o ajuste fiscal e algumas reformas – como a previdenciária – também devem ser considerados como condições prévias à retomada do desenvolvimento. Da mesma forma colocada em relação à estabilidade econômica, deve-se privilegiar – concomitantemente – a expansão econômica que produzirá ganhos generalizados e, em especial, aumentos da arrecadação tributária. Cabe destacar que, quando um denominador é baixo, todos os numeradores podem ser considerados altos – o que se aplica efetivamente no tocante à questão das receitas e despesas públicas. Quando há declínio da atividade econômica, como ocorre nos anos mais recentes – a produção nacional não cresce – os lucros se transformam em prejuízos para empresas e, com isso, não há como gerar Imposto de Renda e outras receitas.

Aspecto fundamental para superar a questão do fraco crescimento econô-

mico, em primeiro lugar, passa pelo resgate da confiança, da credibilidade e do otimismo, para considerarmos que esta situação crítica pela qual hoje atravessa o país não seja considerada contínua, definitiva ou duradoura. Sempre o Brasil deu provas concretas de sua capacidade para superar os seus principais problemas e entraves, de forma eficiente e rápida, mas isso depende, principalmente, da inadiável exigência de realização de profundas reformas políticas, sociais e econômicas, bem como torna-se hoje imperativo desideologizar e despolitizar o debate econômico, sintonizando-nos com as várias transformações em curso na economia internacional para lhes captar as tendências mais prováveis de realização e aqui antecipá-las na sua implementação.

O Brasil está acometido de uma doença que intitulo de “síndrome do raquitismo econômico” – em função do intenso declínio dos seus níveis de produtividade e pela constante retração da atividade econômica, principalmente quando comparados com as médias mundiais.

A constatação, como já mencionado anteriormente, é que desaprendemos a crescer, e a nossa máquina propulsora do crescimento econômico vigoroso e contínuo enferrujou-se ou está quebrada. País que não cresce está condenado ao ananismo, ao atraso e ao empobrecimento. Isso potencializa tensões e perspectivas sociais explosivas – podendo colocar em risco a ainda incipiente democracia brasileira.

É indispensável, ademais, recuperar a nossa capacidade de planejamento estratégico de longo prazo, que entendo, deva ter, como fundamento básico, a nossa transformação em Nação desenvolvida. É preciso nos sintonizar com as rápidas e importantes transformações por que passa a economia internacional, a sua estrutura produtiva e as novas dimensões trazidas por novos e potenciais mercados, como seriam os casos da China e Índia, além de outros.

Para isso ocorrer, é preciso formar uma “intelligentsia” nacional com o objetivo de se definir que, para a nossa trans-

formação rumo ao desenvolvimento, será exigida, como a primeira de todas as metas, a do crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo e sustentável. Nesse sentido, ganha relevância e requer ênfase especial as prioritárias questões da inovação tecnológica, da produtividade, da qualidade e competitividade, da eficácia e melhoria da educação em todos os seus níveis.

O Brasil foi um dos países que mais cresceram no século passado e, durante a sua 2ª metade, o crescimento vigoroso da economia nacional ficou conhecido como “Milagre Brasileiro”. Em todo o século XX, o PIB nacional registrou declínio em apenas 13 ocasiões. A título de ilustração, no período de 1957 a 1976, o PIB nacional contabilizou expansão média anual de 8% e, no acumulado, o aumento atingido foi de 365% – ou seja, a economia brasileira praticamente quadruplicou de tamanho em apenas 20 anos. Portanto, a história já nos demonstrou e comprova que sabemos fazer desenvolvimento e crescimento econômico expressivo.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, possuindo vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de MERCADOCOMUM. Autor de vários livros e, entre os quais, a coletânea intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI” e “A Economia com Todas as Letras e Números”.

Vem aí o 29º Top of Mind – MercadoComum Marcas de Sucesso – Minas Gerais 2024



Já está em campo a pesquisa contratada exclusivamente por MercadoComum junto à Jumppi Inteligência & Mercado para apurar as principais marcas de sucesso junto aos mineiros em 2024.

O 29º Prêmio *Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais – 2024* tem como objetivo premiar as principais marcas de Minas Gerais deste ano. Para tanto, fez-se necessário realizar o presente estudo que visou analisar o índice de lembrança espontânea de diferentes marcas, em 40 categorias, junto a população do referido Estado.

O “Top of Mind” é uma das medidas mais tradicionais no âmbito do marketing e da propaganda. Sua tradução literal significa “topo da mente” e esta medida indica o percentual de uma determinada população cita uma marca em primeiro lugar, quando solicitada a pensar em uma categoria específica de produtos ou serviços. Considerando as experiências e o conhecimento de cada consumidor, tem-se que o Top of Mind expressa as marcas preferidas, mais próximas e/ou mais associadas a uma determinada categoria de produtos ou serviços e pode ser considerado um indicador de desempenho das estratégias de branding e do valor de marca (brand equity).

Para que o Top of Mind capture o índice de lembrança de modo fidedigno, todas as perguntas são realizadas de forma aberta e espontânea, ou seja, o entrevistado responde o que vem à mente, sem nenhum tipo de estímulo. Sendo assim, os pesquisadores são instruídos a não realizarem nenhum tipo de explicação e nem apresentarem exemplos sobre os segmentos ou categorias pesquisadas.

O evento de premiação das marcas vencedoras de Minas Gerais deverá ser realizado no mês de junho, em Belo Horizonte-MG em data e local ainda a serem definidos.

Nos últimos doze meses, até janeiro de 2024, o governo brasileiro gastou R\$ 745,9 bilhões no pagamento de juros nominais sobre a dívida pública consolidada

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram R\$ 79,9 bilhões em janeiro de 2024, comparativamente a R\$ 52,3 bilhões em janeiro de 2023. Contribuiu para esse aumento o resultado das operações de swap cambial (ganho de R\$ 16,1 bilhões em janeiro de 2023 e perda de R\$ 10,0 bilhões em janeiro de 2024). No acumulado em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$ 745,9 bilhões (6,82% do PIB) em janeiro de 2024, comparativamente a R\$ 621,0 bilhões (6,11% do PIB) nos doze meses até janeiro de 2023.

No acumulado em doze meses até dezembro de 2022, registrou-se superávit fiscal primário de R\$ 126,0 bilhões (1,28% do PIB). No acumulado em doze meses até janeiro de 2024, registrou-se déficit fiscal primário da ordem de R\$ 246,0 bilhões (2,25% do PIB).

No acumulado em doze meses até dezembro de 2022, os juros nominais alcançaram R\$ 586,4 bilhões (5,96% do PIB). No acumulado em doze meses até janeiro de 2024, os juros nominais alcançaram R\$ 745,9 bilhões (6,81% do PIB). Aumento real em relação ao PIB de 14,43%, comparativamente ao acumulado em doze meses até dezembro de 2022.

No acumulado em doze meses até dezembro de 2022, o déficit fiscal nominal alcançou R\$ 460,4 bilhões (4,68% do PIB). No acumulado em doze meses até janeiro de 2024, o dé-

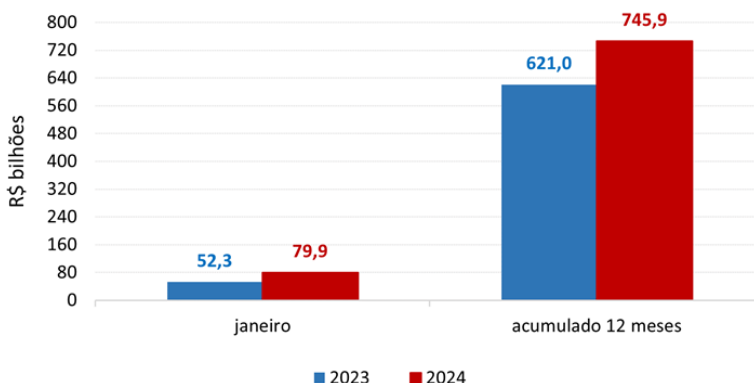


RESULTADOS FISCAIS

O resultado primário do setor público consolidado foi superavitário em R\$ 102,1 bilhões em janeiro de 2024, ante superávit de R\$ 99,0 bilhões no mesmo mês de 2023. No mês, o Governo Central e os governos regionais registraram superávits respectivos de R\$ 81,3 bilhões e de R\$ 22,5 bilhões, e as empresas estatais, déficit de R\$ 1,7 bilhão. Em doze meses, o setor público conso-

ficit fiscal nominal alcançou R\$ 991,9 bilhões (9,06% do PIB). Aumento real em relação ao PIB de 93,59%, comparativamente ao acumulado em doze meses até dezembro de 2022.

Juros nominais - Setor público consolidado
(-) Superávit (+) Déficit



Quadro 2. Superávit Primário Setor Público Consolidado

R\$ Bilhões	jan-23		dez-23		jan-24	
	Acum. 12m	%PIB	Acum. 12m	%PIB	Acum. 12m	%PIB
Governo Federal + Bacen	56,9	0,6%	-264,5	-2,4%	-262,7	-2,4%
Estatais e Gov. Regionais	65,8	0,6%	16,1	0,1%	17,9	0,2%
Estatais Federais	0,5	0,0%	-0,7	0,0%	-1,3	0,0%
Superávit Setor Público Consolidado	123,2	1,2%	-249,1	-2,3%	-246,0	-2,2%

Fonte: Banco Central do Brasil

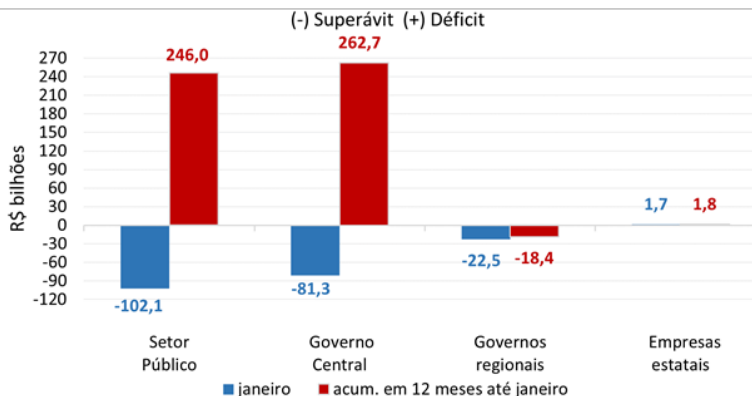
lidado obteve déficit de R\$ 246,0 bilhões, equivalente a 2,25% do PIB e 0,04 p.p. inferior ao déficit registrado em 2023.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi superavitário em R\$ 22,2 bilhões em janeiro. No acumulado em doze meses, o déficit nominal alcançou R\$ 991,9 bilhões (9,06% do PIB), ante déficit nominal de R\$ 967,4 bilhões (8,90% do PIB) em dezembro de 2023.

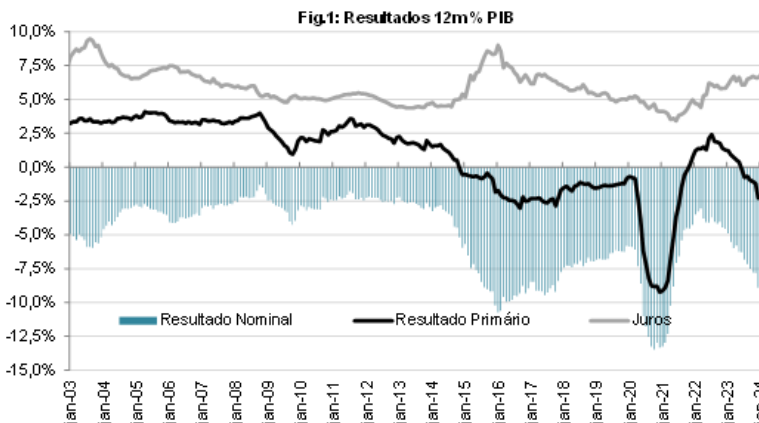
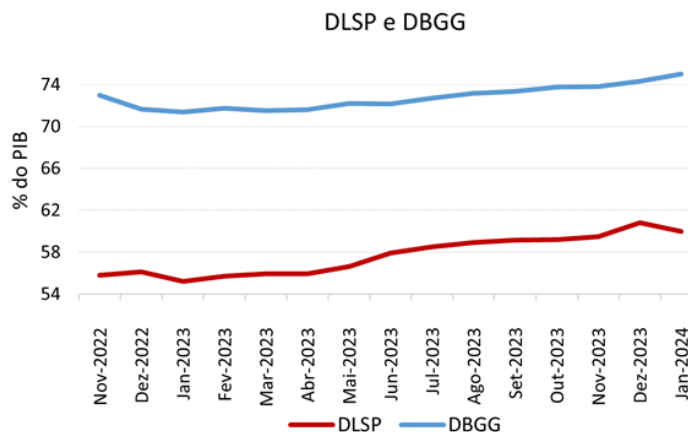
A dívida líquida do setor público registrou R\$ 6.565 bilhões (60,0% do PIB) em janeiro, uma redução de 0,8 p.p. em relação ao mês anterior. Os principais fatores que causaram essa redução foram o superávit primário e o crescimento do PIB nominal. A dívida bruta do governo geral, por sua vez, totalizou R\$ 7.210 bilhões (75,0% do PIB), incremento de 0,7 p.p. em relação ao mês anterior. Os principais fatores responsáveis pelo incremento foram as emissões liquidadas de títulos e os juros nominais incorridos no período.

Para a LCA – Consultores Econômicos, após esse resultado, a projeção para o primário do setor público consolidado em 2024 é de -R\$ 82 bilhões (-0,7% do PIB).

A dívida bruta do governo geral deve terminar o ano em 78,9% do PIB (+4,6 p.p.) e a dívida líquida do setor público, em 65,7% do PIB (+4,9 p.p.). A elevação será causada fundamentalmente pelo déficit primário e pelos juros nominais.



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)





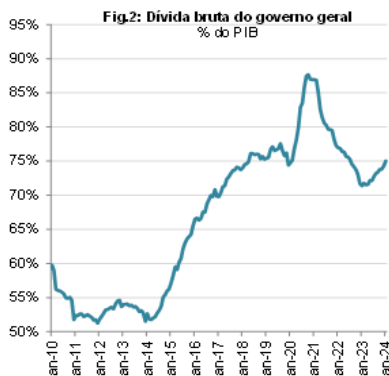
BRASIL MANTÉM O SEGUNDO MAIOR JURO REAL DO MUNDO

De acordo com reportagem de André Martins na publicação Exame-Economia de 21 de março, o Brasil se manteve como o país com o segundo maior juro real do mundo após novo corte da taxa básica de juros pelo Comitê de Política Monetária (Copom), segundo levantamento compilado pelo economista Jason Vieira da consultoria MoneYou.

O Banco Central (BC) cortou pela sexta vez a Selic em 0,50 ponto percentual (p.p.) para 10,75% ao ano. Com essa redução, a taxa real brasileira caiu de 5,95% para 5,90%, atrás apenas do México, que encabeça o ranking, com 7,46%. O ranking considera as taxas de 40 países. Na terceira posição, está a Rússia, com juros reais de 5,87%, seguida da Colômbia, com 5,85%, e Turquia, com 5,56%.

A Argentina tem o menor juro real entre os países do ranking, com -42,89%, por enfrentar um quadro de juros altos e inflação galopante. Segundo levantamento, o país melhorou nos indicadores do ranking, considerando tanto as projeções de inflação, quanto a perspectiva de juros futuros pelo mercado.

Entre os 40 países, 87,50% manti-



OS PAÍSES COM MAIORES TAXA DE JURO REAL

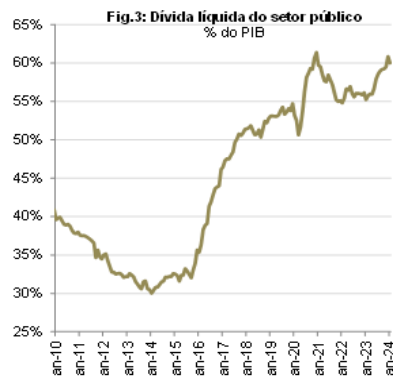
O juro real é formado, entre outros pontos, pela taxa de juros nominal do país subtraída a inflação prevista para os próximos 12 meses.

Posição	País	Taxa de juro real
1º	México	7,46%
2º	Brasil	5,90%
3º	Rússia	5,87%
4º	Colômbia	5,85%
5º	Turquia	5,65%
6º	Reino Unido	3,79%
7º	África do Sul	3,17%
8º	Hungria	3,04%
9º	Estados Unidos	2,93%
10º	Hong Kong	2,61%
11º	Nova Zelândia	2,50%
12º	Chile	2,02%
13º	Portugal	1,96%
14º	Filipinas	1,95%
15º	Canadá	1,93%
16º	Índia	1,46%
17º	França	1,45%
18º	Israel	1,45%
19º	Grécia	1,35%
20º	Dinamarca	1,28%

Fonte: Moneyou com dados do FMI e Bancos Centrais

veram a taxa de juros, 5,00% elevaram e 7,50% cortaram. Jason Vieira afirma, em nota, que o movimento global de políticas de aperto monetário perdeu força — e mais países cortaram do que elevaram a taxa.

O juro real é formado, entre outros pontos, pela taxa de juros nominal do país subtraída a inflação prevista para os próximos 12 meses.



JURO NOMINAL

Considerando os juros nominais (sem descontar a inflação), a taxa brasileira caiu para a 6ª posição.

1	Argentina:	80%
2	Turquia:	45%
3	Rússia:	16%
4	Colômbia:	12,75%
5	México:	11,25%
6	Brasil:	10,75%
7	Hungria:	9%
8	África do Sul:	8,25%
9	Chile:	7,25%
10	Filipinas:	6,50%
11	Índia:	6,50%
12	República Checa:	6,25%
13	Indonésia:	6%
14	Polônia:	5,75%
15	Hong Kong:	5,75%
16	Estados Unidos:	5,50%
17	Nova Zelândia:	5,50%
18	Reino Unido:	5,25%
19	Canadá:	5%
20	Israel:	4,50%
21	Alemanha:	4,50%
22	Áustria:	4,50%
23	Espanha:	4,50%
24	Grécia:	4,50%
25	Holanda:	4,50%
26	Portugal:	4,50%
27	Bélgica:	4,50%
28	França:	4,50%
29	Itália:	4,50%
30	Austrália:	4,35%
31	Suécia:	4,00%
32	Dinamarca:	3,60%
33	Coreia do Sul:	3,50%
34	Cingapura:	3,49%
35	China:	3,45%
36	Malásia:	3,00%
37	Tailândia:	2,50%
38	Taiwan:	1,88%
39	Suíça:	1,75%
40	Japão:	0,10%

Fonte: Moneyou com dados do FMI e Bancos Centrais

Copom reduz horizonte da sinalização prospectiva; FED mantém taxa de juros inalterada e Japão começa aperto monetário



Em decisão anunciada no dia 20 de março, o Copom reduziu a sua taxa básica de juros, a Selic, em 50 pontos-base, de 11,25% para 10,75% ao ano, conforme era esperado pelos participantes de mercado.

O comunicado da decisão mudou pouco em relação à versão anterior - com apenas duas mudanças na sessão de avaliação conjuntural. No trecho relativo ao cenário externo, ressalta o debate em torno da "velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países". No que tange o quadro inflacionário, ressaltou que "as medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes", em detrimento da avaliação de que estariam próximas à meta que cons-

tava da comunicação anterior.

Na sessão de balanço de riscos, ressaltou que "as conjunturas doméstica e internacional estão mais incertas, exigindo cautela na condução da política monetária".

De acordo com a LCA - Consultores Econômicos, "como esperávamos e argumentamos em nosso Cenário LCA de 12 março e de 19 de março, este aumento das incertezas levou o Copom a encurtar o horizonte da sua sinalização prospectiva, apesar do Comitê avaliar 'que o cenário-base não se alterou substancialmente'. O Comitê esclarece que, 'em função da elevação da incerteza e da consequente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária, os membros do Comitê,

unanimemente, optaram por comunicar que antevemos, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião'. Com isso, o Copom ganha maiores graus de liberdade no ajuste dos próximos passos sem se comprometer com o mesmo ritmo nas duas reuniões seguintes, o que é especialmente relevante à medida em que se avança no processo de flexibilização monetária; ele reforça "que essa é a condução apropriada para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário."

Isso sugere que as chances de que o Copom venha a desacelerar o ritmo de corte da Selic a partir de meados do ano, como projetamos em nosso cenário base, foram reforçadas.

COMUNICADO DO COPOM SOBRE A REDUÇÃO DA TAXA SELIC PARA 10,75% A.A.:

“O ambiente externo segue volátil, marcado pelos debates sobre o início da flexibilização de política monetária nas principais economias e a velocidade com que se observará a queda da inflação de forma sustentada em diversos países. Os bancos centrais das principais economias permanecem determinados em promover a convergência das taxas de inflação para suas metas em um ambiente marcado por pressões nos mercados de trabalho. O Comitê avalia que o cenário segue exigindo cautela por parte de países emergentes.

Em relação ao cenário doméstico, o conjunto dos indicadores de atividade econômica segue consistente com o cenário de desaceleração da economia antecipado pelo Copom. A inflação cheia ao consumidor manteve trajetória de desinflação, enquanto as medidas de inflação subjacente se situaram acima da meta para a inflação nas divulgações mais recentes.

As expectativas de inflação para 2024 e 2025 apuradas pela pesquisa Focus encontram-se em torno de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

As projeções de inflação do Copom em seu cenário de referência* situam-se em 3,5% em 2024 e 3,2% em 2025. As projeções para a inflação de preços administrados são de 4,4% em 2024 e 3,9% em 2025.

O Comitê ressalta que, em seus cenários para a inflação, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de inflação, destacam-se (i) uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; e (ii) uma maior resiliência na inflação de serviços do que a projetada em função de um hiato do produto mais apertado. Entre os riscos de baixa, ressaltam-se (i) uma

desaceleração da atividade econômica global mais acentuada do que a projetada; e (ii) os impactos do aperto monetário sincronizado sobre a desinflação global se mostrarem mais fortes do que o esperado. O Comitê avalia que as conjunturas doméstica e internacional estão mais incertas, exigindo cautela na condução da política monetária.

Tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de inflação e, consequentemente, para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas.

Considerando a evolução do processo de desinflação, os cenários avaliados, o balanço de riscos e o amplo conjunto de informações disponíveis, o Copom decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,50 ponto percentual, para 10,75% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta ao longo do horizonte relevante, que inclui o ano de 2024 e, em grau maior, o de 2025. Sem prejuízo de seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços, essa decisão também implica suavização das flutuações do nível de atividade econômica e fomento do pleno emprego.

A conjuntura atual, caracterizada por um estágio do processo desinflacionário que tende a ser mais lento, expectativas de inflação com reanclagem apenas parcial e um cenário global desafiador, demanda serenidade e moderação na condução da política monetária. O Comitê reforça a necessidade de perseverar com uma política monetária contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas.

O Comitê avalia que o cenário-ba-

se não se alterou substancialmente. Em função da elevação da incerteza e da consequente necessidade de maior flexibilidade na condução da política monetária, os membros do Comitê, unanimemente, optaram por comunicar que anteveem, em se confirmando o cenário esperado, redução de mesma magnitude na próxima reunião. O Comitê avalia que essa é a condução apropriada para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário.

O Comitê enfatiza que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de inflação, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de inflação, do hiato do produto e do balanço de riscos.

Votaram por uma redução de 0,50 ponto percentual os seguintes membros do Comitê: Roberto de Oliveira Campos Neto (presidente), Ailton de Aquino Santos, Carolina de Assis Barros, Diogo Abry Guillen, Gabriel Muricca Galípolo, Otávio Ribeiro Damaso, Paulo Picchetti, Renato Dias de Brito Gomes e Rodrigo Alves Teixeira.

* No cenário de referência, a trajetória para a taxa de juros é extraída da pesquisa Focus e a taxa de câmbio parte de USD/BRL 4,95, evoluindo segundo a paridade do poder de compra (PPC). O preço do petróleo segue aproximadamente a curva futura pelos próximos seis meses e passa a aumentar 2% ao ano posteriormente. Além disso, adota-se a hipótese de bandeira tarifária "verde" em dezembro de 2024 e de 2025. O valor para o câmbio foi obtido pelo procedimento, que passou a ser adotado na 258ª reunião, de arredondar a cotação média da taxa de câmbio USD/BRL observada nos dez dias úteis encerrados no último dia da semana anterior à da reunião do Copom.”

FED mantém taxa de juros



Em reunião também ocorrida no dia 20 de março, o Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) decidiu manter a sua taxa básica de juros no intervalo de 5,25% a 5,5% ao ano, conforme esperado pelos participantes de mercado.

No comunicado da decisão, não houve alterações relevantes - apenas a exclusão do trecho que indicava moderação do crescimento do emprego - agora, ele "permanece robusto".

O sumário de projeções dos membros do FOMC, no entanto, trouxe várias alterações. A maior mudança ocorreu na projeção de crescimento do PIB (para cima), mas também na projeção de inflação (para cima) e na taxa de desemprego (para baixo).

A taxa de juros esperada foi mantida na mediana das projeções - e compatível com três cortes de juros até o final do ano, conforme atualmente precificado nas curvas de juros - mas a distribuição revela mudanças

de que prosseguir com mais cautela poderá significar ir mais longe até se atingir o amplo nível de reservas que se deseja. No longo prazo, o ideal é que o FED mantenha apenas títulos do governo mais longos em seu balanço, mas esta transição deverá ser feita de forma gradual e cautelosa.

Em dezembro, cinco membros do FOMC acreditavam que a taxa poderia ficar abaixo da mediana; um dos membros esperava que pudessem ocorrer seis cortes. Na leitura de março, apenas um membro projeta uma taxa abaixo da mediana e por uma pequena distância, de um corte. Isto significa que a maioria dos membros considera mais provável a adoção de uma postura mais cautelosa, com cortes intercalados entre reuniões; mas, dois membros ainda esperam manutenção dos juros ao longo de todo o ano, como em dezembro. Chama a atenção, ainda, a pequena elevação da mediana das projeções da FFR de longo prazo, bem como a elevação da mediana das projeções de FFR para 2025 e 2026.

Na entrevista coletiva após a divulgação do comunicado, o presidente do FED, Jerome Powell, sinalizou que, em breve, o FED deverá reduzir seu ritmo de enxugamento da liquidez, de maneira a evitar turbulências nos mercados. Há um entendimento

de que prosseguir com mais cautela poderá significar ir mais longe até se atingir o amplo nível de reservas que se deseja. No longo prazo, o ideal é que o FED mantenha apenas títulos do governo mais longos em seu balanço, mas esta transição deverá ser feita de forma gradual e cautelosa.

De todo modo, permanece a avaliação de que o balanço de riscos vem evoluindo em direção a um maior equilíbrio, o que sugere que o ciclo de flexibilização monetária não tardará a ser iniciado. Para tanto, o FED precisa acumular maior confiança de que o processo de desinflação está se consolidando - o que poderá ocorrer nos próximos meses se os índices de preços continuarem a apresentar taxas de variação compatíveis com as metas, como apontado pelo presidente do FED, Jerome Powell, em sua coletiva de imprensa. Assim, mantemos avaliação de que o ciclo de cortes de juros poderá ser iniciado em meados do ano (em junho ou, no mais tardar, em julho).

Banco do Japão começa a apertar a política monetária



Os diretores do BOJ decidiram elevar a taxa de juros de curto prazo para a faixa entre 0 e 0,1% ao ano, ante -0,1%. Além disso, se encerrou a política de controle da curva de juros, que previa um teto de 1,0% para o rendimento dos Bônus Soberanos do Japão (JGB) com prazo de 10 anos. Finalmente, se encerraram as compras de ETF pelo Banco do Japão.

Por outro lado, se manteve a diretriz de condições financeiras acomodáticas para garantir que a inflação se sustente no patamar de 2,0%. Assim, não foram sinalizadas novas altas de juros de curto prazo. Além disso, o Banco do Japão continuará com suas compras de JGB, quando forem necessárias. Em 2022 e 2023, o núcleo do IPC subiu 4,0% e 2,3%,

respectivamente. Em janeiro, sua alta tinha sido de 2,0% ao ano.

A bolsa de Tóquio fechou em alta, enquanto o Yen se depreciava frente ao dólar e atingiu a marca de 150 yens por dólar. No mercado de bônus, os JGB de 10 anos registraram leve queda, de 0,77% ao ano para 0,74%.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

*Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, possuindo vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros e, entre os quais, a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI" e "A Economia com Todas as Letras e Números".*

Renegociação das dívidas estaduais: nova proposta apresentada por Haddad é uma prorrogação dos erros cometidos no passado. E torna, de novo, os estados reféns à ditadura tributária da União!



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu os governadores do Sul e do Sudeste no dia 26/3 para apresentar a proposta de vincular a redução da taxa de juros a investimentos em educação — Foto: Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda

O Ministério da Fazenda divulgou no dia 26 de março sua proposta para redução da dívida dos Estados. De acordo com o ministro Fernando Haddad, este seria o início de um processo de negociação.

Segundo o ministério, o saldo devedor acumulados dos Estados atinge R\$ 740 bilhões. Quatro deles – São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais – detêm R\$ 660 bilhões des-

se total, equivalente a 90% do estoque. O próprio Haddad reconheceu que o indexador atual (IPCA + 4% de juro ou a taxa Selic) “está cada dia mais difícil. Vale destacar que a economia desses quatro estados representa cerca de 60% de todo o PIB nacional.

A proposta apresentada pelo ministro da Fazenda a governadores do Sul e do Sudeste propõe a redução da taxa nominal de juros aplicada nas dívidas

dos Estados com a União para até 1%. A alternativa à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) vincula a redução do juros que, hoje, é de 4%, à ampliação de matrículas no ensino médio técnico e à amortização de até 20% do estoque da dívida. Em nenhum momento foi apresentada uma justificativa da origem dessas dívidas e que, no caso específico de Minas Gerais, foi provocada e originada pelo escandaloso mecanismo de correção aplicado desde o seu início e que, em

apenas um ano, chegou a utilizar um indexador de correção equivalente a 25% do saldo dessa dívida – evidenciando uma bruta transferência “inconstitucional” de recursos ou apropriação escandalosa entre federado – no caso a União, em notório detrimento de outro e que é a situação de Minas Gerais. Isso, sem considerar, os malefícios da famigerada Lei Kandir, que sugou dos cofres públicos do estado, cerca de R\$ 135 bilhões – de acordo com estudos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – e isto até o ano de 2021. Apenas esse montante e se atualizado, é equivalente a todo o estoque da dívida pública de Minas com a União. E isso sequer é mencionado nesse novo acordo proposto para um novo Regime de Recuperação Fiscal, proposto pelo ministro Fernando Haddad.

MISTURANDO ALHOS COM BUGALHOS

Batizado como “Juros por Educação”, o novo programa apresentado por Haddad prevê a adesão dos Estados conforme três patamares diferentes de juros, que variam de 2% a 3%. À medida que a taxa anual diminui, a exigência de investir um percentual do serviço da dívida na ampliação de matrículas no ensino médio técnico aumenta:

- 3% ao ano, desde que aplique 50% da economia com o serviço da dívida em matrículas;
- 2,5% ao ano, desde que aplique 75% da economia com o serviço da dívida em matrículas;
- 2% ao ano, desde que aplique 100% da economia com o serviço da dívida.

Porém, a taxa de juros ainda pode ser reduzida a até 1% caso os Estados queiram amortizar parte da dívida com ativos, incluindo participações em empresas públicas e sociedades de economia mista, como, por exemplo, proposto pelo deputado estadual Professor Cleiton (PV) e sugerido pelo presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD).



Se o Estado abater até 10% da dívida, a taxa de juros cai 0,5 ponto percentual, e se abater 20%, cai outro 0,5 ponto percentual.

Apesar de a flexibilização da taxa nominal de juros, o Ministério da Fazenda mantém o IPCA no indexador vinculado à dívida dos Estados com a União, ou seja, a fórmula de correção será formada pelo IPCA mais uma taxa de juros entre 1% e 4%.

Quando os governadores do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) defenderam a adoção de um novo indexador, apresentaram a proposta de adoção de apenas uma taxa nominal de 3%, sem o IPCA. A redução entraria em vigor a partir de 2025 e seria válida até 2030.

Caso os Estados tenham cumprido as metas de expansão do Ministério da Fazenda, a redução da taxa de juros será permanente e sem contrapartidas adicionais. Caso não cumpram a obrigação do aporte, a taxa de juros de 4% será aplicada retroativamente e a diferença do serviço da dívida deverá

ser quitada em até 30 dias.

Agora, a proposta será encaminhada pelo Ministério da Fazenda ao Congresso Nacional em até 60 dias. Após um acordo costurado com Haddad na última semana, Pacheco deve a autoria para dar celeridade à tramitação.

A paternidade seria um reconhecimento do governo Lula ao papel central do presidente do Congresso Nacional nas discussões, já que o vice-governador Mateus Simões (Novo) chegou a insinuar uma eventual descaracterização da proposta feita pelo senador alternativa à adesão ao RRF.

HADDAD DÁ 60 DIAS PARA AMADURECER PROPOSTA PARA DÍVIDAS DOS ESTADOS COM A UNIÃO

Após apresentar a governadores do Sul e do Sudeste uma proposta para alterar a taxa de juros atrelada às dívidas dos Estados, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fixou um prazo de 60 dias para amadurecê-la. A sinalização coloca em xeque o prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para o fim da carência do pagamento da dívida de cerca de R\$ 165 bilhões de Minas com a União, que já se encerra no próximo dia 20 de abril.

De acordo com Haddad, o Ministério da Fazenda, agora, irá esperar a repercussão da proposta, que vincula a redução da taxa de juros, que, hoje, é de 4%, à ampliação do número de vagas no ensino médio técnico, entre as Secretarias Estaduais de Fazenda. “Entre duas e três semanas, o secretário do Tesouro Nacional (Rogério Ceron) irá liderar as reuniões técnicas para nos apresentar um quadro de objeções, recomendações e proposições, e, de posse desse quadro, vamos marcar uma segunda reunião com os governadores”, acrescenta.

O ministro ainda projetou que serão necessárias entre duas e quatro novas reuniões com os governadores.

“Aí, nós seremos capazes de formatar em torno de 60 dias um projeto para encaminhar ao presidente da República, que vai tomar a decisão final”, conclui Haddad, que afirma que o texto será um projeto de lei complementar.

Após acordo entre o ministro da Fazenda e o presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD), a matéria terá a autoria do senador para dar celeridade à tramitação. Batizada como “Juros por Educação”, a proposta da Fazenda sugere a queda escalonada da taxa de juros conforme as contrapartidas a serem adotadas pelos Estados. Se Minas, por exemplo, quiser uma taxa de 3%, terá que investir 50% da economia com o serviço da dívida na ampliação do número de matrículas no ensino médio técnico. Se quiser uma taxa de 2,5%, terá que investir 75% na criação de vagas no ensino médio técnico. Já se quiser uma taxa de 2%, terá que investir 100%.

Além da ampliação de matrículas, o Juros por Educação ainda dá margem para reduzir a taxa de juros a até 1%. O Estado de Minas Gerais pode ter uma redução de 0,5 ponto percentual da taxa se amortizar 10% de toda a dívida com ativos, como, por exemplo, a participação em empresas públicas, como a Codemig, e em sociedades de economia mista, como Cemig e Copasa. Se amortizar 20%, a taxa cai outro 0,5 ponto percentual.

Se não levar em consideração os erros cometidos nos programas de renegociação do passado e buscar de forma isenta, apartidária e apolítica os efeitos causados que levaram ou que justificam o nível atual do endividamento, principalmente de Minas Gerais, qualquer proposta nesse sentido precisa ser considerada como tendenciosa e politizada, com conteúdo absolutamente ideológico. E o pior, é ficar jogando mais gasolina nessa perversa relação política.

Não dá para se discutir um futuro ou buscar uma solução aos proble-



mas do passado, se não levar em consideração os fatores causais. Esse é o conteúdo básico. Não adianta busca remédios para as febres, ela atenuam a temperatura, mas não resolvem os problemas causais.

Cabe, por fim, considerar que a proposta de federalização de empresas estatais – principalmente no caso de Minas – CEMIG, COPASA e CODEMIG, por uma questão de simples raciocínio aritmético, não tem a menor procedência. Qual seria a justificativa de se repassar o controle acionário dessas empresas para a União para liquidar uma dívida que custa o equivalente ao IPCA (estimado para 2024 pela Pesquisa Focus do Banco Central em 3,75% + 4% - totalizando 7,75% ao ano) – ou taxa Selic – em processo de queda e atualmente em 10,75% ao ano - se essas empresas oferecem um retorno ao capital, sob a forma de lucros, equivalente a mais de 20% anualmente?

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite (MDB), o Tadeuzinho, comentou no dia 27/3, que a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) só voltará a ser discutida se não houver outra alternativa para renegociar a dívida de Minas Gerais com a União. Desde dezembro de 2023, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou a carência do pagamento da dívida até 20 de abril, a tramitação será suspensa.

De acordo com Tadeuzinho, a proposta apresentada pelo governo no

dia anterior é uma alternativa ao RRF que está se consolidando. “Se, porventura, esse plano não se consolidar, não tenho dúvida de que o RRF voltará a ser discutido na Casa, mas eu tenho muita esperança de que nós teremos uma alternativa muito melhor do que a que estava sendo discutida aqui (na ALMG)”, emendou o presidente em coletiva à imprensa.

O presidente da Assembleia Legislativa de Minas avaliou que o teor da proposta já exposto, ainda que de “forma muito superficial”, já é melhor do que as contrapartidas da adesão ao RRF. “Ao final dos dez anos do RRF, teríamos uma dívida de R\$ 210 bilhões. Na hipótese mais conservadora desta ideia do governo federal, teríamos uma dívida de R\$ 89 bilhões. Suponhamos que a gente amortize apenas 20% da dívida de R\$ 143 bilhões, ou seja, em torno de R\$ 30 bilhões. A taxa de juros cairia um ponto percentual e teríamos ao final de dez anos (de parcelamento) R\$ 89 bilhões”, projetou o deputado estadual.

Embora a dívida de Minas com a União seja cerca de R\$ 165 bilhões, o presidente da ALMG explicou que os R\$ 143 bilhões são o saldo do descontado de uma parcela de R\$ 30 bilhões, renegociada entre Estado e União em junho de 2022. Esta fatia diz respeito às parcelas suspensas da dívida que Minas deixou de pagar entre 2018 e 2022 em razão de liminares dadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os R\$ 30 bilhões foram parcelados em 30 anos.

“Des-carga” tributária no Brasil atingiu 32,44% do PIB em 2023

Os governos sequestram cerca de 1/3 de tudo que se produz na economia

A Secretaria do Tesouro Nacional divulgou, no dia 27 de março, a estimativa da carga tributária bruta do Brasil para 2023, elaborada para atendimento à solicitação da CGU para compor a Prestação de Contas da Presidência da República.

De acordo com a STN, “em 2023, a carga tributária bruta (CTB) do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) foi de 32,44% do PIB, o que representa uma diminuição de 0,64 pontos percentuais do PIB em relação a 2022. Na decomposição por esfera de governo, a CTB do governo central teve diminuição de 0,41 p.p. do PIB, a dos governos estaduais teve uma redução de 0,36 p.p. do PIB, enquanto os governos municipais apresentaram um aumento de 0,14 p.p. do PIB.

Este é o resultado da estimativa da carga tributária bruta do governo geral para 2023 elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN)¹, que segue o padrão do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do FMI². Destaca-se que a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)³ é a área responsável pela publicação do dado oficial da carga tributária no Brasil.



No que se refere à arrecadação federal, destaca-se o aumento de 0,33 p.p. do PIB na receita com o Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF, resultado dos seguintes acréscimos: i) rendimentos do capital, incluindo os recolhimentos decorrentes da tributação dos fundos de investimento assinalados no art.28, inciso I, da Lei

nº 14.754/2023; e ii) rendimentos do trabalho assalariado. Por outro lado, destaca-se a diminuição das receitas com Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de 0,45 e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, desempenho que pode ser explicado basicamente pelos decréscimos reais

Tabela 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB

Fonte: STN

Esfera de governo	R\$ Milhões		% PIB		Variação		
	2022	2023	2022	2023	R\$ Milhões	% Nominal	p.p. PIB
Governo Central	2.258.551	2.387.790	22,41%	21,99%	129.239	5,7%	-0,41
Governos Estaduais	855.057	881.380	8,48%	8,12%	26.323	3,1%	-0,36
Governos Municipais	219.925	252.147	2,18%	2,32%	32.222	14,7%	0,14
Governo Geral	3.333.534	3.521.318	33,07%	32,44%	187.784	5,6%	-0,64

de 14,46% da estimativa mensal, de 34,12% na declaração de ajuste do IRPJ e da CSLL, relativa a fatos geradores ocorridos em 2022, e de 4,11% no balanço trimestral. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R\$ 5 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de commodities, no período de janeiro a dezembro de 2023 contra R\$ 42 bilhões no mesmo período de 2022.

Na esfera estadual a redução da carga tributária deveu-se basicamente à diminuição de 0,44 p.p. do PIB do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. A redução na arrecadação do ICMS no ano de 2023

foi influenciada por medidas implementadas ainda em 2022, como a Lei Complementar nº 194, que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS sobre os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, além de isenções e mudanças na incidência do imposto, como a exclusão de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica da base de cálculo do tributo. Essa redução na arrecadação do imposto persistiu em 2023, apesar do ajuste promovido por algumas unidades federadas em suas alíquotas de ICMS, com a entrada em vigor da alíquota ad rem para combustíveis, com valores fixos por unidade de medida

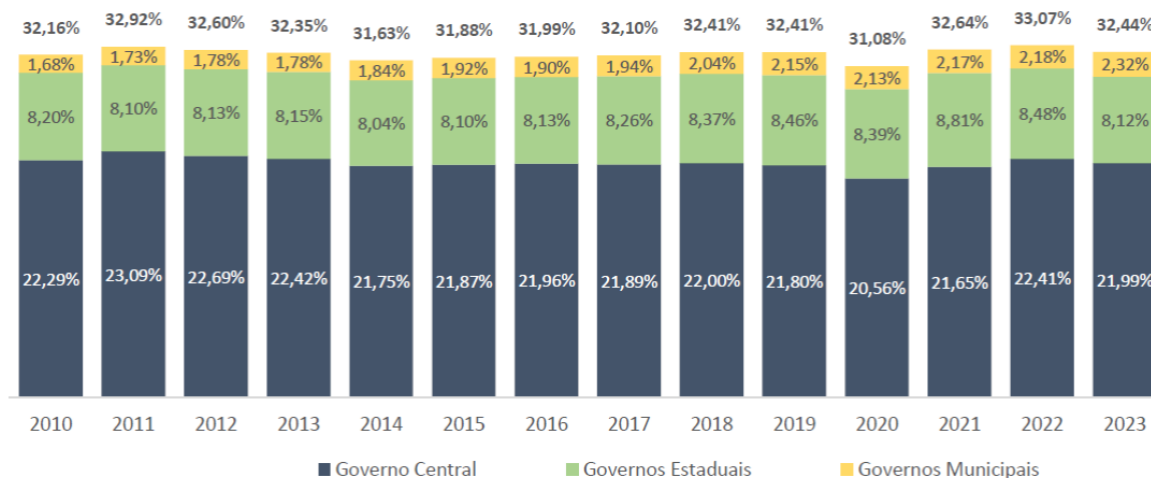
e uniformes em todo o território nacional. Por outro lado, houve aumento de 0,10 p.p. do PIB no Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA em 2023.

Já nos governos municipais o aumento da carga tributária está relacionado ao aumento da arrecadação do Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS, com aumento de 0,10 p.p. do PIB em relação a 2022. Essa variação foi influenciada pelo crescimento de 2,3% no volume de vendas de serviços (PMS/IBGE), quando comparado o resultado acumulado de 2023, frente a igual período de 2022.

Gráfico 1. Carga Tributária Bruta por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: STN



Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
Impostos sobre bens e serviços	120.030	140.745	1,19%	1,30%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	101.570	120.182	1,01%	1,11%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	12.776	14.026	0,13%	0,13%
Taxas administrativas	5.684	6.537	0,06%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	0	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	21.083	24.594	0,21%	0,23%
Contribuições para o RPPS	21.083	24.594	0,21%	0,23%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Fonte: SIAFI. Composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil.

2. Inclui a receita de Estados e Municípios proveniente da arrecadação do imposto sobre a Renda retido na fonte sobre rendimentos por eles pagos a seus servidores e empregados.

3. Fonte: RFB

4. Fonte: Demonstrações contábeis do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

5. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dados a partir de 2019 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis.

6. Fonte: Demonstrativo de Contas Anuais e Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Os dados a partir de 2022 foram elaborados com as informações disponibilizadas na Matriz de Saldos Contábeis. Destaca-se que foram utilizadas técnicas de imputação dos valores do FINBRA, de modo a ampliar a cobertura de Municípios, bem como sua complementação com informações provenientes de outras fontes de dados.



Tabela 2. Carga Tributária Bruta de acordo com a classificação econômica - Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB
Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
Governo Geral	3.333.534	3.521.318	33,07%	32,44%
Impostos	2.515.612	2.625.607	24,96%	24,19%
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	910.263	940.590	9,03%	8,66%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	57.061	64.377	0,57%	0,59%
Impostos sobre a propriedade	159.965	186.090	1,59%	1,71%
Impostos sobre bens e serviços	1.329.289	1.376.037	13,19%	12,68%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	59.034	58.514	0,59%	0,54%
Outros impostos	0	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	817.921	895.711	8,11%	8,25%
Contribuições para o RGPS	518.970	572.485	5,15%	5,27%
Contribuições para o RPPS	122.632	126.567	1,22%	1,17%
Contribuições para o FGTS	156.298	175.433	1,55%	1,62%
Contribuições para o PASEP	20.022	21.225	0,20%	0,20%

Obs.: Dados preliminares.

Gráfico 2. Estrutura da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil - 2010 a 2023
Dados em: % do PIB
Fonte: STN

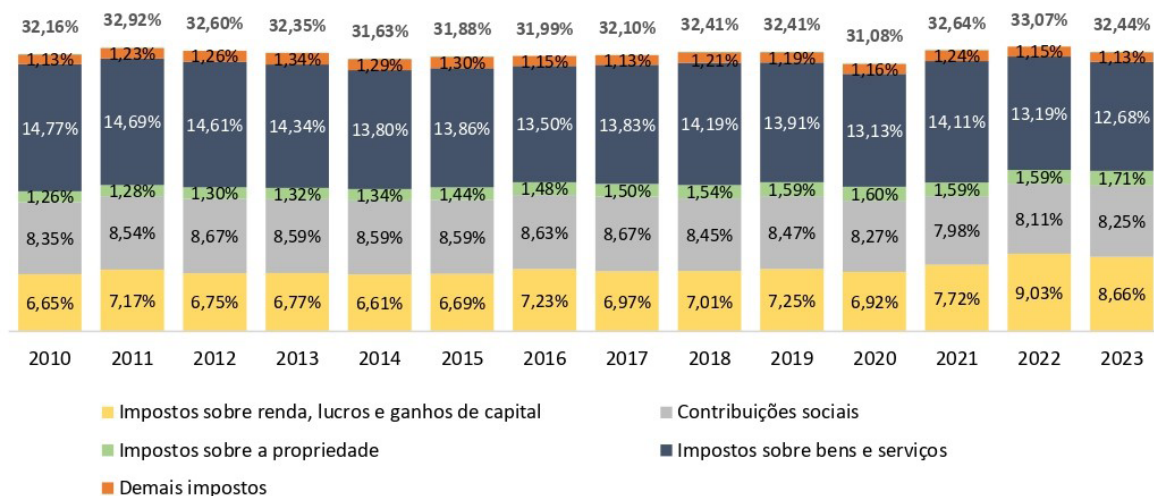
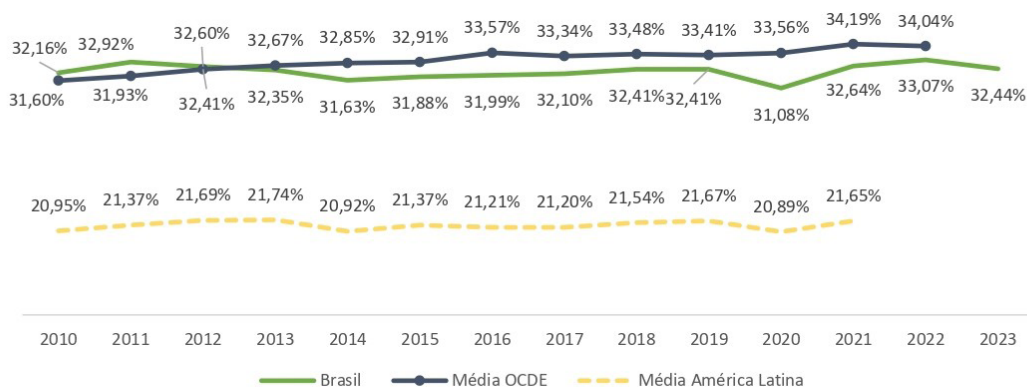




Gráfico 3. Evolução da Carga Tributária Bruta - Governo Geral - Brasil e Média da OCDE - 2010 a 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: STN e OCDE - Revenue Statistics



Obs.1: Dados da OCDE disponíveis até 2022.

Obs.2: A Média OCDE é composta pelos países que fazem parte da OCDE exceto Austrália e Japão que não enviaram as informações até a data de fechamento do Boletim.

Obs. 3: A Média América Latina é composta pelos países da América Latina e Caribe exceto Venezuela.

Tabela 3. Carga Tributária Bruta por esfera de governo e espécie tributária - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes e % do PIB

Fonte: STN

Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
Carga Tributária Bruta Total - Governo Geral	3.333.534	3.521.318	33,07%	32,44%
Carga Tributária Bruta Total - Governo Central ^{1/}	2.258.551	2.387.790	22,41%	21,99%
Impostos	1.512.805	1.568.094	15,01%	14,44%
Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	910.263	940.590	9,03%	8,66%
Imposto sobre a renda da pessoa física - IRPF	55.059	55.378	0,55%	0,51%
Imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ	281.264	254.087	2,79%	2,34%
Imposto sobre a renda retido na fonte - IRRF ^{2/}	417.774	486.061	4,14%	4,48%
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	156.093	145.003	1,55%	1,34%
Outros impostos sobre a renda, lucros e ganhos de capital	72	61	0,00%	0,00%
Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	57.061	64.377	0,57%	0,59%
Contribuição social do salário-educação	27.024	30.441	0,27%	0,28%
Contribuições para o Sistema S ^{3/}	27.273	30.826	0,27%	0,28%
Outros impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	2.764	3.110	0,03%	0,03%
Impostos sobre a propriedade	2.614	3.062	0,03%	0,03%
Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR	2.594	3.041	0,03%	0,03%
Outros impostos sobre a propriedade	20	21	0,00%	0,00%



Carga Tributária Bruta Total	R\$ Milhões		% do PIB	
	2022	2023	2022	2023
Impostos sobre bens e serviços	483.832	501.553	4,80%	4,62%
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	271.903	286.870	2,70%	2,64%
Contribuição para o PIS	58.408	61.573	0,58%	0,57%
Imposto sobre produto industrializado	58.944	58.073	0,58%	0,53%
Impostos sobre transações financeiras - IOF	58.989	61.716	0,59%	0,57%
CIDE-Combustíveis	1.660	1.195	0,02%	0,01%
Contribuição sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios	3.844	3.905	0,04%	0,04%
Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais - DPVAT	3	1	0,00%	0,00%
CIDE - Remessas ao Exterior	7.925	9.865	0,08%	0,09%
Taxas administrativas	5.817	6.635	0,06%	0,06%
Outros impostos sobre bens e serviços	16.339	11.719	0,16%	0,11%
Impostos sobre o comércio e transações internacionais	59.034	58.514	0,59%	0,54%
Imposto sobre a Importação	58.981	54.074	0,59%	0,50%
Imposto sobre a Exportação	53	4.440	0,00%	0,04%
Outros impostos	0	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	745.746	819.696	7,40%	7,55%
Contribuições para o RGPS	518.970	572.485	5,15%	5,27%
Contribuições para o RPPS	50.456	50.552	0,50%	0,47%
Contribuições para o FGTS ^{4/}	156.298	175.433	1,55%	1,62%
Contribuição para o PASEP	20.022	21.225	0,20%	0,20%
Carga Tributária Bruta Total - Governos Estaduais ^{5/}	855.057	881.380	8,48%	8,12%
Impostos	803.965	829.959	7,98%	7,65%
Impostos sobre a propriedade	78.538	96.219	0,78%	0,89%
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	1.218	1.213	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	521	546	0,01%	0,01%
Imposto sobre Trans. "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCD	12.874	14.714	0,13%	0,14%
Imposto sobre a propriedade de veículos automotores - IPVA	63.925	79.746	0,63%	0,73%
Impostos sobre bens e serviços	725.427	733.740	7,20%	6,76%
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	695.076	700.396	6,90%	6,45%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	2.639	3.075	0,03%	0,03%
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	226	285	0,00%	0,00%
Taxas administrativas	27.481	29.984	0,27%	0,28%
Outros impostos sobre bens e serviços	4	0	0,00%	0,00%
Contribuições sociais	51.092	51.421	0,51%	0,47%
Contribuições para o RPPS	51.092	51.421	0,51%	0,47%
Carga Tributária Bruta Total - Governos Municipais ^{6/}	219.925	252.147	2,18%	2,32%
Impostos	198.843	227.554	1,97%	2,10%
Impostos sobre a propriedade	78.813	86.809	0,78%	0,80%
Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU	59.471	65.305	0,59%	0,60%
Imposto sobre Trans. "Inter Vivos" de Bens e de Dir. Reais sobre Imóveis - ITBI	18.922	21.114	0,19%	0,19%
Outros impostos sobre a propriedade	421	389	0,00%	0,00%

Itamar de Oliveira

HÉLIO GARCIA

A arte mineira de fazer política



Está na hora de (re)conhecer a arte mineira de fazer política do ex-Governador Hélio Garcia.

"Hélio Garcia era péssimo no futebol... a bola nunca deu pelota para Hélio Garcia, que acabou se dedicando mais às festas e farras no Minas Tênis Clube, no late e no Automóvel Clube. O campo em que Hélio Garcia se deu melhor foi a política. Aí o craque se revelou e bateu um bolão"

Gerardo Renault

Adquira já o seu nas melhores livrarias: Rede Leitura, Quixote, Scriptum Livrarias da Rua, Del Rey e Genipapo.



libertas.editora

A vitória da Aliança Democrática em Portugal reflete na entrada do Mercosul na EU

Confirmada a vitória da Aliança Democrática (AD) de centro-direita, de maneira apertada, a eleição legislativa de Portugal no último domingo (10), com 79 cadeiras na Assembleia da República, ficando com 29,49% dos votos. A AD é formada pelas siglas: Partido Social-Democrata (PPD/PSD), Partido Popular (CDS-PP) e o Partido Popular Monárquico (PPM).

Segundo Leonardo Trevisan, professor de Geopolítica da ESPM e economista, acredita ser cedo para dizermos se o novo governo terá sucesso, uma vez sem uma coligação formal com os outros partidos que não estão na aliança, a Aliança Democrática terá dificuldades na aprovação de projetos e orçamentos anuais. “Também é prematuro dizer se irá melhorar muito as relações com o Brasil e com o Mercosul. Porém, os sinais são muito claros de que a proposta da AD é de maior apoio às pretensões da União Europeia de aproximação com o Brasil e Mercosul, diferente por exemplo da posição dos países mais agrários da União Europeia como França e Polônia”.

O especialista destaca que Portugal está muito mais próximo das posições da Alemanha que está vendo com muito bons olhos a aproximação com o Brasil e o Mercosul. “A indústria europeia está chegando mais perto desses negócios e há várias unidades industriais alemãs que hoje estão em Portugal. Isso demonstra o interesse direto em ter maior comercialização de produtos industrializados entre os mercados do Mercosul, do Brasil e Europa. Portanto, não há dúvida que nós podemos dizer que a aliança democrática trará benefícios ao nosso país”.

Trevisan ressalta ainda que a pro-



ximidade com o Brasil nas relações comerciais com Portugal são muito sólidas, sendo que no caso brasileiro há uma forte entrada de vários produtos brasileiros, bem como a opção em torno da energia Verde, principalmente em torno da venda de hidrogênio verde e de lítio. “Portugal pensa em novas propostas de mudança do processo energético dado o alto preço do petróleo e gás russo. O Brasil tem sim uma possibilidade de maior adesão à realidade comercial de Portugal com aliança democrática”.

Já Fábio de Andrade, professor de Relações Internacionais da ESPM, tem dois fatores importantes que precisam ser analisados: o primeiro, é como será a coalizão de formação do gabinete de governo, se por um acaso o partido extrema direita compô-lo trará dificuldades para o Brasil com acordos com a União Europeia. O segundo ponto é uma situação excepcional, pois Portugal faz parte da União Europeia e boa parte das negociações passam por ela, bem como nesse momento há uma discussão com o Mer-

cosul, sobretudo capitaneado pelo Brasil.

“O cenário deixado pelas urnas é complicado e os próximos meses serão essenciais para saber se há espaço para a criação de um governo estável, ou se o país terá de realizar novas eleições. Pois, diferentemente do Brasil, o país europeu vive sob um regime semi presidencialista, no qual o primeiro-ministro é o chefe do Executivo e o presidente é o chefe de Estado”, conclui Andrade.

A ESPM é uma escola de negócios inovadora, referência brasileira no ensino superior nas áreas de Comunicação, Marketing, Consumo, Administração, Economia Criativa e Tecnologia. Seus 12 600 alunos dos cursos de graduação e de pós-graduação e mais de 1 100 funcionários estão distribuídos em cinco campi - dois em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um em Porto Alegre e um em Florianópolis. O lifelong learning, aprendizagem ao longo da vida profissional, o ensino de excelência e o foco no mercado são as bases da ESPM.



O Brasil errou o caminho de volta

Roberto Brant

Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

Nos primeiros dias de março foi divulgada uma pesquisa da consultoria Quest sobre a avaliação do governo Lula. Os números mostram que 35% da população o avalia positivamente, enquanto 34% o avalia negativamente. Passado pouco mais de um ano de mandato apenas um terço da população apoia sem reservas a ação do governo. O país está polarizado.

A polarização política, antes de ser uma enfermidade social é uma prova de que vivemos em uma sociedade democrática. Nas autocracias as divisões são eliminadas pela força, ostensiva ou disfarçada por artifícios institucionais. As diferenças de opinião política são a própria essência da vida democrática.

Havendo uma divisão tão clara na sociedade, é justo questionar se o governo tem legitimidade para impor a toda a nação políticas e posições francamente parciais e partidárias, especialmente quando elas tem manifestamente consequências de longo prazo.

O governo Lula em algumas áreas tem se atribuído um mandato muito mais amplo do que o que recebeu das urnas. Sua vitória, por margem muito estreita, foi o resultado de uma coalizão informal que reuniu parcelas da sociedade com uma visão do mundo e do país muito diversa das posições tradicionais dele e de seu partido. Se na gestão da economia até agora as políticas do governo são coerentes com a natureza daquela

coalizão, na política externa o Presidente tem extrapolado todos os limites, com alinhamentos geopolíticos e ideológicos que estão muito distantes do sentimento médio do país.

O mundo vive hoje uma nova realidade geopolítica, em que se confrontam de um lado as democracias e de outro as autocracias. O desfecho deste confronto irá moldar toda a vida humana no futuro. Diante dele todos as demais confrontações perdem significado, em especial a que deseja separar o Ocidente e o Sul Global, principalmente porque neste universo do Sul Global é evidente o domínio das autocracias, como se pode ver na composição do BRICS.

O interesse nacional do Brasil recomenda que o país deve se manter numa distância prudente destes grandes confrontos, sem perder de vista que qualquer política externa trata de interesses, mas também de ideias. Não há como duvidar de que, se as autocracias se assegurarem a hegemonia no mundo, nosso modo de vida, nossa cultura e nossa liberdade certamente estarão perdidas. Não se trata aqui das figuras efêmeras de Lula e Bolsonaro. Trata-se de nossa própria existência que estará em jogo.

A atual orientação da política externa do Brasil procura ignorar a natureza desse confronto e se aproxima perigosamente das grandes autocracias, afastando-se dos países ocidentais democráticos. E, para tornar tudo ainda mais incompreensível,

defende internamente a democracia ao mesmo tempo em que se alinha com todas as ditaduras do nosso continente.

Os exemplos estão aí. A invasão da Ucrânia pela Rússia é o mais audacioso ataque de uma autocracia contra um país democrático, tentando demolir a ordem internacional baseada em leis e em regras. O presidente Lula, na contramão de todos os países democráticos, negou-se a afirmar a responsabilidade russa no conflito e no mais simbólico gesto de simpatia com a tirania de Putin negou-se a condenar o assassinato do líder da oposição Alexei Navalny, apesar de todas as evidências. Na luta entre as democracias e as autocracias, nosso presidente já tomou partido, e numa direção completamente estranha ao sentimento da nossa população.

O desprezo de nossa política externa pela democracia manifesta-se também na admiração e no apoio sem reservas à ditadura cubana e às manobras de Nicolas Maduro para perpetuar-se no poder. A defesa destas ditaduras é um acinte e responde exclusivamente às posições ideológicas do partido do presidente, sem levar em conta o que pensa a grande maioria da sociedade brasileira.

Corremos o sério risco de nos isolarmos em nosso próprio continente e no mundo ocidental. E todos no mundo esperavam “o Brasil de volta”, como prometera nosso presidente. Acontece que erramos o caminho.

Kleber Silva é o novo diretor executivo de mineração da ArcelorMittal



A ArcelorMittal anunciou no dia 19 de março que o brasileiro Kleber Silva foi nomeado diretor executivo de mineração e vice-presidente exe-

cutivo da companhia. Ele assumirá as posições em 8 de abril.

Silva substituirá Stefen Buys, que

ocupava o cargo de diretor executivo do segmento desde outubro de 2021 e que, segundo a fabricante de aço e minério, “deixará a empresa para buscar outras oportunidades”.

Kleber Silva retorna à companhia após deixar o grupo em 2017, quando assumiu na Eramet o cargo de vice-presidente executivo e diretor de operações de mineração e metais. Nestas funções, era responsável pelas atividades globais de mineração e metalurgia para manganês, níquel, zircônio, titânio, areias minerais, ligas de manganês e lítio.

Silva destaca como objetivos o crescimento da mineração da empresa com a implementação de tendências da indústria, como segurança, ESG, descarbonização e digitalização.

Rei das criptomoedas' é condenado a 25 anos de prisão

Por trás das grades: O empresário Sam Bankman-Fried, antes denominado como 'rei das criptomoedas', foi condenado a 25 anos de prisão por desviar US\$ 8 bilhões de clientes da FTX, sua corretora de criptomoedas.

Essa foi uma das maiores fraudes financeiras já registradas. A FTX chegou a valer cerca de US\$ 32 bilhões e foi uma das maiores do mundo antes de falir.

A decisão da pena veio pouco mais de um ano após a FTX ter feito um pedido de recuperação judicial, em um colapso corporativo que chocou o mercado financeiro.

Para relembrar: Os problemas começaram com a notícia de que SBF, para salvar uma outra empresa sua, chamada Alameda Research, teria



emprestado dinheiro da própria FTX para a companhia.

Ele teria usado os recursos dos clientes que estavam depositados na corretora — algo ilegal, já que os negócios devem ocorrer de forma separada.

Com a notícia, clientes da FTX co-

meçaram uma corrida para sacar seus recursos, com medo de perderem o dinheiro.

Por não ter dólares suficientes para arcar com todos os saques, a FTX quebrou e a fortuna pessoal de SBF, estimada em US\$ 26 bilhões, derreteu.

Ampliando a visão: A FTX tinha cerca de 9 milhões de clientes, dentre eles alguns famosos — incluindo Gisele Bündchen e seu ex-marido Tom Brady, que já tinham feito até um comercial para a empresa.

A sentença se junta a outras históricas do ramo financeiro. Na maior delas, Bernie Madoff, criador da maior fraude financeira da história dos EUA, recebeu pena de 150 anos em 2009.

Marcas mais valiosas do Brasil crescem 4% e ultrapassam US\$ 82 bilhões

Setor financeiro domina o BrandZ 2024 com Itaú em primeiro lugar entre as 50 Marcas Brasileiras Mais Valiosas

Nove marcas estreiam no ranking com Localiza chegando na melhor posição, oitavo lugar



O valor das 50 marcas brasileiras mais valiosas, com base nas percepções dos investidores e dos consumidores, cresceu 4% nos últimos dois anos. O valor total agora ultrapassa US\$ 82,80 bilhões, de acordo com o último Relatório das Marcas Brasileiras Mais Valiosas da Kantar BrandZ de 2024.

“As marcas brasileiras mais fortes abrangem diversas categorias, desde Vestuário e Cerveja até Cuidados Pessoais e Serviços de Viagem, o que ajuda a equilibrar a classificação para garantir que ela seja menos suscetível às oscilações econômicas”, afirma

Milton Souza, Diretor Geral da Divisão de Insights da Kantar no Brasil.

O maior banco do Brasil, o Itaú, lidera o ranking de 2024 com um valor de marca de US\$ 7,4 bilhões e responde por 8,9% de todo o ranking. No Top 50, onze marcas de serviços financeiros contribuem com 30% do valor total da marca, sendo o Banco do Brasil (nº 15; US\$ 1,6 bilhão) a que mais cresceu, subindo sete posições e crescendo 55% em dois anos.

O setor de serviços financeiros no Brasil está passando por uma enorme transformação com a chegada de fin-techs que priorizam o digital, como o

Nubank (5º lugar; US\$ 4,6 bilhões) e cada vez mais clientes que priorizam o digital. Como resultado, bancos tradicionais como o Itaú e o Banco do Brasil estão tendo que investir em novas tecnologias e experiências dos clientes para se manterem à frente da concorrência.

“O último ranking das Marcas Brasileiras Mais Valiosas da BrandZ mostra o quão resilientes as marcas têm sido após a disrupção e a incerteza dos últimos anos no Brasil e nos mercados globais”, diz Souza. “Com 19 marcas aumentando o seu valor este ano, temos uma retomada de

crescimento similar aos tempos pré-pandemia, com as marcas investindo em novas campanhas, eventos e festivais, para garantir que se engajam com os consumidores.”

NOVE MARCAS ESTREIAM NO RANKING

Há nove recém-chegadas ao ranking do Brasil em quatro categorias, incluindo Localiza (US\$ 3,1 bilhões), com a melhor estreia, na 8ª posição. A locadora de veículos, com 50 anos de existência, continua inovando com novos aplicativos e serviços, evoluindo constantemente seu modelo de negócios para permanecer relevante para os consumidores brasileiros.

Com a rápida mudança do ritmo tecnológico nos setores bancário e de pagamentos, existem quatro novas marcas de serviços financeiros, incluindo SulAmérica (nº 19; US\$ 1,2 bilhão), Rede (nº 27; US\$ 1,0 bilhão), PagBank (nº 46; US\$ 359 milhões) e C6 Bank (nº 49; US\$ 314 milhões). Duas outras novas marcas de Tecnologia e Serviços ao Consumidor entram no ranking pela primeira vez, Unidas (21ª posição; US\$ 1,2 bilhão) e Movida (33ª posição; US\$ 752 milhões).

A marca global de chinelos Haivaianas (35ª posição; US\$ 711 milhões), que vende seus produtos em mais de 130 países, também faz sua primeira entrada no Top 50 na 35ª posição, com um valor de marca de US\$ 711 milhões. Leão (No.44; US\$ 377 milhões), uma marca com 120 anos de tradição que é sinônimo de chá no Brasil, é a única nova marca de Alimentos e Bebidas este ano.

CRESCENTE PREOCUPAÇÃO COM A SUSTENTABILIDADE

Embora os brasileiros queiram ser sustentáveis, isso ainda não é uma realidade possível para a maioria. No entanto, os consumidores

KANTAR BRANDZ TOP 10 MARCAS BRASILEIRAS MAIS VALIOSAS 2024

Ranking 2024	Marca	Categoria	Valor da Marca 2024 (US\$ bilhões)
1	Itaú	Financial Services	7,3
2	Brahma	Alcohol	6,6
3	Skol	Alcohol	5,8
4	Claro	Telecom Providers	5,7
5	Nubank	Financial Services	4,5
6	Bradesco	Financial Services	4,3
7	Vivo	Telecom Providers	3,3
8	Localiza	Consumer Technology and Services Platforms	3,0
9	Petrobras/BR	Energy	2,6
10	Antarctica	Alcohol	2,4

têm grandes expectativas em relação às marcas no que diz respeito ao tratamento dos trabalhadores e à inclusão, bem como às questões ambientais. As marcas têm a oportunidade de se conectar com os brasileiros sendo sustentáveis e garantindo que os consumidores saibam disso evitando o “greenwashing”. A Natura (12ª posição; US\$ 1,7 bilhão), principal fabricante e comerciante de cosméticos do Brasil, tem a mais alta pontuação de sustentabilidade, o que garante respeitada reputação em se tratando a esse tema.

Kantar BrandZ avalia o valor da marca, quantificando a contribuição das marcas para o desempenho financeiro dos negócios. As classificações anuais de avaliação de marcas globais e locais da Kantar combinam dados financeiros rigorosamente analisados com extensa pesquisa de brand equity. Desde 1998, a BrandZ compartilha insights de construção de marca com líderes empresariais com base em entrevistas com 4,2 milhões de consumidores, de 21 mil marcas em 54 mercados. Descubra mais sobre Kantar BrandZ aqui.

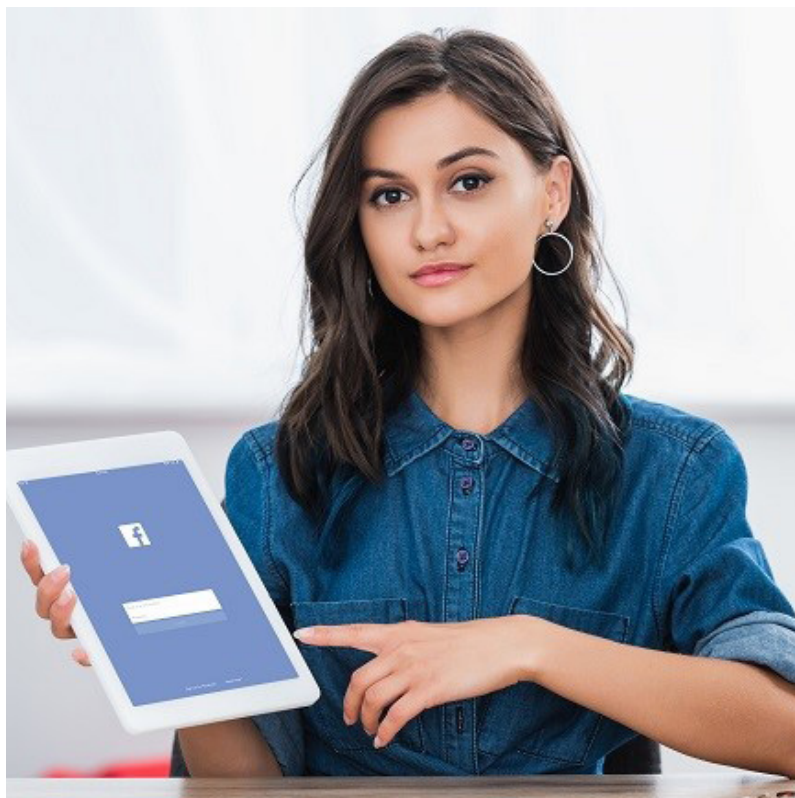
O relatório Kantar BrandZ Top 50 Marcas Brasileiras Mais Valiosas é o ranking mais definitivo e robusto disponível das marcas do país. A classificação de 2024 baseia-se nas opiniões de 10.800 entrevistados sobre 396 marcas em 27 categorias. A capacidade de qualquer marca de

impulsionar o crescimento dos negócios depende de como ela é percebida pelos clientes. Baseada na opinião do consumidor, a análise Kantar BrandZ permite às empresas identificar a força de uma marca no mercado e fornece orientação estratégica clara sobre como aumentar o valor a longo prazo. As marcas classificadas devem atender a estes critérios de elegibilidade:

- *A marca deve ter origem no Brasil e ser propriedade de empresa listada em bolsa de valores reconhecida.*
- *Para marcas originárias do Brasil e de propriedade de empresas privadas, suas demonstrações financeiras devem estar disponíveis em domínio público.*
- *As marcas unicórnios brasileiras devem ter sua avaliação mais recente disponível publicamente.*

A Kantar é a empresa líder mundial em dados e análises de marketing e uma marca parceira indispensável para as principais empresas do mundo. Combinamos os dados atitudinais e comportamentais mais significativos com profundo conhecimento e análises avançadas para descobrir como as pessoas pensam e agem. Ajudamos os clientes a entender o que aconteceu, por que e como moldar as estratégias de marketing que moldam seu futuro.

Facebook ainda é relevante em 2024, principalmente em grupos



Quando se trata de Facebook, dois fatos precisam ser citados: a nova geração parece não ter amor pela ferramenta e os mais antigos ainda permanecem fiéis. Seria essa, portanto, a famosa “morte” do Facebook que muitos propagam aos quatro ventos?

Não é bem assim. A pesquisa Digital 2024/We Are Social no Brasil sobre o uso de Internet do início deste ano mostrou que o Brasil testemunhou um salto significativo no número de usuários de internet, atingindo a marca impressionante de 187,9 milhões de pessoas conectadas, ou 86,6% da população total.

Deste volume, 144 milhões usavam alguma rede social com o Facebook, fazendo parte da vida de 111

milhões de brasileiros. O alcance dos anúncios da ferramenta corresponde a 59,2% desta base, o que justifica a importância de estar presente na rede da Meta.

Ediney Giordani, Estrategista de Marketing Digital da KAKOI Comunicação, aponta mais um detalhe da pesquisa: existem mais de 210 milhões smartphones conectados no país e mantém o Brasil como um dos principais players em conectividade na América Latina via mobile:

“Ou seja, todo mundo está acessando o Facebook em qualquer lugar. Para empresas, estar nessa rede social traz oportunidades que não podem ser consideradas ultrapassadas. Mesmo com TikTok e Instagram le-

vando grande parte do público mais jovem, o Facebook mantém uma legião fiel, com tráfego intenso” explica Giordani.

GRUPOS SE DESTACAM

Recortando apenas os dados do Facebook no Brasil, o especialista lembra que muitos usuários seguem curtindo fotos de amigos, mas existem grupos de interesse que podem servir como vitrine permanente no Facebook.

“Esses grupos são perfeitos para compartilhar informações, imagens e vídeos para estimular a interação do internauta e aproximar a audiência da sua marca. O volume de negócios é grande o suficiente para justificar a presença de qualquer empresa”.

EXEMPLOS DE GRUPOS QUE FUNCIONAM MUITO BEM

Em Curitiba, por exemplo, existem grupos que deram muito certo. Um dos mais populares é o grupo Alice com incríveis 45 mil membros e diversas publicações diárias para divulgação de produtos e serviços. Há outros grupos mais nichados, como o Compra/troca/venda de LPs, que também tem 45 mil membros entre colecionadores e lojistas de discos de vinil negociando o tempo todo.

“Esses grupos são formados por pessoas que se juntam por afinidade, em torno de alguma causa, artista, partido político, produto, serviço e outros assuntos. As empresas que usam esses grupos conseguem estar presentes na timeline de quem pode se tornar um comprador em potencial, basta encontrar o grupo certo e saber como fazer as publicações” completa Giordani.

PIB de Minas Gerais cresceu, durante os cinco anos do governo Romeu Zema, acima da média nacional

Em 2023, a participação de Minas no PIB nacional atingiu 9,47% - e é o segundo melhor nível do século XXI - o que coloca o Estado como a 3ª maior economia do país

No acumulado dos cinco anos do governo Romeu Zema, a economia mineira teve desempenho ligeiramente melhor do que a média nacional, superando-a em 0,24% no período

Pela primeira vez, o PIB estadual supera o patamar de R\$ 1 trilhão. Os dados ainda são preliminares e sujeitos a futuras alterações

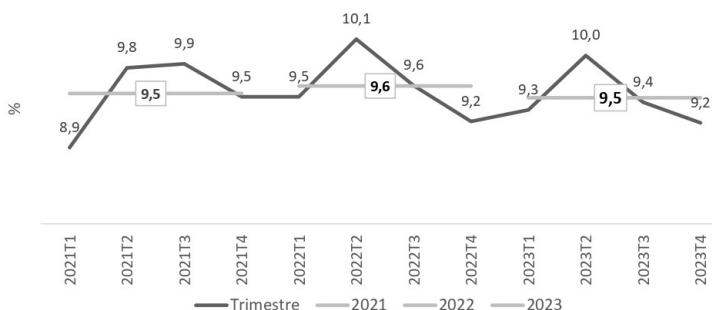
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

O desempenho da economia mineira no ano passado pode ter sido novamente melhor do que o do Brasil, pelo segundo ano consecutivo. O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais atingiu R\$ 1.027,6 bilhões (equivalentes a US\$ 205,85 bilhões) em 2023, com crescimento real de 3,1% em relação a 2022, superando ligeiramente o avanço do resultado nacional (2,9%), revela estudo contendo estimativas preliminares realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP) e divulgada no dia 14 de março. A contribuição do Estado para o desempenho do Brasil foi de 9,47% no ano passado - considerado um dos melhores níveis, mas inferior aos 9,52% obtidos em 2021. Os dados relativos ao desempenho da economia brasileira, em 2023, foram divulgados no dia 1º de março pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que também são separadamente tratados nesta edição.

Do valor total do PIB mineiro em 2023, os serviços responderam por 61,37% (R\$ 562,1 bilhões), enquanto a indústria gerou 30,98% (R\$ 235,9 bilhões) e a agropecuária, 7,65% (R\$ 70,1 bilhões). O setor de serviços registrou expansão de 2,2% e o agropecuário, aumentou 11,1%. A indústria De acordo com o IBGE -Instituto



Gráfico 3 - Participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil - 1º trimestre de 2021-4º trimestre de 2023



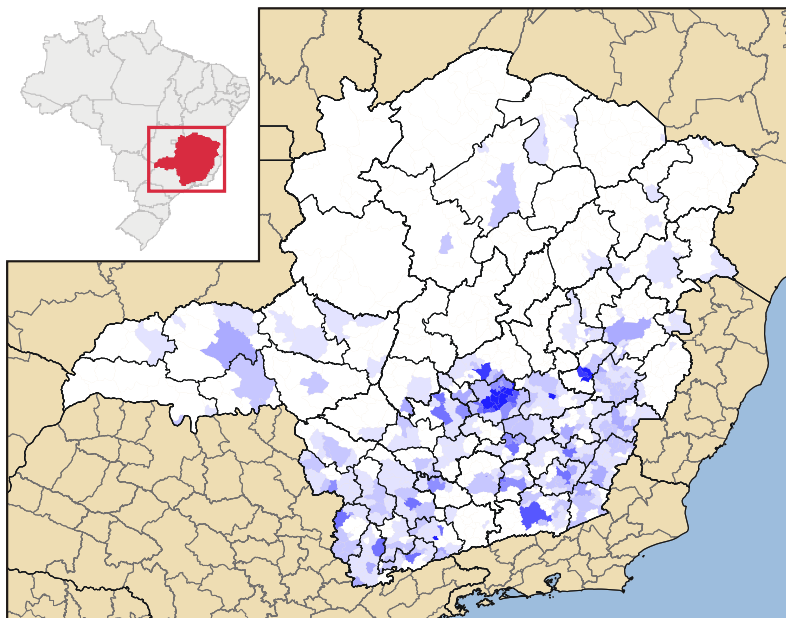
Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2023 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

Brasileiro de Geografia e Estatística, a população brasileira estimada para 1º de julho de 2023 é de 215.998.724 habitantes e São Paulo lidera o ranking nacional como o estado mais populoso do país, possuindo uma população de 46.920.368 habitantes, ou 21,72% do total. Minas Gerais vem em seguida, ocupando a segunda posição, com uma população de 21.646.641 habitantes – representando 10,02% do total brasileiro. Logo após, vem o Rio de Janeiro, detendo uma população de 17.376.801 habitantes e equivalente a 8,04% do total nacional. Cabe destacar que esta estimativa do IBGE é anterior à realização do Censo 2022.

Nos 23 anos já decorridos deste século XXI, em onze deles a variação da taxa do PIB – Produto Interno Bruto de Minas Gerais teve desempenho pior do que a média nacional (2001, 2006, 2007, 2008, 2009, 2011, 2013, 2014, 2018 e 2019). Nos demais, a taxa foi positiva e superior – mas não o suficiente para colocar, no acumulado do período, o Estado em uma situação confortável em relação aos demais. Estudos do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que, durante o período de 2002 a 2020 - (últimos dados disponíveis oficialmente) enquanto o PIB brasileiro contabilizou uma expansão média anual de 2,0% e acumulada de 42,0%, o de Minas Gerais aumentou em média 1,6% anualmente e, no acumulado, 34,0% - situando-se o estado na 24ª posição quanto ao desempenho da economia brasileira no período, ficando à frente apenas dos estados do Rio Grande do Norte (32,8%), Rio Grande do Sul (24,3%) e Rio de Janeiro (21,6%), respectivamente.

Já nos cinco anos do governo Romeu Zema – 2019 a 2023, a economia de Minas Gerais conseguiu se desvencilhar do aprisionamento ao já histórico crescimento inferior à média nacional deste século XXI pois, enquanto o PIB brasileiro registrou um aumento médio anual de 1,73% e acumulado de 8,73%, o do estado



MINAS GERAIS - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 2001/2023*

Ano	População	Crescimento %
2001	18.402.608 habitantes	1,235
2002	18.620.721 habitantes	1,185
2003	18.832.431 habitantes	1,137
2004	19.037.702 habitantes	1,090
2005	19.236.503 habitantes	1,044
2006	19.428.834 habitantes	1,010
2007	19.614.742 habitantes	0,957
2008	19.794.278 habitantes	0,915
2009	19.967.560 habitantes	0,875
2010	20.134.742 habitantes	0,837
2011	20.294.485 habitantes	0,793
2012	20.446.840 habitantes	0,751
2013	20.593.356 habitantes	0,717
2014	20.734.097 habitantes	0,683
2015	20.869.101 habitantes	0,651
2016	20.997.560 habitantes	0,616
2017	21.119.536 habitantes	0,581
2018	21.235.870 habitantes	0,551
2019	21.346.492 habitantes	0,521
2020	21.451.356 habitantes	0,491
2021	21.551.428 habitantes	0,467
2022	21.646.641 habitantes	0,441
2023	21.735.850 habitantes	0,412

* Em 1º de julho
Dados anteriores ao Censo de 2023 e, portanto, sujeitos a revisão
Fonte: IBGE/Elaboração: MinasPart Desenvolvimento



MINAS GERAIS/BRASIL – PIB EM US\$ milhões 2001/2023*

Ano	Minas Gerais	Brasil	MG/Brasil-%
2001	47.837	559.563	8,55
2002	42.345	508.101	8,33
2003	46.956	559.465	8,39
2004	58.761	669.340	8,78
2005	77.411	892.033	8,68
2006	97.715	1.107.131	8,83
2007	123.421	1.396.797	8,84
2008	151.689	1.693.147	8,96
2009	144.247	1.672.625	8,62
2010	199.673	2.209.751	9,04
2011	239.042	2.614.482	9,14
2012	226.302	2.463.549	9,19
2013	225.938	2.468.456	9,15
2014	219.463	2.454.846	8,94
2015	155.584	1.796.168	8,66
2016	156.432	1.800.134	8,69
2017	180.570	2.063.185	8,75
2018	168.224	1.916.213	8,78
2019	165.155	1.872.506	8,82
2020	132.340	1.475.365	8,97
2021	159.027	1.670.453	9,52
2022*	182.078	1.951.528	9,33
2023*	205.846	2.173.662	9,47

Projeções preliminares – US\$ correntes. Fonte: IBGE/Banco Central do Brasil/
Fundação João Pinheiro – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

ficou restrito a uma expansão média anual de 1,78% e acumulada de 8,97% no mesmo período.

Estudos preliminares divulgados pela FJP – Fundação João Pinheiro indicam que o PIB de Minas Gerais em 2023 totalizou R\$ 1.027,6 bilhões – equivalente a US\$ 205,85 bilhões. É a primeira vez que o PIB de Minas ultrapassa a marca de R\$ 1 trilhão.

O documento foi apresentado pela Fundação João Pinheiro, responsável pelo cálculo oficial do Produto Interno Bruto do estado, durante apresentação à imprensa, no dia 14 de março último e contou com a presença do governador Romeu Zema. As informações encontram-se no Informativo FJP – Contas Regionais – PIB MG – 4º trimestre de 2023, já disponível no site da instituição.



MINAS GERAIS X BRASIL TAXA ANUAL E ACUMULADA DE CRESCIMENTO DO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO 2001/2023 - EM %

Ano	Minas Gerais	Brasil
2001	-0,12	1,39
2002	3,73	3,05
2003	2,13	1,14
2004	5,89	5,76
2005	4,02	3,20
2006	3,91	3,96
2007	5,53	6,07
2008	4,68	5,10
2009	-3,92	-0,13
2010	9,08	7,53
2011	2,48	3,97
2012	3,33	1,92
2013	0,47	3,00
2014	-0,70	0,50
2015	-4,26	-3,55
2016	-2,00	-3,27
2017	1,66	1,32
2018	1,33	1,78
2019	-0,01	1,22
2020	-3,04	-3,28
2021	5,73	4,76
2022	3,10	3,02
2023	3,10	2,91

*Anos em que a economia de MG teve desempenho pior do que a brasileira. Os dados de 2023 são preliminares. Fonte: IBGE/FJP – Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Em 2023, a Renda Per Capita dos mineiros foi de US\$9.470,35 – inferior à apurada em 2011 – de US\$ 11.778,60 e é considerada, ainda, menor do que a média nacional de US\$ 10.063,31, verificada no mesmo ano.

Os dados relativos aos anos de 2022 e de 2023 são ainda considerados preliminares e estão sujeitos a futuras revisões.

MINAS GERAIS – VARIAÇÃO ANUAL DA TAXA DO PIB PER CAPITA – 2011/2023 – Em %

Ano	PIB Total	Crescimento da População	PIB Per Capita
2011	2,48	0,79	1,68
2012	3,33	0,75	2,56
2013	0,47	0,72	-0,25
2014	-0,70	0,68	-1,36
2015	-4,26	0,65	-4,88
2016	-2,00	0,62	-2,64
2017	1,66	0,58	1,07
2018	1,33	0,55	0,78
2019	-0,01	0,52	-0,53
2020	-3,04	0,49	-3,51
2021	5,73	0,47	5,23
2022*	3,10	0,44	2,65
2023*	3,10	0,41	2,68

*Dados Preliminares

Dados anteriores ao Censo de 2022 e, portanto, sujeitos a revisão
Fonte: IBGE/Fundação João Pinheiro. Elaboração: MinasPart Desenvolvimento
Fonte: Fundação João Pinheiro

MINAS GERAIS – RENDA PER CAPITA – 2011/2023 – Em US\$

Ano	PIB-US\$ milhões	População	Renda Per Capita – US\$
2011	239.042	20.294.485	11.778,60
2012	226.302	20.446.840	11.067,80
2013	225.938	20.593.356	10.971,40
2014	219.463	20.734.097	10.584,60
2015	155.584	20.869.101	7.455,20
2016	156.432	20.997.560	7.450,00
2017	180.570	21.119.536	8.550,00
2018	168.224	21.235.870	7.921,69
2019	165.155	21.346.492	7.736,87
2020	132.340	21.451.356	6.169,31
2021	157.025	21.551.428	7.286,06
2022*	182.078	21.646.641	8.411,37
2023	205.846	21.735.850	9.470,35

Dados anteriores ao Censo de 2022 e, portanto, sujeitos a revisão.

*Estimativa

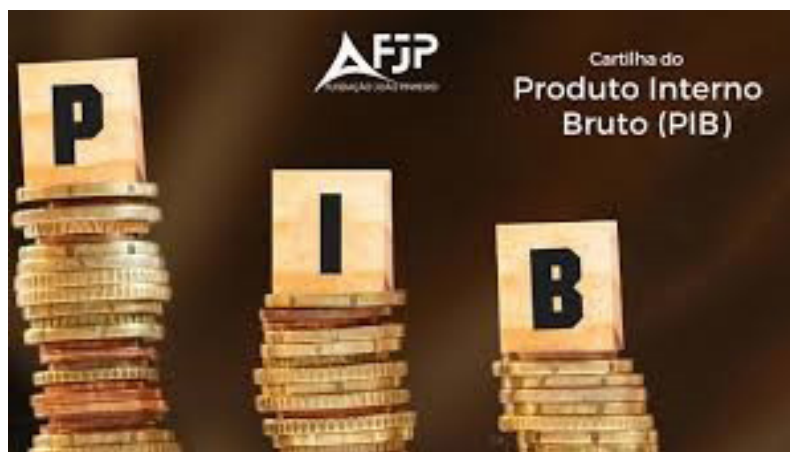
Fonte: IBGE/Elaboração: MinasPart Desenvolvimento

Na íntegra, é a seguinte a nota divulgada pela FJP-Fundação João Pinheiro:

Impulsionado pelo crescimento em todas as atividades econômicas no último ano, Minas Gerais encerrou 2023 com o maior Produto Interno Bruto (PIB) da sua história. Pela primeira vez, o Estado superou, em preços correntes, a casa de R\$ 1 trilhão (R\$ 1,028 trilhão), um avanço real de 3,1% na geração de riquezas frente a 2022. Os dados foram divulgados, no dia 14/3, pelo governador Romeu Zema e o vice Professor Mateus, com a Fundação João Pinheiro (FJP), responsável pelo estudo.

O desempenho de Minas Gerais ficou acima da média do país, que foi de alta de 2,9%, confirmando que as políticas públicas de fomento ao desenvolvimento econômico do Governo do Estado estão no caminho certo. No ano passado, a fatia mineira no PIB nacional fechou em 9,5%, o que coloca o estado em 3º lugar entre todos os outros, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Para o governador Romeu Zema, a marca de R\$ 1 trilhão do PIB con-

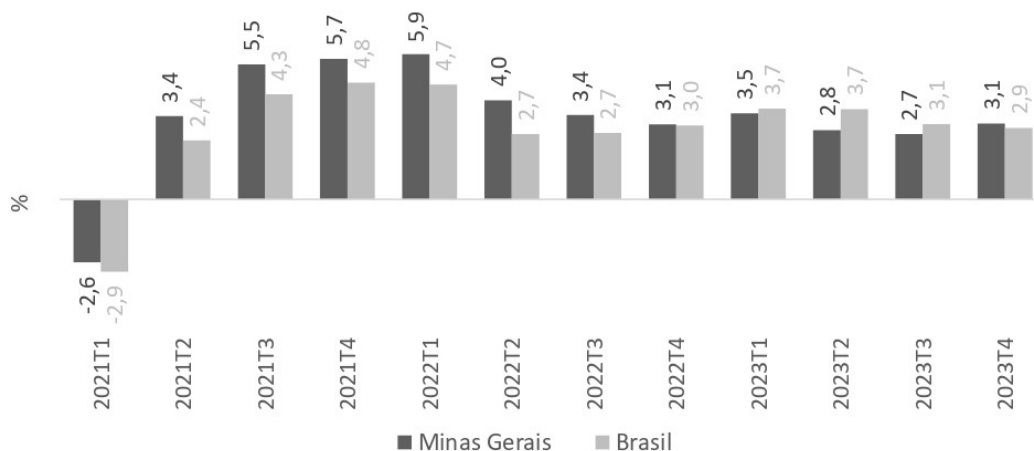


firma o empenho da atual gestão em impulsionar a economia do Estado, por meio da atração recorde de investimentos conquistada nos últimos anos, cenário que também favorece a geração de empregos e o aumento da renda da população mineira.

“É uma marca extremamente relevante para o Estado e está de acordo com aquilo que nós sempre falamos: é preciso melhorar a saúde, a educação, a segurança, a infraes-

trutura. Mas o mineiro quer também ter emprego, ter melhoria na renda. A atração de investimentos tem um papel fundamental neste processo. Temos R\$ 390 bilhões atraídos na nossa gestão. Só para efeitos de comparação, o governo anterior atraiu R\$ 26 bilhões. É uma mudança de patamar total. Diante disso, a nossa meta até o final de 2026 é gerar um milhão de empregos. Já estamos na casa dos 750 mil empregos e vamos chegar lá”, diz o governador.

Gráfico 1 – Taxas de variação real do PIB (acumulado em quatro trimestres) – Brasil e Minas Gerais – 1º trimestre de 2021-4º trimestre de 2023



Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2023 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

O vice-governador Professor Mateus ressaltou a evolução da participação do PIB de Minas em relação ao país, tendo registrado crescimento de 0,8 ponto percentual na parcela mineira da produção de riquezas do Brasil, desde o início da atual gestão.

“A gente recebe o Estado com a economia mineira representando 8,8% do PIB brasileiro. Hoje, estamos em 9,6% de participação. Esse crescimento é muito importante porque demonstra a capacidade de Minas Gerais atrair investimentos e gerar oportunidades, mesmo tendo passado por uma grave crise que afetou todo o mundo durante a pandemia de 2020. Tivemos mudança de cenário econômico e continuamos progredindo. Ficamos felizes de ver essa participação aumentar”, avalia o vice-governador.

LÍDERES DE CRESCIMENTO

De acordo com os dados da FJP em relação ao PIB de Minas Gerais, em 2023 a Agropecuária foi o setor que mais cresceu percentualmente, 11,5%, seguida da Indústria (3,1%) e Serviços (2,2%).

“Tivemos o setor agropecuário

com o aumento de volume de produção, com as principais culturas apresentando acréscimo. Na indústria extrativa mineral, houve um crescimento importante na produção do minério de ferro com as principais empresas do setor. Ainda na indústria, outro destaque foi o segmento de Energia e Saneamento, que, com o aumento das temperaturas e do consumo de energia, elevou a geração de eletricidade. Nesse aspecto, houve crescimento robusto na produção de energia solar fotovoltaica, onde tivemos uma série de investimentos nos últimos anos no estado”, analisou o pesquisador da Coordenação de Contas Regionais da FJP, Thiago Almeida.

Apesar do menor avanço dos Serviços, o peso do crescimento do setor na geração de riquezas do estado é significativo. Isso porque o segmento representa quase dois terços da economia mineira. Ele inclui as atividades de comércio, transportes, administração pública e outros serviços.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Fernando Passalio, avalia que a expansão da economia mineira resulta do es-

forço conjunto e diário do Governo de Minas para consolidar o estado no lugar de destaque que merece no país.

“Nos últimos cinco anos, e agora entramos para o sexto, temos buscado, intensamente, impulsionar o desenvolvimento econômico mineiro. Para isso, são constantes os esforços para estruturar o nosso estado e atrair investimentos privados para Minas Gerais. E é isso que temos feito por meio de ações conjuntas, orquestradas pelo governador Romeu Zema e o vice Professor Mateus. Os números do PIB reiteram que Minas Gerais avança no caminho certo”, afirmou.

GERAÇÃO DE ENERGIA E DE RIQUEZAS

Na produção industrial estadual, um dos destaques no ano passado, que reflete o intenso trabalho de estímulo do Governo de Minas ao desenvolvimento econômico e responsável, foi o setor de Energia. No período, a geração de eletricidade no território mineiro, em GWh, apresentou crescimento de 15,8% frente a 2022. No confronto com o trimestre imediatamente anterior, também houve alta, de 16,7%.

Tabela 1 – Taxas de variação real dos principais agregados macroeconômicos – Brasil e Minas Gerais – 4º trimestre de 2023 (%)

Agregado Macroeconômico	Base de Comparação			
	Trimestre imediatamente anterior	Mesmo trimestre do ano anterior	Acumulado no ano	Acumulado em quatro trimestres
Minas Gerais				
PIB	-0,5	2,6	3,1	3,1
Valor Adicionado de todas as atividades	-0,5	2,6	3,2	3,2
Agropecuária	-9,4	8,5	11,5	11,5
Indústrias	2,0	2,5	3,1	3,1
Indústrias extrativas	14,0	10,3	7,6	7,6
Indústrias de transformação	-1,8	-1,9	1,2	1,2
Utilidades públicas	8,5	14,9	8,7	8,7
Construção	2,6	1,0	-0,5	-0,5
Serviços	0,2	2,3	2,2	2,2
Comércio	-0,7	0,7	1,0	1,0
Transporte	2,4	9,2	6,6	6,6
Outros serviços	0,3	3,5	4,4	4,4
Administração pública	0,1	1,3	1,1	1,1
Brasil				
PIB	0,0	2,1	2,9	2,9
Valor Adicionado de todas as atividades	-0,1	2,3	3,0	3,0
Agropecuária	-5,3	0,0	15,1	15,1
Indústrias	1,3	2,9	1,6	1,6
Indústrias extrativas	4,7	10,8	8,7	8,7
Indústrias de transformação	-0,2	-0,5	-1,3	-1,3
Utilidades públicas	2,8	8,7	6,5	6,5
Construção	4,2	0,9	-0,5	-0,5
Serviços	0,3	1,9	2,4	2,4
Comércio	-0,8	-0,1	0,6	0,6
Transporte	-0,6	0,0	2,6	2,6
Outros serviços	0,6	2,8	3,6	3,6
Administração pública	0,1	1,7	1,1	1,1

Fonte: IBGE, Coordenação de Contas Nacionais (Conac). FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Estimativas preliminares, sujeitas à revisão.

Na comparação anual, o aumento da geração ocorreu nas usinas de Furnas, de Peixoto/Mascarenhas de Moraes, Marimbondo, Porto Colômbia, Três Marias, Nova Ponte e Água Vermelha, segundo dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

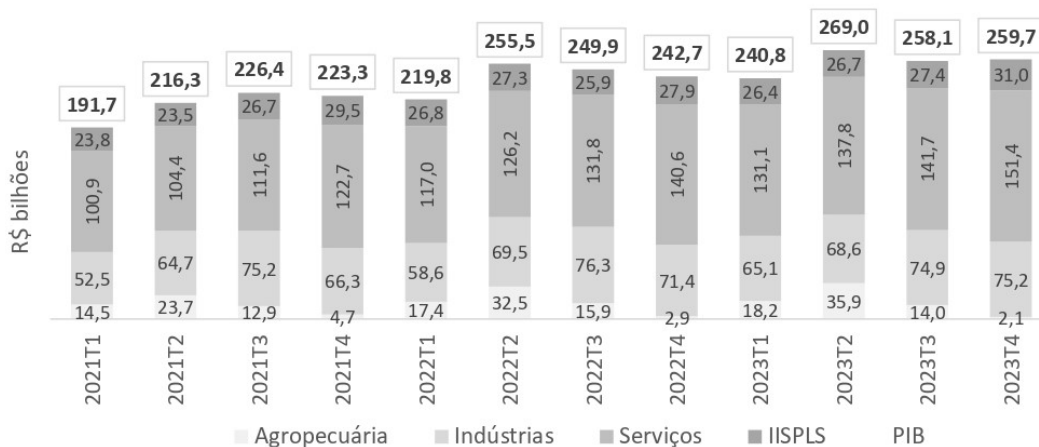
Desde 2019, o Governo tem mostrado o compromisso de conduzir Minas no processo da transição energética, com a geração de energia por meio de fontes limpas e renováveis. Uma das políticas públicas de destaque da atual gestão, neste sen-

tido, é o Projeto Sol de Minas, executado pela Sede-MG, e que explica o sucesso do estado na geração solar fotovoltaica.

O subsecretário de Atração de Investimentos e Cadeias Produtivas, Frederico Amaral e Silva, reforça ainda que o crescimento da geração de energia limpa no estado tem a ver não só com o desenvolvimento da energia solar, mas com o de outras matrizes de energia de fontes limpas, salutares para o processo de transição energética em todo o mundo.

“Em Minas, já são mais de 7 GW de geração de energia solar, sendo que fomos o primeiro estado brasileiro a atingir a marca, já em 2024, de 4 GW de geração centralizada. Isso significa que 20%, ou seja, um quinto de toda a energia gerada em Minas pela nossa matriz elétrica é proveniente de fonte solar. Os números são frutos dos esforços desta gestão para impulsionar essa cadeia produtiva e dar a este setor todo respaldo e apoio necessários para que ele possa se desenvolver”, explica o subsecretário da Sede-MG.

Gráfico 2 – Valor Adicionado Setorial, Impostos sobre Produtos (IISPLS) e PIB a preços correntes – Minas Gerais – 1º trimestre de 2021-4º trimestre de 2023



Fonte: FJP, Coordenação de Contas Regionais (CCR).

Nota: Os resultados trimestrais de 2022 a 2023 permanecem como preliminares até a divulgação das pesquisas estruturais do IBGE e sua incorporação pelo Sistema de Contas Regionais (SCR-MG).

LIBERDADE ECONÔMICA ATRAI INVESTIDORES

Na comparação do quarto trimestre de 2023 com igual intervalo em 2022, Minas também registrou expansão real na atividade econômica, que foi de 2,6%. Houve aumento das quantidades produzidas tanto na agropecuária quanto nas indústrias e nos serviços. Frente ao trimestre imediatamente anterior na série com ajuste sazonal, verificou-se recuo de 0,5%.

O estímulo à atividade econômica mineira ao longo de todo o ano resulta também da implantação dos princípios da Lei de Liberdade Econômica, por meio do Programa Minas Livre

Para Crescer, na região. O objetivo da atual gestão é transformar Minas Gerais no estado mais livre para se empreender no Brasil.

De 2019 até agora, o Governo do Estado já atraiu mais de R\$ 391 bilhões em investimentos privados, em protocolos que representam a criação de mais de 194,3 mil empregos diretos.

Os principais setores contemplados são: Infraestrutura (R\$ 90 bilhões), Mineração (R\$ 85,7 bilhões), Energia Solar (R\$ 74,9 bilhões), Ferroviário (R\$ 33,6 bilhões), Automotivo e Autopeças (R\$ 26,1 bilhões), Sucreenergético (R\$ 12,4 bilhões), Minerais Críticos (R\$ 9,8 bilhões), Outras Energias (R\$ 7,2

bilhões), Siderurgia (R\$ 6,4 bilhões) e Embalagens (R\$ 5,8 bilhões).

Na avaliação do secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Sepapa), Thales Fernandes, o bom desempenho do setor agropecuário no estado se deve ao aumento, no ano passado, da produção de algumas culturas relevantes no estado, especialmente o café.

Foi um ano de bienalidade positiva, característica da cultura do café, que alterna anos de safra boa com outra de produção menor. Em 2023, o crescimento foi em torno de 7 milhões de sacas. Houve aumento também no milho de segunda safra, soja e cana-de-açúcar”, destacou.”

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, possuindo vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MERCADOCOMUM**. Autor de vários livros e, entre os quais, a coletânea intitulada “Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI” e “A Economia com Todas as Letras e Números”.

Nacionalidade portuguesa: morosidade na análise de processos preocupa requerentes

Antes mais eficientes, eles enfrentam longos atrasos por conta de sobrecarga e falta de capacitação dos profissionais

A análise de processos de nacionalidade portuguesa tem enfrentado consideráveis atrasos recentemente, gerando preocupação entre os requerentes que aguardam ansiosamente por suas decisões. O que antes era um procedimento relativamente eficiente, tanto antes quanto durante a pandemia, agora se tornou uma jornada mais demorada e frustrante para muitos.

De acordo com Leônia Pinheiro, sócia diretora da CV Assessoria Internacional, empresa especializada em assessoria em imigração, nacionalidade e negócios internacionais, antes da pandemia, os processos eram conduzidos com relativa eficiência, cumprindo os prazos estabelecidos e proporcionando aos requerentes uma resposta dentro de um período razoável. “No entanto, com a crise sanitária, houve uma sobrecarga nos sistemas administrativos, resultando em atrasos significativos na análise e decisão dos processos”, acrescenta.

Além disso, ela explica que a recente descentralização dos processos de nacionalidade portuguesa, antes concentrados em Lisboa e Porto, para as conservatórias (cartórios) de todo o país, também contribuiu para essa morosidade. Muitas dessas conservatórias não possuíam experiência prévia na análise dos processos e, conseqüentemente, não estavam preparadas para lidar com o volume e complexidade das solicitações. Ela destaca ainda que muitos funcionários estão se aposentando mensalmente e sem reposição, já que não há concursos públicos para novas contratações há duas décadas.

“A morosidade tem sido atribuída oficialmente ao aumento significativo no



número de pedidos. De 2010 a 2016, a média era de 100 mil casos anuais, mas, nos últimos anos, essa cifra aumentou consideravelmente”, diz. Em 2021, eles ultrapassaram os 195 mil, e em 2022, estima-se que tenham chegado a cerca de 250 mil casos. Adicionalmente, os meios técnicos disponíveis são inadequados, com computadores ultrapassados e sistemas operacionais obsoletos.

Essa combinação de fatores tem resultado na conhecida demora nos processos, acumulando-se ano após ano e causando frustração entre cidadãos e profissionais do setor. “O Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado estima que havia cerca de 300 mil processos pendentes até o fim do ano passado”, pontua.

Diante dessa situação, os requerentes enfrentam a incerteza e a frustração de não receberem uma resposta dentro dos prazos inicialmente estabelecidos, o que pode ter impactos importantes em suas vidas e planos futuros.

“A morosidade na análise dos processos de nacionalidade portuguesa é um problema sério que afeta direta-

mente os requerentes, muitos dos quais têm planos e expectativas dependentes dessa decisão. A descentralização dos processos para conservatórias menos experientes e a sobrecarga resultante da pandemia contribuíram significativamente para esses atrasos”, conclui a especialista. Ela destaca a importância de possuir uma assessoria especializada que possa garantir o envio correto dos documentos para facilitar essa análise junto às autoridades.

Leônia Pinheiro é uma empresária com uma sólida formação em Economia e Marketing, que acumulou 20 anos de experiência no mercado financeiro e administrativo no Brasil, trabalhando em multinacionais de renome como ABN Amro Bank, Redecard, Distribuidor Norsa da Coca-Cola Portugal e Buhmara & Romero Consultoria de Marketing. Em seguida, mudou-se para Portugal, onde desempenhou funções importantes, incluindo o cargo de Sócia Diretora na empresa Portugal Consultoria Internacional desde 2018, bem como na CV Assessoria Internacional. Ao longo de sua trajetória profissional, Leônia assumiu cargos de coordenação e gestão de equipe e processos.

Um em cada quatro celulares vendidos no Brasil é irregular

De acordo com a Abinee, total de aparelhos comercializados ilegalmente cresceu de 10% no final de 2022 para 25%; marketplaces são o principal ponto de venda

O volume de celulares vendidos ilegalmente no Brasil dobrou em apenas um ano. De acordo a IDC, empresa líder global em inteligência de mercado, consultoria e eventos para a indústria de TIC, a quantidade de aparelhos ilegais passou de 10% do mercado total de telefones celulares no Brasil em 2022 para 25% no último trimestre de 2023, fechando o ano com um total de 6,2 milhões de unidades vendidas no País, de forma ilegal.

A Abinee estima que 90% do total de smartphones contrabandeados hoje no Brasil sejam vendidos via marketplaces, com valor 38% abaixo do vendido no mercado oficial. “Trata-se de uma prática que está se generalizando e tomando proporções inaceitáveis”, afirma o presidente da Abinee, Humberto Barbato. “Precisamos de ações mais enérgicas por parte do governo para coibir esta prática.”

São produtos importados majoritariamente via Paraguai, que não possuem certificação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), não têm garantia dos fabricantes nem assistência técnica, e não passam em testes de segurança nem de funcionamento, o que, além de irregular, prejudica os consumidores, muitas vezes levados a comprar os produtos com base em informações enganosas divulgadas pelos marketplaces.

Enquanto isso, os fabricantes instalados no Brasil oferecem garantia de 12 meses do produto, cumprem as regras de certificação, investem em Pesquisa e Desenvolvimento e empregam milhares de trabalhadores. Em 2024, a Abinee estima que o



governo federal deixará de arrecadar R\$ 4 bilhões, em função da evasão fiscal. O impacto nos empregos pode atingir 10 mil postos de trabalho diretos e indiretos. E devem deixar de ser feitos cerca de R\$ 400 milhões de investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento.

“O ingresso de mercadorias no País, sem pagamento de impostos, é uma prática ilícita, que fomenta o crime organizado, a corrupção e a violência não apenas em nossas fronteiras, como no País inteiro”, avalia Barbato.

Além disso, o contrabando afeta a cadeia produtiva como um todo. “Trata-se de um efeito cascata que compromete diretamente a indústria de componentes, de memória, carregadores e placas, além dos institutos de pesquisa, que perdem importantes recursos em suas atividades”, ressalta Carneiro.

A Abinee já acionou o governo federal, por meio de Ministérios (Fazenda, MCTI, Justiça, MDIC e MCom) e da Anatel, com quem mantém diálogo

semanal, além da Receita Federal, demonstrando sua preocupação com o tema, e da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo. Apesar de ações de fiscalização e de apreensões na fronteira entre Brasil e Paraguai, a Associação avalia que somente uma fiscalização efetiva dos marketplaces será capaz de coibir a prática irregular.

Fundada em setembro de 1963, a Abinee é uma sociedade civil sem fins lucrativos que representa a indústria elétrica e eletrônica, congregando empresas nacionais e estrangeiras. Fazem parte do quadro de associadas fabricantes das áreas de Automação Industrial; Componentes Elétricos e Eletrônicos; Dispositivos Móveis de Comunicação; Equipamentos Industriais; Equipamentos para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica; Informática; Material Elétrico de Instalação e Telecomunicações. Com sede em São Paulo, a entidade tem sua atuação garantida ao nível nacional por meio de diretorias e escritórios em Minas Gerais, Nordeste, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Brasília.

Dengue: Brasil ultrapassa 2 milhões de casos

O Brasil registrou, no dia 22 de março, mais de 2 milhões de casos prováveis de dengue, ao passo que mais de 715 mortes pela doença já foram confirmadas. De acordo com dados do Painel de Arboviroses divulgado pelo Ministério da Saúde, outras 1.078 mortes estão em investigação.

O balanço mostra que o país tem um coeficiente de incidência de aproximadamente 1.007 casos a cada 100 mil habitantes. Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Goiás contam com as maiores taxas de incidência da doença.

Até o momento, cerca de oito unidades da federação já decretaram estado de emergência por conta do número elevado de casos de dengue. Entre elas estão Rio de Janeiro; Espírito Santo; Minas Gerais e Santa Catarina.



Ainda segundo o ministério, a incidência de casos prováveis é maior entre mulheres (55,5%). A faixa etá-

ria que apresenta o maior número de notificações são os adultos entre 20 e 29 anos.

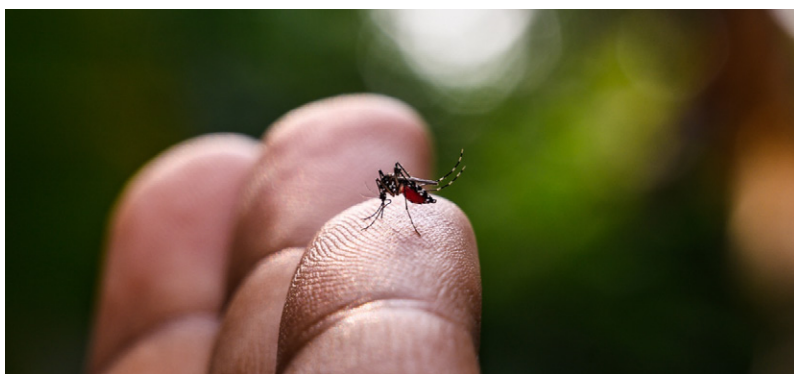
Fonte: Brasil 61

Covid-19, Dengue, Zika e Chikungunya: como diferenciar os sintomas



Com o aumento alarmante dos casos de dengue no Brasil, surge uma preocupação adicional para a população: como distinguir os sintomas da dengue dos sintomas de outras doenças virais, como Covid-19, Zika e Chikungunya? Embora essas doenças possam compartilhar sintomas semelhantes, pequenos sinais podem ajudar a especificar cada uma delas, permitindo um diagnóstico mais preciso e um tratamento adequado.

A Dra. Marcela Rodrigues, diretora da Salus Imunizações, destaca a importância de identificar corretamente os sintomas para evitar o agravamento da condição e garantir o tratamento adequado. Aqui estão algumas orientações para ajudar na diferenciação entre essas doenças:



COVID-19:

- *Sintomas mais comuns incluem febre, tosse seca, cansaço e dificuldade respiratória.*
- *Perda de olfato e paladar também são sinais distintivos da Covid-19.*
- *Pode haver sintomas gastrointestinais, como náuseas, vômitos e diarreia.*
- *Importante ressaltar que a Covid-19 pode variar de leve a grave e pode causar complicações respiratórias graves em alguns casos.*

DENGUE:

- *Sintomas típicos incluem febre alta repentina, dor de cabeça intensa, dor atrás dos olhos, dores musculares e articulares e erupções cutâneas.*

- *A dengue pode causar sintomas gastrointestinais, como náuseas, vômitos e dor abdominal.*
- *Preste atenção a sintomas de alerta, como dor abdominal intensa, sangramento das gengivas, dificuldade respiratória e vômitos persistentes, que podem indicar complicações graves, como dengue hemorrágica.*

ZIKA:

- *Sintomas característicos incluem febre baixa, erupção cutânea, dores nas articulações, conjuntivite e dor de cabeça.*
- *A principal preocupação com o Zika é seu impacto em mulheres grávidas, podendo causar complicações graves no feto, como microcefalia.*

CHIKUNGUNYA:

- *Sintomas comuns incluem febre alta repentina, dores nas articulações (que podem ser intensas), dor de cabeça, fadiga e erupção cutânea.*
- *A dor nas articulações é um sintoma distintivo da chikungunya e pode ser grave e debilitante.*

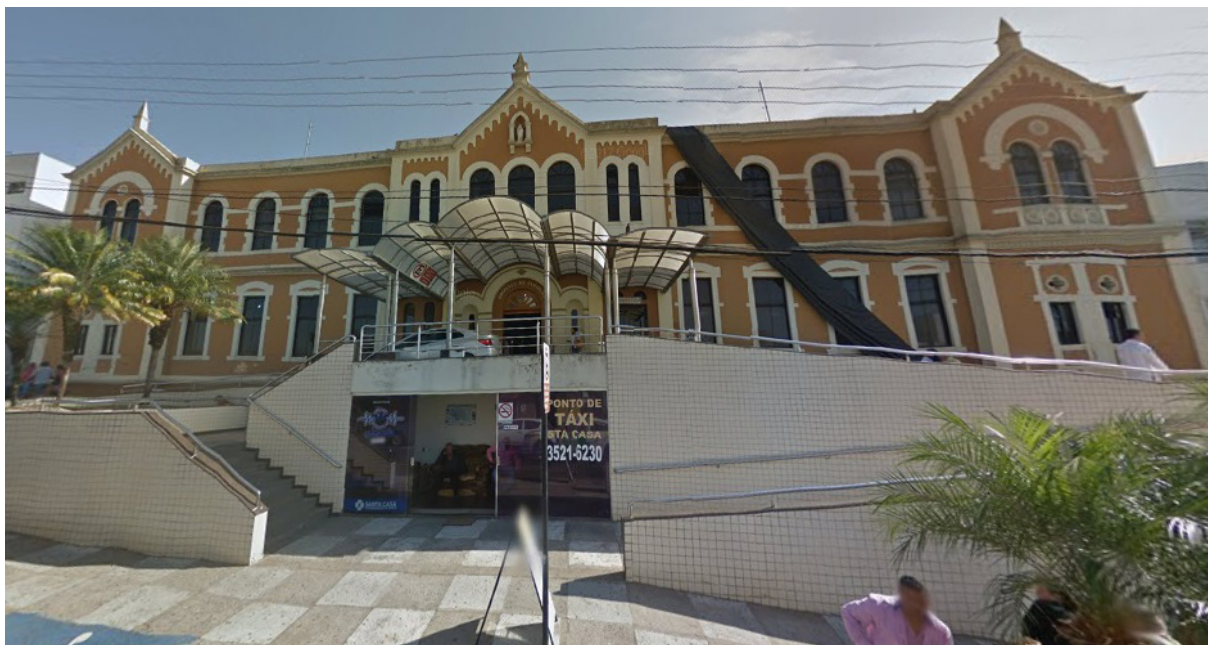
É importante ressaltar que, embora essas diretrizes possam ajudar a diferenciar as doenças, o diagnóstico definitivo deve ser feito por um profissional de saúde com base em exames clínicos e laboratoriais. Se você estiver experimentando sintomas preocupantes ou se estiver em uma área onde essas doenças são endêmicas, procure orientação médica imediatamente.

A conscientização sobre os sintomas e as medidas preventivas, como o uso de repelentes, a eliminação de criadouros de mosquitos e a prática de medidas de higiene, são essenciais para combater essas doenças virais. Por meio da educação e da colaboração com profissionais de saúde, podemos melhorar a prevenção, o diagnóstico e o tratamento dessas condições, protegendo assim a saúde e o bem-estar de nossa comunidade. finaliza Dra Marcela Rodrigues.

A Clínica de Vacinas Salus Imunizações é liderada pela Dra. Marcela Rodrigues, diretora da clínica e médica com 25 anos de experiência em dermatologia. Ela é membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia, Sociedade Brasileira de Imunização e Associação Brasileira de Melanoma. O Dr. Marco César Roque, diretor técnico, é médico especializado em Neurologia Pediátrica, responsável pelo setor de Neurologia Pediátrica do Grupo Santa Joana. Ele também é membro da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil e preceptor no programa de Residência Médica do Hospital Municipal Infantil Menino Jesus-PMSP. A equipe da Salus Imunizações está comprometida em fornecer serviços de vacinação de qualidade e segurança.

Minas Gerais tem 14 hospitais entre os melhores do Brasil

7 hospitais são acreditados pela ONA em Minas Gerais



Anualmente, os hospitais de todo o mundo aguardam a classificação do “The World’s Best Hospitals 2024”, pesquisa realizada pela Statista, em parceria com revista Newsweek, dos Estados Unidos que revela os melhores hospitais. Na lista do Brasil, foram ranqueados 115 hospitais, sendo 14 em Minas Gerais, na região sudeste do País. Sete deles são acreditados pela ONA – Organização Nacional de Acreditação.

IMPORTÂNCIA DA ACREDITAÇÃO

Um dos caminhos para conquistar um lugar ao pódio entre os melhores hospitais brasileiros é passar por um processo de acreditação para chancelar os padrões de alta performance em qualidade e a segurança do paciente, além de atestar a melhoria contínua de seus processos.

Em torno de 48% dos estabelecimentos nacionais, classificados neste ranking, são acreditados pela ONA (Organização Nacional de Acreditação) – Instituição privada de interesse coletivo e sem fins lucrativos – responsável pelo desenvolvimento e pela gestão dos padrões brasileiros de qualidade e segurança em saúde no Brasil. Atualmente, é a terceira maior certificadora do mundo em termos de volume de acreditação

“É muito gratificante saber que nossas organizações estão classificadas no ranking mundial dos melhores hospitais em 2024. Isto demonstra que estamos no caminho certo para a verdadeira transformação do setor saúde e melhora do processo assistencial. A ONA, sem dúvida, através do processo de acreditação, contribui muito para este desenvolvimento contínuo, cita Fábio Leite Gastal, presidente da ONA.

Os hospitais de Minas Gerais que estão no ranking dos melhores do Brasil e quais são acreditados:

- 14^a Santa Casa de Misericórdia de Passos - acreditado ONA
- 16^a Hospital Mater Dei Santo Agostinho
- 18^a Hospital Madre Teresa acreditado ONA
- 19^a Biocor Instituto
- 23^a Hospital Marcio Cunha acreditado ONA
- 24^a Hospital Felício Rocho
- 35^a Hospital Vila da Serra
- 37^a Hospital Santa Lúcia Hospital do Coração - acreditado ONA
- 43^a Hospital Santa Casa Montes Claros - acreditado ONA
- 51^a Hospital Monte Sinai acreditado ONA
- 52^a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora - acreditado ONA
- 53^a Hospital Unimed Unidade Contorno
- 86^a Mater Dei Hospital Contorno
- 96^a Hospital das Clínicas da UFMG



O dinheiro pode comprar melhores cuidados de saúde?

Mara Machado

CEO do Instituto Qualisa de Gestão (IQG), que há 30 anos capacita pessoas e contribui com as instituições de saúde para reestruturar o sistema de gestão vigente, impulsionar a estratégia de inovação e formar um quadro de coordenação entre todos os atores decisórios.

Examinar o setor de saúde através de lentes focadas nos custos revela uma tendência perturbadora. O custo per capita dos cuidados médicos, está entre os mais elevados do mundo, cresce em média 3,5% anualmente e é provável que continue a aumentar.

Historicamente, a maioria das abordagens orientadas para os custos para resolver estas questões tem dependido das intervenções governamentais para regular o mercado dos cuidados de saúde.

No entanto, o atual clima político põe em dúvida a probabilidade de que uma solução política abrangente seja implementada no Brasil num futuro próximo.

E se priorizássemos resultados de qualidade?

O debate sobre os cuidados de saúde centra-se frequentemente em duas questões principais: qualidade e custo. Contudo, devido às características únicas dos cuidados de saúde, esta relação não é tão simples como pode parecer.

O foco em resultados de qualidade alcança melhorias na saúde e reduz custos, incentivando as opções de tratamento mais eficientes e eficazes. Em vez de procurar maximizar os lucros aumentando o número de serviços prestados aos pacientes, é preciso identificar e prosseguir os planos de



tratamento com melhor relação custo-benefício, e com qualidade.

A gestão da qualidade apoia a eliminação de serviços desnecessários, reduz custos administrativos e aumentam a qualidade do atendimento, o que, por sua vez, reduz custos sem ter um impacto adverso na saúde dos pacientes.

Melhorar o sistema de saúde brasileiro é uma tarefa desafiadora que requer uma compreensão profunda do quadro de incentivos que perpetua o status quo. Concentrar-se apenas na redução dos custos dos cuidados de saúde, embora pareça ser um objetivo que vale a pena, resolve apenas meta-

de do problema.

No entanto, dar prioridade a resultados de cuidados de saúde de qualidade aborda os principais problemas do sistema de saúde e obtém custos mais baixos como consequência positiva.

É urgente uma política nacional que aborde diretamente aspectos da qualidade dos cuidados, combinado com políticas relacionadas, uma vez que afeta os custos dos cuidados. A nossa premissa é que os problemas de qualidade podem não ser o resultado de restrições de financiamento, mas as questões de qualidade contribuem significativamente para o aumento do financiamento.



Nápoles - Não conhecer é pouco entender a Itália

Paulo Queiroga

Com ajuda do Blog: malapronta.com.br



O Golfo de Nápoles, que abriga cidade de mesmo nome, acumula culturas diversas em sua história. Pela posição estratégica, foi conquistado por gregos, romanos, espanhóis, foi reino autônomo e se unificou com a Itália no século XIX.

A cidade de Nápoles, até hoje, um caldo efervescente de experiência humana, é Patrimônio da Humanidade e uma das mais autênticas expressões da cultura italiana.

Terceira cidade do país, depois de Roma e Milão, Nápolis fica na região da Campânia, costa do Mar Tirreno, uma espécie de coração pulsante da Itália há pelo menos 2.500 anos.

Com um núcleo urbano de mais de 1 milhão de habitantes, ela fica próxima ao famoso vulcão Vesúvio, que, no ano 79 A.C, exterminou, de forma impressionante, as cidades vizinhas de Pompeia e Herculano.

Além de berço da famosa pizza, que conquistou o mundo inteiro, a Bella Napoli ferve de história, arqueologia, obras de arte, museus, castelos, palácios e um centro urbano inquieto, muito próprio dos costumes de seu povo.

Ali também se concentram poderes políticos e religiosos históricos. Em Nápoles nasceram nada menos que

cinco papas da Igreja Católica: Bonifácio V, Urbano VI, Bonifácio IX, Paulo IV, Inocêncio XII.

Além da história e arquitetura, a cidade é como um cartão postal vibrante de pessoas, aromas e sensações.

Se resumirmos a alma mais densa e profunda de Nápoles, ela estaria no bairro de Scapanapoli - nome da estrada antiga que corta a cidade em duas metades - e onde, a partir do século IV a.C, os romanos instalaram seu domínio em cima das antigas construções gregas.

Ali se concentram os principais monumentos históricos, igrejas, palá-

cios, castelos, restaurantes tradicionais e a riqueza cultural deste povo absolutamente singular.

Cada porta nas ruelas dessa muvuca urbana é um lugar onde se vê e se vende de tudo: souvenirs, os melhores doces, o melhor café, lojas de grife internacional e, claro, a melhor pizza napolitana.

Em alguns locais de Nápoles as visitas são imprescindíveis. Seja pela singularidade, seja, especialmente, pela excelência da arte. É o caso, por exemplo, da Capela de San Severo, praticamente escondida num dos becos de Nápoles.

Neste pequeno lugar de fé, entre mais de 300 igrejas e capelas da cidade, está exposta umas das obras mais impressionantes de escultura em mármore feitas até hoje, o Cristo Velado, fruto do talento do escultor napolitano Giuseppe Sanmartino (1720 – 1793).

Seu trabalho artístico é considerado obra-prima da escultura europeia do século XVIII e uma das maiores obras de todos os tempos. A Escultura representa Cristo morto, deitado sobre um colchão, coberto por um fino sudário e disposto de forma tão rente ao corpo que não parece ser feito na pedra. O efeito visual é como se existisse uma transparência entre o véu e o corpo, esculpido em um único bloco de mármore. Algo quase transcendental.

Outras singularidades da cultura napolitana são a mística, a superstição e a veneração dos santos. O santo mais importante é San Genaro, padroeiro de Nápoles, mártir cristão, decapitado pelo Imperador Diocleciano, por volta do ano 300.

A tradição católica celebra que, pouco após a morte de San Genaro, seu sangue foi coletado por uma mulher chamada Eusébia, que o teria deixado próximo ao corpo. Segundo a lenda, após séculos, o sangue do mártir pe-



trificado ainda se faz liquefeito em dias especiais como sinal de bênção aos napolitanos.

Este milagre é celebrado até hoje no Duomo de Nápoles, em culto católico, onde se conservam o busto do santo e as ampolas que contêm o sangue. A crença popular diz que duas vezes por ano (maio e setembro) o milagre da liquefação do sangue deve se repetir para trazer bons presságios.

A gente sai de Nápolis com a sensação de ainda ser cedo ou com certeza de que que voltaremos ao lugar que representa o coração da Itália. História, arqueologia, arte, arquitetura e uma vida palpitante plasmam o coração desta metrópole milenar e de seu povo.

Se você não conhecer Nápoles, certamente, não conhecerá a Itália.

Novo perfil de trabalho: a presença da Inteligência Artificial vai intervir cada vez mais no mercado

Nos últimos anos, testemunhamos um verdadeiro boom de informações, especulações e debates sobre o impacto da Inteligência Artificial Generativa. A popularização dessas ferramentas está tornando o mercado de trabalho cada vez mais competitivo, onde análises e desenvolvimentos tecnológicos se tornam pontos-chave para se destacar. Marcos Sanchez, CTO da Saint Paul Escola de Negócios, ressalta que a IA continuará a intervir no mercado, modificando e aprimorando diversas profissões, incluindo a de desenvolvedor de software.

De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentados no Fórum Mundial 2024, quase 40% dos empregos em todo o mundo serão impactados pelo avanço da IA nos próximos anos, substituindo algumas profissões e complementando outras. Essa influência será ainda mais significativa em países com economias avançadas, podendo atingir até 60% dos empregos. Nos mercados emergentes e em países de baixa renda, as proporções são de 40% e 26%, respectivamente.

"A IA funciona como um mecanismo de previsão baseado em algoritmos altamente eficazes e ágeis, não substituindo a presença humana, mas sim automatizando tarefas e aumentando sua importância. O ponto-chave é que, com uma maior integração da IA no ambiente de trabalho, o foco humano se desloca para níveis mais elevados de criatividade, desenvolvimento e intelecto. Além disso, a implementação da IA também traz consigo benefícios tangíveis, como a redução de custos operacionais e o aumento da produtividade",



explica Marcos Sanchez, CTO da Saint Paul Escola de Negócios.

A integração de ferramentas autônomas em serviços de desenvolvimentos de softwares, por exemplo, permite mais agilidade e precisão. No entanto, isso não significa que a profissão de programador será extinta, só haverá uma adaptação no perfil de trabalhador.

"Atualmente, diversas ferramentas de Inteligência Artificial facilitam o processo de programação e podem acelerar o desenvolvimento de códigos em menos tempo. No entanto, é importante ressaltar que essas ferramentas não substituem os programadores; ao contrário, demandam que estes adquiram habilidades para usá-las e se tornem mais analíticos. Essa dinâmica reflete um paralelo com a Revolução Industrial: aqueles que estiverem mais preparados para utilizar as ferramentas terão uma vantagem competitiva," ressalta Sanchez.

Outro tema muito importante e que está praticamente iniciando no Brasil é o desenvolvimento de políticas públicas que orientem o uso de Inteligência Artificial. Esse tema teve avanço na Europa, mas está parado no Brasil.

A evolução tecnológica está transformando o ambiente de trabalho e criando uma demanda por conhecimentos complementares à Inteligência Artificial (IA). Os profissionais devem desenvolver habilidades em interpretar dados e buscar aprendizado contínuo. "Essa mudança requer uma abordagem ampla para o desenvolvimento profissional, enfatizando a importância de estar pronto para adquirir novas competências e permanecer relevante em um mercado de trabalho em constante mudança", conclui.

Fundada há 25 anos, a Saint Paul Escola de Negócios tem como missão antecipar tendências, gerando impactos positivos na sociedade e no mundo corporativo. Com cursos de educação executiva, graduação, pós-graduação, MBAs Executivos e High Impact Programs, a escola já esteve cinco vezes no ranking das melhores do mundo do Financial Times e é referência em educação corporativa, transformando seus alunos e alunas em profissionais completos, com mindset amplo e postura disruptiva para o mercado.

Desde a sua fundação, a Saint Paul foi reconhecida com diversos prêmios, e está há nove anos consecutivos entre as mais admiradas pelos líderes de RH, segundo o ranking Top Of Mind, além de vencer por duas vezes na categoria educação o prêmio de Maturidade Digital McKinsey + Valor Econômico.

PIB brasileiro cresce, mas inovação no país ainda é falha

Alexandre Pierro

Mestrando em gestão e engenharia da inovação, bacharel em engenharia mecânica, física nuclear e sócio fundador da PALAS, consultoria pioneira na ISO de inovação na América Latina

No começo de março, nos deparamos com a notícia do aumento do PIB brasileiro em 2023, tendo registrado um crescimento de 2,9% no ano, conforme dados do IBGE. O PIB representa em torno de R\$ 10,9 trilhões movimentados na economia do Brasil – e boa parte desta expansão foi contribuída pelo agronegócio. E, por mais que o anúncio pareça animador em um primeiro momento, pouco deste resultado foi refletido por verdadeiros avanços inovadores no nosso país, o que demonstra certas dificuldades que ainda precisam ser supridas para que possamos presenciar um crescimento notório para alavancar a economia nacional e, com isso, nos tornarmos uma nação inovadora referência no mundo.

Segundo a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, a agropecuária contribuiu com um terço de todo o crescimento da economia brasileira no ano passado, o que também ajudou no melhor desempenho de muitos outros setores que se relacionam a ele de alguma forma. As exportações no segmento, como exemplo, bateram recorde em 2023, atingindo US\$ 166,55 bilhões – além de ter registrado uma cifra 4,8% superior em comparação a 2022, o que representa um aumento de US\$ 7,68 bilhões, de acordo com dados da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Em uma análise histórica, os crescentes investimentos em tecnologia foram alguns dos maiores responsáveis por essa tamanha participação do agro em nossa economia. De 1970 a 2022, como prova disso, informações da Embrapa mostram que esses recursos foram responsáveis por 59% do crescimento do valor bruto da produção agrícola no país neste período. Quantias realmente impressionantes, mas que não refletem uma verdadeira re-

alidade positiva para o nosso PIB.

Por mais que o agro seja, de fato, um setor com um investimento considerável em inovação em prol de seu melhor desempenho, muitas dessas estratégias no setor são voltadas às commodities, o que impede a geração de produtos de maior valor agregado. Ainda, é importante sempre destacar que, mesmo diante destes investimentos, a inovação não está 100% ligada apenas ao uso de tecnologias robustas.

O desenvolvimento deste mindset em um negócio envolve uma mudança abrangente em termos de cultura organizacional, capacitando e treinando os times para que compartilhem suas ideias e se engajem neste propósito para a conquista de resultados cada vez melhores. Uma atitude mais proativa sob este tema, e não algo secundário e aplicado apenas em resposta a dificuldades sentidas no mercado.

Hoje, o Brasil ocupa a 49ª posição entre 132 países participantes no ranking do Índice Global de Inovação (IGI), além de ser o 1º colocado da América Latina e Caribe. Porém, à nossa frente, estão nações como Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido, Singapura, Finlândia, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Coreia do Sul – muitas das quais poderíamos ultrapassar em diversos pontos analisados.

A gestão do conhecimento é um dos pilares que mais chama a atenção negativamente. Os profissionais não estão sendo devidamente capacitadas na gestão de inovação, cujo gap de aprendizagem eleva barreiras dificultadoras para a implementação de um programa de inovador. Afinal, se os times desconhecem a ampla gama de possibilidades de se inovar em um ambiente de negócios, pouco provavelmente conseguirão estimular suas ideias na empresa e identificar oportu-

nidades de melhoria a serem exploradas.

Muito disso deveria ser estimulado desde nas instituições de ensino, promovendo a difusão do conhecimento em inovação entre as universidades e o poder público. Essa é uma troca que pode beneficiar muito a adoção de planos de inovação entre nossas mentes brilhantes, assim como é visto em outros países como Portugal, Irlanda e Singapura – os quais, mesmo não dispondo do mesmo preparo que o nosso, se sobressaem ao Brasil neste aspecto.

Além disso, a intensa burocracia no ambiente de negócios nacional não favorece em nada essa estratégia. Nosso ambiente regulatório empresarial foi considerado o mais severo, em termos da facilidade em se fazer negócios frente à complexidade da legislação nacional, nossas políticas e cultura, nos levando à 99ª posição no ranking. Um cenário complexo para os empreendedores e que precisa ser melhorado para que tenhamos a base necessária para fomentar a inovação nas empresas.

Esses gargalos evidenciam que, por mais que sejamos um país com pleno potencial inovador, pouco disso é refletido atualmente em nosso PIB, o que, caso fosse revertido através da disseminação desta mentalidade inovadora nas empresas, poderia contribuir com um crescimento muito mais expressivo do nosso produto interno bruto e, com isso, uma posição muito mais adequada para nosso território.

Devemos olhar para outras nações e regiões como o Vale do Silício, que representam verdadeiros exemplos inovadores, e buscar incorporar os aprendizados que elas demonstram – adaptando as estratégias por lá aplicadas em nossa realidade, de forma que, junto aos cuidados destacados acima, possamos reverter essas ações em resultados inovadores de excelência.

Reino Unido e Brasil anunciam novos projetos de clima

Reino Unido já comprometeu mais de R\$ 3 bilhões no Brasil para a proteção do clima e da biodiversidade e para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono

A Embaixada do Reino Unido e três ministérios britânicos, juntamente com a Secretaria Nacional de Bioeconomia do Brasil, anunciaram no dia 26 de março, o estabelecimento de oito novas parcerias estratégicas na área de clima e meio ambiente. Por meio do Financiamento Internacional para o Clima (ICF), o país já investiu £ 510 milhões (mais de R\$ 3 bilhões), tornando-se um dos principais financiadores deste campo no Brasil.

O evento celebra também um ano da Parceria Reino Unido-Brasil para um Crescimento Verde e Inclusivo, lançada em 2023 pelo então Chanceler britânico, James Cleverly, em visita ao Brasil, junto ao Itamaraty e Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima. A Parceria inclui compartilhamento de conhecimentos, colaboração política, apoio a programas de desenvolvimento sustentável e de transição energética, apoio nas áreas de ciência e na área comercial.

“Reino Unido e Brasil compartilham a visão de que a mudança do clima agrava desigualdades e que a transição ecológica traz grandes oportunidades de desenvolvimento econômico, mas precisa ao mesmo tempo reduzir a pobreza e ser justa. O Reino Unido foi a primeira grande economia a reduzir para metade as suas emissões ao mesmo tempo em que aumentou a sua economia em 79%”, afirmou a Embaixadora Britânica no Brasil, Stephanie Al-Qaq.

As oito parcerias anunciadas hoje, listadas abaixo, fazem parte do UK PACT, um dos programas implementados pelo Reino Unido no Brasil:



- Apoio ao Ministério da Fazenda na construção do novo Plano de Transição Ecológica;
- Apoio ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima na estruturação da nova Estratégia Brasileira de Bioeconomia;
- Apoio ao Ministério do Desenvolvimento Rural e o Ministério da Fazenda na revisão dos critérios de sustentabilidade do Plano Safra;
- Apoio ao Ministério da Fazenda na construção do novo Plano de Transição Ecológica;
- Apoio ao Ministério da Ciência e Tecnologia na construção de um pipeline de investimentos verdes, considerando seu estudo de Avaliação das Necessidades Tecnológicas.
- Apoio à Caixa na mobilização de investimentos verdes para o Brasil;
- Apoio ao BNDES na mobilização de investimentos verdes para o Brasil;
- Apoio ao Estado de Minas Gerais na mobilização de investimentos verdes para implementar suas metas do Plano de Ação Climática;

Além destes projetos, o Reino Unido anunciou novos compromissos financeiros e em assistência técnica na gestão de terras indígenas para FUNAI, em mercado de carbono para os estados do Acre e Mato Grosso, em assistência técnica para LEAF e uma nova chamada de £3 milhões do UK PACT para propostas de apoio à descarbonização e uso de hidrogênio. O Reino Unido é o segundo maior parceiro do Brasil em cooperação científica, o que demonstra, mais uma vez, o desejo de viabilizar e facilitar o desenvolvimento de soluções e recursos para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

“Queremos uma parceria baseada no respeito, que impulse mutuamente nossas prioridades nacionais e que seja concreta. Menos de um ano depois de lançarmos a parceria já estamos entregando resultados concretos e queremos fazer muito mais”, ressaltou a embaixadora britânica.

Um desses exemplos é o Diálogo COP-COP, onde Reino Unido compartilha com o Brasil a experiência e as lições aprendidas ao ter sediado a COP26 em 2021 e quer continuar a cooperação na preparação para a COP30. Além disso, em parceria com o Instituto Clima e Sociedade (iCS), o governo britânico vai apoiar a sociedade civil brasileira a se preparar para o evento através diálogos internacionais.

Betim - MG recebe pela terceira vez o prêmio Cidades Inteligentes

A Prefeitura de Betim foi novamente reconhecida pelo comprometimento e excelência na gestão ambiental da cidade. Isso porque a atual administração recebeu, em cerimônia realizada na última terça-feira (26), o prêmio Cidades Inteligentes. O evento, que condecorou o município pela terceira vez, ocorreu no Minascentro, em Belo Horizonte. Promovido pela empresa mineira Brasil Master - uma das primeiras govtechs do país -, o prêmio enaltece o engajamento da prefeitura em promover uma cidade moderna e sustentável, que valoriza a eficiência na gestão pública ambiental e incentiva o empreendedorismo com base na sustentabilidade.

O secretário municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ednard Tolomeu, que representou a gestão municipal na premiação, explica que o trabalho desenvolvido pela prefeitura nos últimos anos, com destaque para a agilidade nos processos de licenciamento ambiental; a fiscalização com equipe técnica e aparatos de alta qualidade para conduzir os procedimentos; e a emissão eficiente de alvarás provisórios e definitivos, impulsionando o empreendedorismo, colocaram a cidade em destaque no cenário estadual e nacional da sustentabilidade.

“Além disso, diversos projetos, eventos e ações de educação ambiental promovidos pela prefeitura têm contribuído para o avanço da consciência ambiental em Betim. O plantio de árvores também chama a atenção, com mais de 130 mil mudas plantadas pela atual gestão, todas oriundas de compensação ambiental, sem ônus para os cofres públicos e com garantia de cuidado com a vegetação. Tudo isso resulta em mais um reconhecimento de nossos esforços em favor de



uma cidade sustentável”, acrescenta Ednard Tolomeu.

SUSTENTABILIDADE RECONHECIDA

A gestão ambiental de Betim vem, nos últimos seis anos, sendo reconhecida por diversas entidades. Em 2019, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma), concedeu ao município o prêmio Cidade Destaque em Gestão Ambiental. Em 2020, Betim recebeu pela primeira vez o prêmio Cidades Inteligentes pelo programa de educação ambiental Sementes do Bem. Mais um reconhecimento nacional veio em 2023, com a conquista do XII Prêmio Hugo Werneck, que

reconheceu o trabalho da prefeitura como referência em gestão ambiental em nível nacional. Ainda em 2023, a prefeitura recebeu pela segunda vez o prêmio Cidades Inteligentes e, na ocasião, também foi indicada a receber o prêmio na edição de Nova York do mesmo prêmio.

“Estamos honrados em receber o prêmio Cidades Inteligentes pela terceira vez, demonstrando nosso compromisso contínuo com o desenvolvimento sustentável em todas as esferas. Betim tem sido um exemplo para outros municípios nos últimos anos e seguimos reforçando a importância de uma abordagem educativa na gestão ambiental, com uma sociedade cada vez mais engajada nessas questões”, completa Tolomeu.

Jogadores de futebol: 5 fatores que aumentam o seu valor de mercado

Quando se trata de um jogador profissional, existem vários fatores que podem ajudar a aumentar o seu valor de mercado, explica empresário do futebol

Os jogadores de futebol profissional possuem valores de mercado, que é uma média de quanto custaria a sua contratação por um time de futebol, quanto maior essa métrica, melhores as possibilidades para o jogador em sua carreira, mas o que muitos não sabem é que os fatores que influenciam esse valor vão desde lesões a multas contratuais.

De acordo com o empresário do futebol e CEO da Strategic Sports, Emerson Zulu, quando o jogador tem um time de profissionais lhe assessorando ele pode modular melhor essas métricas para aumentar o seu valor de mercado.

“Se um jogador de futebol profissional quer aumentar o seu valor de mercado ele irá precisar de uma equipe multidisciplinar de profissionais para agir em cada um desses fatores e aumentar o seu valor de mercado para futuras negociações, o que também ajuda a chamar a atenção de clubes maiores”, explica.

5 fatores que aumentam o valor de mercado de um jogador de futebol:

01 - DESEMPENHO CONSISTENTE:

“O desempenho em campo é o centro do futebol, por isso, é um dos mais importantes pontos analisados. Jogadores que mantêm uma performance consistente em várias temporadas têm maior destaque, gols, assistências e participações em jogos importantes contribuem para elevar o valor de mercado”, explica Emerson Zulu.



02 - IDADE E POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO:

“A idade de um jogador também é um fator estratégico, pois jovens promessas com potencial de desenvolvimento têm seus valores calculados de uma forma diferente de jogadores em fim de carreira, nesse caso cabe analisar a estratégia de cada clube com a contratação”.

03 - SAÚDE E HISTÓRICO DE LESÕES:

“Ter um grande histórico de lesões pode reduzir seu valor de mercado, principalmente se elas forem, por exemplo, sempre no mesmo local, além disso, a saúde geral do jogador é considerada através de exames médicos”, explica.

04 - MULTAS CONTRATUAIS:

“O novo clube normalmente precisa arcar com a multa de transfe-

rência do jogador de seu antigo time, ou seja, se ela for muito grande esse poderá ser um empecilho para a contratação. Mas esse tipo de multa só é exercido caso o jogador saia fora do término do contrato, o que geralmente acontece, ou seja, ela é alta para evitar que o jogador saia do time antes do fim do contrato”.

05 - REPUTAÇÃO FORA DO CAMPO:

“Além das habilidades no jogo, a imagem fora de campo é cada vez mais importante, isso porque, patrocínios, presença nas redes sociais e uma reputação positiva contribuem para a construção de uma marca pessoal sólida, por isso, jogadores com apelo comercial significativo são ativos valiosos para clubes e marcas”, afirma Emerson Zulu.

Emerson Zulu é um empresário do futebol, que atua há cerca de 10 anos na área. Após anos de empreendedorismo em grandes multinacionais, ingressou no futebol e a experiência de outros setores agregada à sua visão estratégica tem lhe proporcionado uma ascensão no futebol internacional. Ele é agente licenciado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), como também tem licença como agente na Espanha e na Inglaterra. Entre os empresariados de Zulu está o jogador Emerson Royal, jogou em grandes clubes como o Barcelona, seleção brasileira, atualmente está no clube Tottenham. Além dele, são empresariados jogadores do Santos, Corinthians, Atlético Paranaense, São Paulo e Roma. Atualmente, Emerson também tem network e parceria com grandes nomes do futebol europeu.

Mercado do futebol: cinco curiosidades desconhecidas

O que as pessoas conhecem do futebol não é um terço do que ocorre nos bastidores



Você ama futebol? Acompanha os campeonatos, copa do mundo, seu time do coração? Mas a verdade é que muitas das pessoas que amam o futebol não conhecem muitas coisas que ocorrem no mercado bilionário do esporte, como contratação de jogadores, contratos, estratégias em campo, olheiros, e tudo mais, como afirma o empresário do futebol e CEO da Strategic Sports, Emerson Zulu.

“Claro que quem é fã do esporte não vai se dedicar a entender detalhes muito técnicos, mas entender melhor do mercado do futebol ajuda a entender a dinâmica em campo e isso é especialmente importante para quem busca construir uma carreira no futebol”, explica.

Curiosidades sobre o mercado de futebol:

01 - JANELAS DE TRANSFERÊNCIA:

“As contratações, empréstimo de jogadores, transferências e etc., em geral, ocorrem em períodos muito específicos do ano, as chamadas janelas

de transferência, normalmente elas ocorrem nos primeiros meses do ano e depois no fim do segundo semestre”, explica Emerson Zulu.

02 - JOVENS TALENTOS:

“Ninguém vira um jogador profissional de uma hora para a outra, é preciso, além de um bom treinamento desde muito cedo, toda uma estratégia de carreira, que em geral é feita pelo seu empresário, para definir o melhor time para ele iniciar, quais os planos para o futuro, como crescer nesse time ou ser transferido, realizar todo um atendimento multidisciplinar para potencializar seus resultados, etc., isso é um processo que quanto mais cedo é iniciado, melhores resultados traz, por isso, é comum investir em jovens talentos”.

03 - CLÁUSULAS CONTRATUAIS:

“Existem muitas cláusulas em um contrato de futebol que a maioria nem conhece, por exemplo, nele é definido o valor de uma multa caso o jogador seja transferido antes do fim

do contrato, algumas podem incluir bônus ao jogador por número de gols, penalidades por comportamentos inadequados, se ele poderá fazer propagandas por si só ou se cederá sua imagem ao clube, entre outros”, conta Emerson Zulu.

04 - OLHEIROS:

“Muita gente acha que isso é mito, mas sim, em competições juniores, eventos de futebol e alguns locais específicos, podem existir alguns empresários ou agentes que costumam frequentá-los para buscar novos talentos com potencial de crescimento para investir”.

05 - ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR:

“Engana-se quem acredita que um jogador precisa ter apenas o acompanhamento físico como preparação para estar em campo, ele também recebe tratamento psicológico, nutricional, ortopédico, neurocientífico, podem realizar testes genéticos para direcionar alguns cuidados, entre vários outros que ajudam a criar um cuidado 360 com o jogador”, afirma Emerson Zulu.

Emerson Zulu é um empresário do futebol, que atua há cerca de 10 anos na área. Após anos de empreendedorismo em grandes multinacionais, ingressou no futebol e a experiência de outros setores agregada à sua visão estratégica tem lhe proporcionado uma ascensão no futebol internacional. Ele é agente licenciado da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), como também tem licença como agente na Espanha e na Inglaterra.

Latino-americano não gosta de pensar na morte, mas entende cada vez mais a importância de planejar sucessão patrimonial

Hygoor Jorge

Advogado há 20 anos e consultor jurídico com atuação em âmbito nacional e internacional; Pós-graduado em Direito Tributário e Processo Tributário pela Escola Superior do Ministério Público/RS; Mestrando em Contabilidade Tributária pela FUCAPE/RJ; Coordenador da Pós-graduação em PPS e Holdings da PUC/MG; Professor de cursos de pós-graduação e do LLM em Direito Empresarial do IBMEC/RJ no módulo de Planejamento Sucessório e Empresas Familiares;

Quem gosta de pensar na morte? Provavelmente ninguém, ou poucos. Mas, ainda assim, cada vez mais as pessoas entendem que isso é necessário. Na América Latina, o tema da morte é motivo para “bater três vezes na madeira”, porém, fatos como a pandemia de covid-19 e a Reforma Tributária vêm fazendo com que o medo de falar sobre a morte seja cada vez mais enfrentado por uma questão de necessidade.

Vale dizer que a cultura latino-americana é muito diferente, por exemplo, da cultura anglo-saxônica ou da cultura germânica. Lá, os povos são muito mais pragmáticos em relação a esse tipo de organização. Por isso, tratar de sucessão patrimonial entre essas culturas é assunto muito mais fácil do que por aqui.

Vamos falar da questão do testamento, por exemplo, que nada mais é do que uma antecipação, um registro daquilo que alguém gostaria que ocorresse na abertura de sua sucessão, ou seja, após sua morte, quando se presume automaticamente a transferência de todos os bens e direitos para os herdeiros.

O testamento é uma declaração da última vontade da pessoa que faleceu, por meio do qual ela deixa expresso o que quer fazer com o seu patrimônio dentro de limites estabelecidos em lei. No testamento é possível, por exemplo, deixar registrado que se deseja que 100% da parte disponível, que corresponde à metade da herança, seja direcionada para um filho específico, ou que ela seja direcionada para um estranho, um terceiro, que não seja familiar. Por se tratar da parte disponível é possível fazer o que bem entender.

Uma dúvida comum é que, por ser um testamento, acredita-se que se pode fazer o



que bem entende, mas não é bem assim. É importante saber que não basta alegar no testamento que 100% da herança ficará para um filho, por exemplo; pois se houver mais herdeiros necessários esse testamento poderá ser facilmente anulado.

Outro ponto interessante é que, em um testamento, além da questão da partilha, é possível deixar também questões de caráter não patrimonial, ou seja, se a pessoa quer ser cremada, se quer que as cinzas sejam jogadas no mar ou se quer que o cachorro seja cuidado por alguém determinado.

Já com relação ao inventário, a diferença entre um inventário com e sem testamento é que, havendo testamento, ele passará por um procedimento de inventário judicial com o procedimento de RAC (registro, abertura e cumprimento de testamento). O testamento, vale ressaltar, é um ato de última vontade por meio do qual se fala sobre disposições patrimoniais e não patrimoniais. Não se trata de registro de herança, até mesmo porque a herança só passa a existir com a morte da pessoa. Enquanto alguém está vivo não existe herança, apenas uma

expectativa de que algum dia a herança existirá, até mesmo porque o patrimônio de hoje pode não existir mais amanhã.

Todos esses pontos são importantes, pouco tratados na cultura latina, mas merecem ser conhecidos e avaliados por cada cidadão de forma clara e objetiva. O conhecimento permite com que qualquer sucessão patrimonial possa ser mais simples, respeitando-se o desejo de quem acumulou o patrimônio ao longo da vida. Vale dizer que a pandemia de covid-19 fez com as pessoas passassem a entender que o testamento também pode ser uma maneira prévia de pacificação das gerações futuras, ainda que de maneira comedida.

Outro evento, além da pandemia, que ainda vai exigir maior atenção a todo esse assunto é a reforma tributária, que já tem feito com que, cada vez mais, as pessoas busquem um planejamento sucessório, gerando, inclusive, um aumento das doações de bens em vida, justamente porque agrava o aspecto tributário, deixando as alíquotas mais severas. E você, prefere planejar a sua sucessão patrimonial ou espera que ela seja planejada sem a sua participação? A decisão está em suas mãos!



Quando aconteceram fatos e nos cabe examinar o motivo, a causa e a razão

Jayme Vita Roso

Advogado, ambientalista e escritor
vitaroso@vitaroso.com.br

Vivemos o ano de 2024, que vai célere como uma corrida equídea dos bons tempos do Jockey Club. Volto a 1924, Arthur Bernardes estava no poder e, com seu caráter taciturno, colocava vários Estados em ressalva.

E, sobre São Paulo, eu me curvo, porque, no bairro do Camboriú, onde vim à luz, passaram-se eventos motivados por forças militares na Mooca (que era, e ainda é dividida pelo rio Tamandateí por duas partes distantes apenas por alguns metros).

E a configuração das duas partes, a subida da rua dos Alpes e a descida da rua Barão de Jaguará, faz-nos imaginar uma ferradura.

Arthur Bernardes assumiu o poder sob a égide da República em 1922, inaugurada pelo Decreto nº 510 de 22/06/1890, a fim de acelerar a organização definitiva da República. Mineiro enérgico, de origem modesta, partiu do governo de seu Estado a gênese de seu intento vigoroso de política.

A campanha foi tumultuada, com falsificação de cartas e sua divulgação (que estourou o famoso escândalo das “cartas falsas”), da eleição ao reconhecimento de sua vitória, tivera ferrenha oposição de políticos gaúchos. Para isso, com a centelha de sua ambição iluminando seus atos, teve um ciclo revolucionário (a ideia de que, para muitos militares, desde 15 de novembro de 1889, a República foi algo somente deles, causou a Bernardes e à 1ª República problema: esta última foi sacudida por quatro explosões profundamente danosas ao seu empenho de transformar o



país). Primeiro, foi o levante da Escola Militar da Praia Vermelha, em 1904; a segunda, a composição político-militar organizada por Pinheiro Machado, em 1909; mais tarde, com o forte jogo verbal de Ruy Barbosa, o afastamento de sua candidatura, em 1919, e, por derradeiro, o levante militar de 1922 (esta visava a definição de Epitácio Pessoa e impedir a posse de Arthur Bernardes).

Bernardes nunca transigiu e, graças a esse espírito, conseguiu chegar até o fim do mandato, como conseguiu também que as sedições não resultassem em ausência de alimentos e medicamentos. Minha mãe e meu tio eram farmacêuticos e, para constatar esse fato, sempre cultivaram a memória dessa mácula na história da pátria.

Apoiado por todos os governadores e congressistas, obstinado, Bernardes foi implacável, até a vitória final, quando, escapando, vários militares do exército conseguiram organizar resistência, capitaneada por Luiz Carlos Prestes. Assim,

subiram o bairro da Mooca as “tropas legalistas”, com o intuito de assumir posição estratégica importante para o Largo do Cambuci, uma vez que dali se invadiria o centro e o caminho de Santos, que dispensa comentar como valiosa para qualquer intento de alcançar o poder.

No longo caminho, os “legalistas” aparelharam um pequeno canhão para atingir a Igreja Nossa Senhora da Glória no alto do elevado caminho situado.

Sem êxito, pressionados, foram sendo encurralados pela rua Barão de Jaguará, onde existia uma prisão, cuja tortura era seu fim. E estava situada ao lado da casa de meus parentes, que tinham emigrado do Sul da Itália, no início do século XX, e lá construíram sua residência. Essa sua casa sempre foi habitada, naquela época, por famílias italianas, porque se moviam nos trabalhos para o centro e para a Mooca dali mesmo com facilidades (não esquecer que o transporte era todo de muares).

Morreram muitos soldados e muitos resistentes ao movimento rebelde no pequeno trecho descrito, cuidando dos feridos. E desde aí foi instalado o Hospital Cruz Azul nas imediações, hoje administrado pela Polícia Militar.

Passados alguns anos de seu governo, Arthur Bernardes Filho, nas solenidades do nascimento de seu pai, pronunciou um discurso que assim se encerrou, partindo do Ministro Abgar Renault: “Bernardes, você está seguro porque tem a maioria das Forças Armadas?”, lembrome da resposta: “Sim. Tenho, mas o que me sustenta é minha honradez e a minha austeridade” (Jornal Minas Gerais, em 07/08/1975, p. 5).

A nova lei de licitações: o que deve mudar daqui pra frente?

Matheus Teodoro

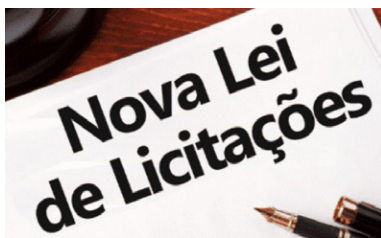
Advogado, consultor em Direito Público e Relações Institucionais Matheus Teodoro, e mestre em Direito pela Universidade de Fortaleza (Unifor).

A Lei de Licitações é um pilar fundamental da Administração Pública brasileira, servindo como um mecanismo essencial para garantir a eficiência, transparência e legalidade nas contratações de bens e serviços pelo Estado. As licitações representam um processo formal no qual Órgãos Públicos selecionam a proposta mais vantajosa para a administração, por meio da concorrência entre potenciais fornecedores.

Essa prática, embora muitas vezes complexa e burocrática, é essencial para o funcionamento adequado do Estado e para o uso eficiente dos recursos públicos. Ao permitir a competição entre empresas interessadas em fornecer produtos ou serviços ao Governo, as licitações promovem a obtenção de melhores condições comerciais, garantindo assim um melhor custo-benefício para a sociedade como um todo.

No entanto, ao longo dos anos, o sistema de licitações no Brasil tem sido alvo de críticas devido à sua complexidade, lentidão e, em alguns casos, falta de transparência. Isso levou à necessidade premente de reformas e atualizações na legislação vigente, a fim de modernizar e tornar mais eficientes os processos de contratação pública.

A promulgação da Lei nº 14.133/2021, conhecida como a nova Lei de Licitações, representa um marco significativo no cenário das contratações públicas no Brasil. Proposta com o objetivo de modernizar, simplificar e tornar mais transparentes e eficientes os processos de licitação, essa legislação substituiu e unificou as antigas Leis 8.666/1993 (Lei Geral de Licitações), 10.520/2002 (Lei do Pregão) e 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações).



PRINCIPAIS MUDANÇAS E IMPACTOS

Entre as principais mudanças trazidas pela nova lei, destacam-se a criação de novas modalidades de licitação, como o diálogo competitivo e a contratação integrada, e o estabelecimento de critérios mais claros para o julgamento das propostas. Além disso, a inversão das fases de habilitação e julgamento é estabelecida como regra para todas as licitações, visando aumentar a eficiência e a celeridade dos processos.

Para aumentar a transparência, a nova legislação torna obrigatória a utilização do sistema eletrônico nas licitações e amplia os casos de dispensa de licitação, além de instituir o Portal Nacional de Contratações Públicas. Essas medidas visam garantir um ambiente mais transparente e acessível para todos os interessados em participar dos processos licitatórios.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No entanto, a implementação da nova lei não está isenta de desafios. A necessidade de capacitação dos servidores públicos, a adaptação dos sistemas eletrônicos e a resistência à mudança por parte de alguns setores são alguns dos obstáculos que podem surgir. Superar esses desafios exigirá investimentos

em treinamento, tecnologia e um diálogo contínuo com os diversos stakeholders envolvidos.

As possíveis consequências econômicas e sociais da nova lei de licitações são amplas e variadas. Por um lado, espera-se um aumento da competitividade, uma melhoria na qualidade dos serviços públicos e um estímulo ao desenvolvimento sustentável, uma vez que a legislação prevê a consideração de critérios relacionados à sustentabilidade e responsabilidade social nas licitações.

Por outro lado, há o risco de um possível aumento do custo das contratações, à medida que as empresas licitantes devem se adaptar ao novo regimento e investir em conformidade. Portanto, é essencial monitorar de perto as consequências econômicas e sociais da nova lei e realizar ajustes conforme necessário para garantir que seus objetivos sejam alcançados de maneira eficaz e equilibrada.

A nova Lei de Licitações representa um importante passo em direção à modernização e transparência dos processos de contratação pública no Brasil. Embora traga consigo desafios e incertezas, suas mudanças têm o potencial de promover um ambiente mais competitivo, eficiente e responsável, beneficiando tanto o setor público quanto o privado e, consequentemente, a sociedade como um todo.

O sucesso na implementação dessa legislação dependerá do compromisso de todas as partes envolvidas em trabalhar juntas para superar os desafios e alcançar os objetivos estabelecidos.



“Clara Nunes - Eu Sou a Tal Mineira”

Rachel Capucio

Advogada, especialista em Cultura

Clara Nunes, originária de Caetanópolis, construiu sua própria trajetória artística, deixando uma marca indelével na história da música brasileira.

Em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal de Cultura, Fundação Municipal de Cultura e Museu da Moda de Belo Horizonte, juntamente com o Instituto Clara Nunes, é apresentada a inédita exposição “Clara Nunes - Eu Sou a Tal Mineira”.

Esta mostra de longa duração mergulha nos momentos significativos da vida da icônica cantora Clara Nunes, enfatizando sua relação singular com a moda e exibindo uma variedade de peças de vestuário que narram sua brilhante carreira na música popular brasileira.

Desde seus primeiros passos em Belo Horizonte até sua consagração nacional e internacional, a exposição percorre toda a trajetória da artista. Com destaque para a influência da moda em sua carreira, a exposição apresenta 50 figurinos e adereços originais em uma exibição conjunta inédita.

Distribuídos pelos dois andares do Museu da Moda, os figurinos são complementados por documentos, objetos, adereços, recortes de jornais e fotografias, revelando a jornada da artista, e sua intrínseca relação com a cultura brasileira e a religiosidade de matriz africana.

A exposição permanecerá aberta de quarta-feira a sábado, das 10h às 18h, até o dia 15 de dezembro de 2025.



Museu da Moda

*Rua da Bahia, 1149
Centro - Belo Horizonte
Minas Gerais*

Charles Mendlowicz, o ‘Economista Sincero’, lança seu primeiro livro e vai além de investimentos

Com mais de 20 anos de experiência no mercado financeiro, o Influenciador compartilha de forma bem-humorada e sem enrolação os princípios que o regem por trás das cifras milionárias



Influenciador número um em investimentos no Brasil, Charles Mendlowicz tem claro que o sucesso financeiro é precedido não apenas de uma visão para as oportunidades, mas de propósitos a serem adotados em todas as esferas da vida. No livro que acaba de publicar, 18 princípios para você evoluir, o Economista Sincero - como é conhecido em virtude do sucesso em seu canal no YouTube - parte das perdas e desafios que enfrentou nos últimos dez anos e como virou a chave para se tornar uma das principais referências no mercado de investimentos.

Cada capítulo da obra, publicada pela Citadel Grupo Editorial, representa um destes pilares. Eles estão alicerçados em valores e posturas a serem exercitados cotidianamente, como a generosidade, a espiritualidade, a curiosidade e aprender a lidar com o próprio ego. “Cuidado com o

excesso de consideração, de adoração e de apreço exagerado por si mesmo. Quantas pessoas se perdem por pensar que são melhores do que as outras?”, reflete o autor.

Os princípios elencados também dizem respeito a questões práticas, como definição de metas, informar-se por meio da leitura e perseguir a excelência, mesmo nas pequenas ações do dia a dia. Mendlowicz lembra que fazer por fazer não funciona; é preciso praticar a consistência e usar o tempo a seu favor. Sobre dinheiro, o autor estimula os investimentos em detrimento do conceito de poupar, o guardar sem lucrar. Segundo ele, é preciso tratar o dinheiro como aliado, e não inimigo, algo comumente relacionado a crenças, por exemplo, de ser algo sujo.

As pessoas querem fazer as coisas começando pelo final, mas temos que começar pelo princípio. Então não adianta falar sobre ganhar dinheiro, trocar seu Fiesta 2007 por um zero KM, ou se vale a pena comprar ou financiar um apartamento na planta em 420 meses se você não está fazendo o básico, ou melhor, se você nem entendeu o básico ainda. Não adianta querer ganhar

algo sem viver o processo.

(18 princípios para você evoluir, pg. 18)

Na cultura judaica, religião da qual Charles faz parte, o 18 está relacionado a tudo que está vivo, em movimento e em constante evolução, por este motivo o número foi escolhido para titular a obra - com o objetivo de democratizar a educação financeira. O livro é, também, uma oportunidade de conhecer a fundo a vida do carioca que chegou ao posto de gerente em uma das maiores indústrias de bebidas do mundo, a Coca-Cola, e hoje abastece milhares de pessoas com conteúdos sobre investimentos e análises do cenário político e econômico brasileiro.

FICHA TÉCNICA

Título: 18 princípios para você evoluir

Autor: Charles Mendlowicz

Editora: Citadel Grupo Editorial

ISBN: 978-6550472672

Formato: 15.24 x 1.4 x 22.86 cm

Páginas: 208

Preço: R\$ 59,90

Onde encontrar: Amazon

AUTOR

Charles Mendlowicz é economista formado pela UERJ, com MBA em Gestão Estratégica de Negócios (UFF) e MBA em Logística Empresarial pela FGV. Com 25 anos de experiência no mercado financeiro e em empresas de varejo, criou em 2018 o canal Economista Sincero no YouTube e hoje acumula mais de 800 mil inscritos na plataforma. Foi eleito três vezes o maior influenciador na área de investimentos do Brasil, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Com uma bagagem enorme e muita vontade de transformar ainda mais vidas, Charles criou a Comunidade Evolução, um ambiente com todo o conteúdo necessário para as pessoas se desenvolverem pessoal e profissionalmente e conquistarem, de uma vez por todas, a sua liberdade financeira.

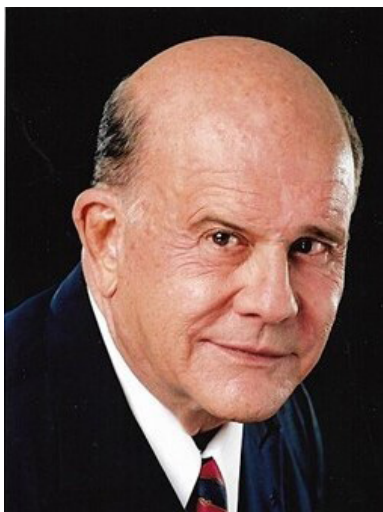
Falece aos 85 anos o ex-ministro do Planejamento Alexis Stepanenko

O falecimento do ex-ministro do Planejamento durante o governo do presidente Itamar Franco, Alexis Stepanenko, ocorreu em 29 de fevereiro, em São Paulo (SP).

Stepanenko nasceu no dia 14 de abril de 1938, na cidade de São Paulo (SP). Formado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro (RJ), ele recebeu um convite para ensinar na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde conduziu várias pesquisas experimentais com os alunos. Uma dessas pesquisas, realizada em 1968, abordou a opinião pré-eleitoral para a prefeitura da cidade, incluindo o candidato Itamar Franco. Foi assim que ambos se conheceram, e Itamar o convidou para ser o coordenador de sua campanha. Após a vitória na eleição, Stepanenko também colaborou na elaboração do programa de governo de Itamar, e foi nomeado como assessor especial para desenvolver um plano diretor e realizar um levantamento social e econômico da cidade.

Sua proximidade com Itamar levou-o a fazer parte do Grupo de Juiz de Fora que o acompanhou até a presidência em 1992. Ele ocupou o cargo de Ministro de Estado-chefe da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação (Sepplan) da Presidência da República, de 1993 até 1994, quando assumiu o Ministério das Minas e Energia (MME).

Na década de 1990, mais propriamente no ano de 1992, já com o Itamar Franco vice-presidente do então presidente Fernando Collor de Mello, foi convidado pelo mineiro a assumir a assessoria técnica do Gabinete da Vice-Presidência. Nesse cargo não permaneceria por muito tempo, pois, com o afastamento de Collor, em 29 de setembro do mesmo ano, para responder a processo de impeachment, Itamar assumiu a presidência do Brasil, promovendo Stepanenko a subsecretário-geral da Presidência da República. Com isso, ele entrou no cenário dos grandes cargos nacionais.



Como subsecretário da Presidência foi autor da reforma administrativa do governo, a qual preferiu denominar “adaptação administrativa” do governo Collor de Mello, que assumia ainda na ressaca da forma dos militares reformar e precisava de novo fôlego e visão mais social. Um dos principais objetivos dessa ação foi promover a flexibilização das estruturas governamentais, como forma de melhor atender as necessidades e aspirações sociais.

Em novembro do mesmo ano, tornou-se vice-presidente do sistema do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo principal de acompanhar o processo de privatização em curso no Brasil.

Em maio de 1993, deixou o BNDES para fazer parte do primeiro escalão dos cargos do Governo Federal ao assumir o Ministério do Planejamento substituindo Yeda Crusius. Na ocasião, definiu-se como “um coringa técnico do presidente”, que a qualquer momento poderia indicá-lo para outra função. Como ministro, fez declarações polêmicas, como a de agosto de 1992, quando, participando da elaboração da política de reajuste de salários nas empresas estatais, declarou que a concessão de reajustes superiores aos previstos na nova legislação salarial

dependeria da comprovação da capacidade financeira da empresa.

Deixou o Ministério do Planejamento em março de 1994, sendo substituído pelo senador Beni Veras, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Transferido para a pasta de Minas e Energia, sua quarta função no governo Itamar, no lugar de José Israel Vargas, queixou-se de ter ido para um cargo de menor poder. No ato de posse, anunciou a demissão do diretor-geral do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), por ter aumentado as tarifas de energia elétrica acima da inflação, contrariando compromissos do Governo.

Uma crise foi instalada em junho de 1994, quando Stepanenko declarou a intenção de votar em Fernando Henrique Cardoso, candidato do PSDB à presidência da República. O fato provocou uma crise política que tornou insustentável sua permanência como ministro. O Governo passou a ser acusado de praticar crime eleitoral, ao supostamente usar a máquina administrativa em proveito do candidato tucano.

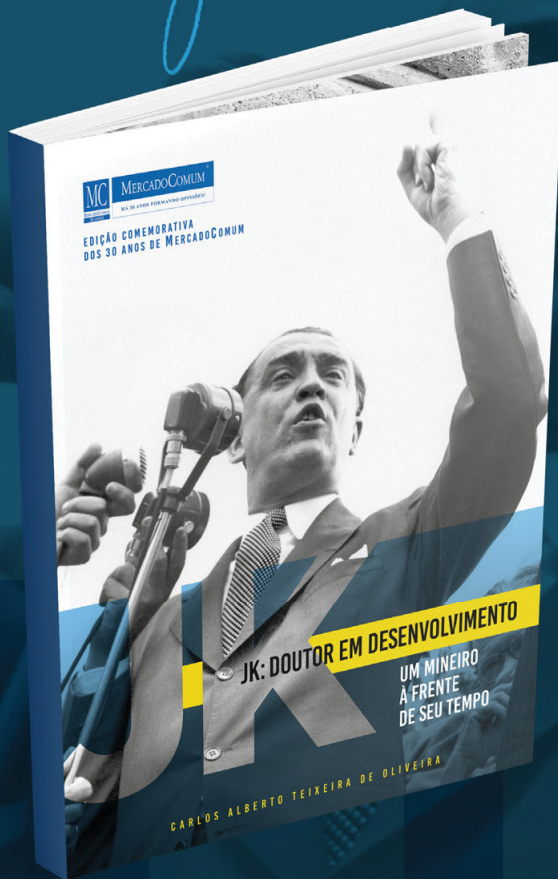
Pediu demissão do cargo no dia 19 de setembro de 1994, tendo sido substituído, interinamente, pelo secretário-executivo do ministério, Delcídio do Amaral.

Em fevereiro de 1995, um mês depois da posse de Fernando Henrique na presidência, Alexis Stepanenko foi nomeado diretor comercial da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em Brasília por indicação do recém-nomeado presidente do órgão, Henrique Hargreaves, também integrante do “Grupo de Juiz de Fora”.

Em 1997 assumiu a Secretaria de Serviços Postais do Ministério das Comunicações, onde permaneceu até fevereiro do ano 2000, onde auxiliou no melhor planejamento para os serviços postais brasileiros, quando ajudou a elaborar um Plano Diretor para a empresa.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira



A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro “JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo”.

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. “Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira”. Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. “Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US\$ 70 bilhões. “Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R\$ 5,00 - equivale a R\$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada “JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI”.

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE – MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:

Retirada na sede de MercadoComum: R\$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R\$ 120,00 - Outros Estados: R\$ 140,00

PAGAMENTO:

Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MERCADOCOMUM®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!